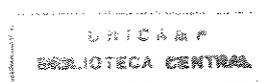


MESTRADO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

DA NATUREZA DO ESPAÇO AO ESPAÇO DA NATUREZA
Reflexões Sobre a Relação Corpo-Natureza em Parques Públicos Urbanos

SANDOVAL VILLAVERDE

Campinas, 1999



SANDOVAL VILLAVERDE

DA NATUREZA DO ESPAÇO AO ESPAÇO DA NATUREZA
Reflexões Sobre a Relação Corpo-Natureza em Parques Públicos Urbanos

Dissertação de Mestrado,
Apresentada à Faculdade de Educação
Física da Universidade Estadual de
Campinas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Heloisa Turini Bruhns

Campinas, 1999

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	11/11/1999
V.	Ex.
TOMBO BC/39578	
PROC 229/99	
C <input type="checkbox"/>	D <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO R\$ 11,00	
DATA 02-12-99	
N.º CPD	

CM-00137162-0

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA- FEF – UNICAMP

Villaverde, Sandoval

V13d Da natureza do espaço ao espaço da natureza: reflexões sobre a relação corpo-natureza em parques públicos urbanos / Sandoval Villaverde. – Campinas, SP : [s. n.], 1999.

Orientador: Heloisa Turini Bruhns
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Lazer. 2. Parques de recreação. 3. Homem-Influência sobre a natureza. 4. Corpo e mente. 5. Políticas públicas-Brasil-Aspectos ambientais. I. Bruhns, Heloisa Turini. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

**Este Exemplar Corresponde a Redação Final de
Dissertação Defendida por:
Sandoval Villaverde Monteiro
e Aprovada pela Comissão Julgadora em 25/08/99**

Data

Assinatura

Sandoval Villaverde Monteiro

Agradecimentos

À Prof^ª. Dr^ª. Heloisa Turini Bruhns, cujo arrojado estilo de orientar combina sensibilidade e grande acuidade intelectual. Sua abertura e amizade tornaram ainda mais gratificante a realização deste estudo.

Aos freqüentadores do Parque do Lago, personagens principais deste estudo, pela confiança em dividir comigo um pouco de suas experiências no mundo.

À Katia, amiga desde minhas primeiras aventuras em pesquisa, com quem partilho, entre outras coisas, a celebração deste momento. Palavras tornam-se limitadas para falar de sua grandeza como pessoa.

Aos Professores Antonio Carlos Bramante e Luiz Gonzaga Godoi Trigo, membros da Banca Examinadora, pelas importantes contribuições a este trabalho. A atuação profissional e acadêmica de vocês merece aplausos.

À PPPg/UFRN/CAPES, pela Bolsa de Estudos concedida para a realização deste trabalho acadêmico. Sem sombra de dúvidas, ela foi muito importante.

À Prof^ª. Dr^ª. Barbara Iwanowicz, por sua transcendente capacidade de compreensão. Penso que nos foi possível um grande aprendizado.

À Bel e aos Bolsistas da Base de Pesquisa Corporeidade e Educação (UFRN), pela grande ajuda nas transcrições das entrevistas.

Aos Professores Jocimar Daolio e Gustavo Gutierrez, suplentes na Banca Examinadora, pelo desprendimento e solicitude.

Aos funcionários e professores da Faculdade de Educação Física, entre eles Tania, Cesar, Mariângela, Rita, Beeroth, Sinval, Dulce e Gonzaga, por terem partilhado comigo desta importante jornada. Agradeço especialmente a Carmem, pela amizade carinhosa e simpatia constante.

Ao amigo Giuliano, pelo grande companheirismo nesta jornada. Aos amigos e colegas da FEF, por tornaram muito mais gratificante minha permanência em Campinas, com os quais pude aprender muito a cada momento. Entre tantos outros, agradeço especialmente a Silvio, Andrea, Mauricio, Iracema, Giovani, Larissa, Sandra, Ana, Wilson, Rogério, Alcy e Isabel.

À Cidinha e D. Giza, pela amizade, apoio e muito carinho no árduo período de conclusão deste estudo.

À minha família, pelo carinho, atenção, apoio, confiança e muita torcida.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi investigar a experiência humana de lazer em parques públicos urbanos, enfocando as nuances da vivência espacial, em particular a relação corpo-natureza. O estudo partiu da análise dessa experiência num parque público específico da Zona Distrital da cidade de Campinas (SP), o Parque Ecológico Prof. Hermógenes Freitas Leitão Filho, conhecido também como Parque do Lago. Optei neste estudo por uma pesquisa de natureza qualitativa, apoiando-se no referencial da análise cultural proposta por Geertz (1989). Utilizei, de uma forma combinada, dois recursos de captação de dados complementares entre si: observações e entrevistas. No concernente às observações realizadas, estas podem ser consideradas na linha da Observação Participante, enquanto as entrevistas foram semi-estruturadas do tipo tópica (Abramo, 1979). A realidade investigada mostrou existir diferenciadas motivações e formas de vivenciar a totalidade espacial do Parque, o que parece expressar a natureza híbrida da relação humana com o espaço, em especial aquele destinado ao lazer. No concernente às práticas de apropriação espacial que configuram a interação do corpo com o espaço do Parque, é possível apontar a prevalência da caminhada e da corrida, entre outras formas de comunicação corporal. Sob um determinado ângulo, e em relação a alguns freqüentadores, tanto a caminhada como a corrida podem ser associadas a uma obstinada busca pela boa forma e por um estado de boa saúde, atendendo, entre outras coisas, aos apelos freqüentes da chamada cultura de consumo. Neste sentido, considerando o número cada vez mais expressivo de pessoas que *aderem* à intensa rotina de manutenção da forma e condições de performance corporal, seja em clubes, nas academias, nos parques ou nas ruas da cidade, é possível remeter à metáfora do corpo como um *projeto*, um *vir-a-ser*. Um fenômeno a ser moldado, enfeitado e treinado como expressão de uma identidade individual. Por outro lado, o parque público urbano pode ser palco de vivências corporais menos compulsivas. Para muitos dos sujeitos entrevistados, a prática da caminhada ou da corrida nesses locais está vinculada a uma outra intenção, não seguindo simplesmente a lógica do "estar em atividade". Trata-se não somente de caminhar ou correr, mas de um vivenciar harmonioso do corpo e do espaço, onde a comunicação com outras pessoas e com outros elementos da natureza são aspectos importantes a serem levados em conta. A análise do Parque como um espaço público destinado ao lazer, permitiu evidenciar problemas que vão desde a sua incipiente inserção nas prioridades da administração municipal até o deficiente planejamento de suas configurações internas. Esta realidade aponta a ausência, especialmente na esfera municipal, de diretrizes políticas gerais comprometidas com o estabelecimento de políticas públicas setoriais qualificadas e atuantes. O não estabelecimento dessa política pública setorial incide de forma marcante na estruturação e dinâmica administrativa de espaços públicos de lazer de forma geral, e dos parques urbanos em especial.

ABSTRACT

The objective of this study was to investigate the humane experience of leisure in public urban squares, focusing the nuances of the space existent, especially the relation body-nature. This study has started from the analysis of this experience in a specific public square of a District Zone of Campinas, a city in São Paulo, The Ecological Park "Prof. Hermógenes Freitas Leitão Filho", also known as "Parque do Lago" (The Lake Park). In this study, I opted for a qualitative-like research, basing it on the referral of the cultural analysis proposed by Geertz (1989). I used, in a combined way, two resources to collect information that are complementary between each other: observation and interviews. Regarding the observation performed, it can be considered as a Participant Observation line, whereas the interviews were semi-structured on the topic-like line (Abramo, 1979). The reality investigated showed the existence of different motivations and ways of living the space totality of the park, which seems to express the hybrid nature of the human relation with space, especially that one intended for leisure. Regarding the practices of space appropriation that form the interaction of the body with the space of the Park, it is possible to point out the predomination of walking and running, among other ways of body communication. From one point of view and in relation to some visitors, even walking or running can be associated with an obstinate search for a good body shape and for a state of good health, attending, among other things, to the frequent appeals of the so-called consumption culture. This way, considering the meaningful number of people who *join* the intense routine of maintaining the good shape and the corporal performance conditions, even in clubs, in health clubs, in parks or on the streets of the city, it is possible to remember the metaphor of the body as a *project*, something that is still going to happen. A phenomenon to be molded, decorated and trained as an expression of an individual identity. On the other hand, the urban public park may be the place of a less compulsive way of life. For many of the interviewed people, walking or running in these places is connected to another intention, that doesn't simply follow the logic of "being in activity". Not only is it related to walking or running, but with an harmonic existence of the body and space as well, where the communication with other people and with other elements of nature is a very important aspect to be taken for granted. The analysis of the Park as a public space designated for leisure, permitted to evidence problems that range from its incipient insertion in the city's administration priorities to the faulty planning of its internal configurations. This reality points out, especially in the municipal field, the general political guidelines committed with the establishing of sectional public politics that are well-qualified and effective. The fact of not establishing this sectional public politic provokes a shocking result in the structure and administrative dynamic of the public spaces for leisure in a general way, and in urban parks in specific.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - Descortinando o Cenário de Uma Pesquisa.....	1
Considerações Sobre o <i>Tema</i> e o <i>Problema</i>	
O Percorso Metodológico	
CAPÍTULO II – De “Amostra da Natureza” a Espaço de Celebração da.....	19
Sociabilidade: Retratos de Um Parque Público Urbano	
Parque Ecológico Prof. Hermógenes Leitão – Do “Ecológico” do Espaço Ao Espaço do Ecológico	
Vivenciando o Espaço da Sociabilidade no Parque: Dialética Entre Espaço e Lugar	
CAPÍTULO III – A Vivência do Tempo-Espaço de Lazer.....	60
Um Tempo-Espaço Vivido Compulsivamente	
Horizontes Menos Constrangedores no Espaço-Tempo de Lazer: Possibilidades de um Diálogo com a Natureza	
O Parque como Espaço Público de Lazer	
CAPÍTULO IV – O Espaço da Corporeidade no Espaço de Lazer.....	99
O Corpo: Um Projeto do “Self” na Cultura de Consumo?	
O Corpo na Experiência Sensível com a Natureza	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
ANEXOS.....	142

CAPÍTULO I

Descortinando o Cenário de uma Investigação

Considerações Sobre o Tema e o Problema

A trajetória de uma investigação científica pode apresentar-se como um processo regular e contínuo onde o pesquisador, desde o início de sua empreitada, antevê, às vezes com rígida precisão, o delineamento final de sua pesquisa. De antemão, posso assegurar que esse quadro de regularidade não foi uma característica do processo de realização do presente estudo, marcado por descontinuidades, inquietações e surpresas.

Na escolha de um tema para estudo, muitos são os fatores que intervêm, articulando-se de acordo com a trajetória pessoal do pesquisador e do contexto mais amplo em determinado momento histórico. No caso da temática ora proposta, é possível admitir mesmo um processo dialético onde não só escolhi a temática para pesquisa, mas fui também por ela escolhido, numa dinâmica farta em construções e desconstruções contínuas. De qualquer forma, o processo de descoberta é sempre fascinante, embora muitas vezes árduo e penoso. Sem dúvida, os próprios percalços e a tortuosidade do caminho percorrido, serviram-me como fator de enriquecimento pessoal e intelectual para refletir sobre questões que ora são objeto de inquietação neste estudo.

Interessou-me aqui uma reflexão sobre a vivência humana do lazer no contexto urbano. Meu olhar, contudo, privilegiou um espaço específico no âmbito das chamadas áreas verdes da cidade, destinado inclusive ao lazer num contato mais

direto com a natureza¹, os parques públicos. Tratou-se, assim, de investigar a experiência humana vivenciada na totalidade espacial de um parque público urbano, enfocando de maneira especial as manifestações de lazer e a relação corpo-natureza apresentadas por seus freqüentadores. Neste sentido, a articulação da pesquisa se deu enfocando três eixos temáticos: espaço/natureza, lazer e corporeidade². Voltarei a detalhar mais adiante o entrelaçamento desses eixos em torno das questões que alimentam este estudo.

Ao privilegiar o meio urbano como o cenário desta investigação, levo em consideração sobretudo o fato de que nesse ambiente vive hoje uma imensa parcela da população mundial. A exploração urbana e metropolitana é, na atualidade, um fenômeno avassalador, principalmente quando consideramos o Terceiro Mundo. De acordo com o geógrafo Milton Santos, na população do planeta como um todo, a parcela considerada urbana representava apenas 1,7% do total no período inicial do século XIX; em 1950 este percentual passa para 21%, depois passa para 25% em 1960, 37,4% em 1970, chegando a cerca de 41,5% em 1980. No caso do Brasil, *“a população urbana é praticamente multiplicada por cinco nos últimos trinta e cinco anos e por mais de três nos últimos vinte e cinco anos”* (Santos, 1996, p. 42). Estes números sugerem que, cada vez mais, serão necessários estudos que contribuam para a compreensão do cotidiano do homem e da sociedade em sua articulação com o espaço urbano.

¹ Como Carvalho (1991, p. 23), convém *“considerarmos que a natureza é um conceito que exprime uma totalidade, em principio abstrata, que os homens só concretizam na medida em que o preenchem com suas visões de mundo”*.

² Entendo corporeidade como a condição de ser-no-mundo, isto é a forma de presença no mundo (Merleau-Ponty, 1994; Regis de Moraes, 1992, Santin, 1994; Bruhns, 1997a). A corporeidade, em sua historicidade, cultura e subjetividade, seria então a referência básica da articulação do homem no mundo, sendo sua expressão inteligível por excelência.

Santos (1996) propõe pensar o espaço como um conjunto indissociável composto tanto de objetos geográficos, naturais e sociais, como a sociedade em movimento, isto é, a vida que os preenche, animando-os. Numa outra elaboração (Santos, 1997, p. 51), o autor argumenta ser o espaço formado por um “*conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações*”.

Na dinâmica do espaço e de sua transformação, os sistemas de objetos condicionam a forma como ocorrem as ações e, por sua vez, os sistemas de ações conduzem à criação de objetos novos ou mesmo se realiza sobre objetos preexistentes. Na atualidade o espaço é “*um sistema de objetos, cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes*” (Santos, 1997, p. 51).

A reflexão sobre a vivência humana na totalidade espacial dos parques urbanos destinados à prática e a fruição do lazer, pode beneficiar-se desse entendimento do espaço, à medida que permite estabelecer relações entre os objetos, tanto naturais (árvores, plantas, lago, etc.) como artificiais ou construídos (trilhas, pontes, rodovias, equipamentos, etc.) que compõem esses parques, e as ações humanas que dele participa. Se é verdade que os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações humanas, a concepção e o planejamento de tais sistemas de objetos no âmbito dos espaços públicos para o lazer, como os parques, devem partir de uma concepção de lazer que tenha como compromisso primordial a promoção e o desenvolvimento da pessoa, da comunidade e da sociedade como um todo.

Uma vez que o sistema de ações leva à criação de novos objetos, também é necessário, por outro lado, buscar uma compreensão aprofundada acerca da dinâmica das ações humanas processadas na relação das pessoas com o espaço dos parques, tendo-as como subsídios para a formatação de novos objetos ou na reorganização dos já existentes.

Com efeito, se a artificialidade de que hoje estão imbuídos tanto os sistemas de objetos quanto os sistemas de ações inerentes ao espaço de um modo geral constitui-se uma realidade, podemos questionar a qualidade das experiências de lazer vivenciadas nos espaços destinados para este fim. Podemos da mesma forma, levantar questionamentos acerca do teor da relação corpo-natureza, especialmente nos espaços verdes da cidade, como os parques urbanos, onde a existência de elementos e recursos naturais paisagísticos podem permitir essa relação de forma mais direta.

Discorrendo ainda sobre as ações, Santos (1997) lembra que a escolha do homem comum em muitas das ações por ele empreendidas é limitada, sendo este freqüentemente apenas um veículo da ação e não o real impulsionador. Em seguida, ressalta o autor, *“mas é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação [...] A corporeidade do homem é um instrumento da ação. Mas é sempre preciso levar em conta que o governo do corpo pelo homem é limitado, nos dias atuais, e que é lento o progresso na produção de normas legais para protegê-lo”* (p. 65).

De acordo com Santos (1997), nas atuais condições de globalização, a vertigem da velocidade, o mundo da fluidez e a freqüência dos deslocamentos e das alusões a coisas e a lugares distantes fazem revelar, por contraste, no ser humano, o

corpo como uma realidade certa e materialmente sensível, diante de um mundo difícil de se apreender. Trata-se, segundo o autor, de uma redescoberta da corporeidade.

Para o também geógrafo Yi-Fu Tuan, que assume uma discussão mais centrada na experiência humana com espaço e lugar, o corpo ocupa um papel central em sua análise. No entendimento do autor, o termo experiência abrange os variados modos pelos quais a pessoa conhece e constrói a realidade, indo desde os sentidos mais diretos e passivos até a maneira indireta de simbolização. De acordo com Tuan (1983), os princípios fundamentais da organização espacial podem ser encontrados em dois tipos de fatos: o corpo humano e as relações interpessoais quer próximas quer distantes. Para o autor, o homem organiza o espaço, articulando-o como resultado de sua experiência íntima com seu corpo e com outras pessoas.

Tuan (1983) expõe sobre o corpo não somente ocupar o espaço, mas o dirigir e o ordenar segundo sua vontade: “*o corpo é ‘corpo vivo’ e o espaço é um constructo do ser humano*” (p. 40). Pode-se dizer, em adição às palavras deste autor, a título de ressalva, que o corpo, e também as representações que dele se tem, são permeadas por determinantes sócio-culturais, e estes determinantes são, também, um constructo humano.

Entre os órgãos sensoriais e experienciais que possibilitam nutrir sentimentos intensos pelo espaço e pelas qualidades espaciais, Tuan (1983) destaca a cinestesia, além da visão e do tato. Assim, o movimento seria um elemento básico para que se tome consciência do espaço, sendo este vivenciado quando há lugar para se mover. Neste sentido, “*o espaço assume uma organização coordenada rudimentar centrada no eu, que se move e se direciona*” (p. 13).

Nesta perspectiva, se admitirmos o movimento como expressão por excelência da corporeidade, a investigação acerca da vivência corporal se mostra imprescindível à discussão sobre a temática do espaço. A propósito, para a *Fenomenologia da Percepção* de Merleau-Ponty, à qual alude R. Moreira (1997), espaço é admitido como “*o mundo da nossa experiência corporal, o mundo como corporeidade*” (p. 47).

A temática do corpo vivenciando o espaço, ou, no dizer de Bruhns (1997b), visitando a natureza, requer a compreensão da corporeidade como forma de presença no mundo. Como elucida a autora, “*a experiência corporal é a mais direta e imediata, sendo o corpo o primeiro referencial do homem no mundo*” (p. 130).

As reflexões de Bruhns (1997b), demonstram que as experiências íntimas na relação corpo-natureza, expressam em algumas situações uma busca de reconhecimento do espaço que esse corpo ocupa em sua relação com o mundo. Para a autora, estas experiências podem expressar ainda um questionamento e uma revisão de valores, assim como um encontro muito particular do homem consigo próprio.

Assim, foi em torno das experiências humanas vivenciadas no tempo-espaço de lazer em contato mais direto com a natureza, que residiram nossas inquietações e por onde circunscreveu-se a situação problemática do estudo. Tais experiências, convém ressaltar, são entendidas como expressões simbólicas de um determinado contexto sócio-cultural. Como Geertz (1989), pode-se compreender a cultura como sistemas entrelaçados de símbolos interpretáveis. Ela não representa um poder, isto é, algo ao qual podem ser atribuídos de forma casual os acontecimentos sociais, as instituições, os comportamentos ou os processos. Ela é

antes um contexto, dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível, isto é, com densidade. Trata-se de um entendimento semiótico de cultura, pois como Max Weber, Geertz (1989) acredita estar o ser humano amarrado a teias de significados tecidos por ele mesmo, sendo essencialmente pertinente um esforço interpretativo buscando esses significados.

Proponho investigar o cenário descrito num determinado parque público urbano, onde busco compreender as maneiras pelas quais as pessoas lidam com o espaço em sua totalidade. Como as pessoas percebem, sentem, organizam o espaço e que laços são estabelecidos com o mesmo? Qual seria o teor das experiências de lazer vivenciadas num espaço concebido sobretudo para este fim, ao ar livre e em contato com elementos naturais e recursos paisagísticos? Como poderíamos, enfim, discutir as relações corpo-natureza, estabelecidas no reconhecimento e no diálogo com o espaço?

Considerando estas indagações, o objetivo do estudo foi investigar a experiência humana de lazer em parques públicos urbanos, enfocando as nuances da vivência espacial, em particular a relação corpo-natureza. O estudo partiu da análise dessa experiência num parque público específico da Zona Distrital da cidade de Campinas (SP), o Parque Ecológico Prof. Hermógenes Freitas Leitão Filho, conhecido também como “Parque do Lago”, do qual tratarei pormenorizadamente mais adiante neste estudo.

O Percurso Metodológico

Optei neste estudo por uma pesquisa de natureza qualitativa, apoiando-se no referencial da análise cultural proposta por Geertz (1989), cujo objetivo consiste em *“tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas”* (p. 38). Para o autor, o ponto global de sua “abordagem semiótica da cultura” é o auxílio na obtenção do acesso ao mundo conceptual onde vivem as pessoas por nós investigadas, de forma a podermos, num sentido mais amplo, conversarmos com eles.

Utilizei, de uma forma combinada, dois recursos de captação de dados complementares entre si: observações e entrevistas. No concenente às observações realizadas, estas podem ser consideradas na linha da Observação Participante, enquanto as entrevistas foram semi-estruturadas do tipo tópica³. Por se utilizar evidentemente de uma fundamentação teórica, e ainda apoiar-se na análise de documentos, o estudo pressupôs a realização de pesquisa bibliográfica e documental.

Para Chizzotti (1995, p. 79), um marco que separa a pesquisa qualitativa dos estudos experimentais é a forma como se apreende e se legitima os conhecimentos. A este respeito, argumenta o autor que *“a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”*. Neste sentido, o conhecimento não é

³De acordo com Abramo (1979), a entrevista do tipo tópica prevê que o pesquisador/observador apresente, de forma gradativa, itens verbais relacionados com a temática geral proposta, para que o informante se pronuncie sobre os itens.

visto como reduzido a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa. O sujeito-observador é admitido como parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, buscando apreender o seu significado. Assim, *“o objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações”*.

A abordagem qualitativa de um problema é uma opção do pesquisador, que se justifica principalmente quando se pretende compreender a natureza de um fenômeno social (Richardson, 1985). Para este autor, *“existem problemas que podem ser investigados através de uma metodologia quantitativa, e há outros que exigem diferentes enfoques e, conseqüentemente, uma metodologia de conotação qualitativa”* (p. 38).

Chizzotti (1995) ressalta que para alguns estudiosos da abordagem qualitativa, o pesquisador deve experienciar o espaço-tempo vivenciado pelo grupo investigado, partilhando de suas experiências, de forma a reconstituir adequadamente o sentido que os atores sociais atribuem a elas.

Portanto, neste tipo de abordagem, o pesquisador é o primeiro instrumento na obtenção das informações. Dessa forma, ele estará envolvido diretamente com as diferentes etapas do estudo. Cabe ressaltar que o principal enfoque na pesquisa qualitativa é como ela se realiza e, não somente, pelo seu resultado (Bisquerra, 1989; Thomas e Nelson, 1990).

As observações feitas neste estudo, foram centradas no espaço de lazer proposto, considerando-o em sua totalidade. Porém, como adverte Santos (1997), cumpre compreender o processo pelo qual a totalidade é cindida. O conhecimento pressupõe a análise e esta pressupõe a divisão, num processo permanente de

totalização⁴. De acordo com Santos (1997), a condição para que o todo possa ser conhecido é o conhecimento das partes, e, por sua vez, as partes somente podem ser conhecidas por meio do conhecimento do todo. No entanto, adverte o autor, “*é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização*” (p. 96).

Neste sentido, de forma a atender aos propósitos do estudo, realizei não somente a observação *in loco* da realidade investigada, tentando apreendê-la no fluxo do acontecer, mas também busquei depoimentos dos próprios indivíduos que a vivenciam. Dessa forma, as palavras de Selltiz et al. (1971), são aqui de grande pertinência: “*às vezes um estudo exige que aquilo que as pessoas realmente fazem e dizem seja comparado com a sua descrição do que fizeram e disseram. Evidentemente, em tais casos, é preciso empregar dois métodos de coleta de dados - a observação e a entrevista*” (pp. 226-227).

No que concerne à observação das pessoas no espaço proposto, pode-se destacar dois momentos distintos e complementares. Num primeiro momento, que se estendeu por cerca de um mês a partir de março/98, realizei uma observação exploratória não só com o objetivo de captar o panorama geral da realidade investigada, mas também de buscar a própria inserção e participação do pesquisador no contexto desta realidade.

Foi possível, ainda nesta primeira fase, receber as primeiras impressões sobre o espaço em questão e sobre as experiências humanas nele vivenciadas. Falo em primeiras impressões pois, embora já tivesse ido ao Parque algumas vezes para

⁴Milton Santos (1997) retoma a discussão de Sartre onde é feita a distinção entre totalidade e totalização, sendo a primeira o resultado e a segunda o processo. Neste sentido, toda totalidade seria incompleta, pois, estando sempre em constante movimento, exige um incessante processo de totalização.

caminhar, ao assumir a presente pesquisa meu olhar inevitavelmente passou a se dirigir ao Parque de forma muito mais refinada, muito mais indagadora. Embora esta mudança de perspectiva não tenha chegado a produzir um distanciamento entre pesquisador e campo de investigação, parece ser possível falar numa espécie de “estranhamento”, o que permitiu um olhar mais intencionalmente perscrutador. Este primeiro momento, contribuiu também para o amadurecimento das questões propostas inicialmente para a investigação, à medida que permitiu refleti-las no âmbito do próprio cenário de pesquisa, possibilitando uma maior clareza na formulação das mesmas, e mesmo suscitando outros questionamentos igualmente férteis.

Num segundo momento, que durou até junho/98, a observação passou a ser feita de forma mais sistemática, de modo a apreender mais aprofundadamente como as pessoas experienciavam e se relacionavam entre si e com o espaço do Parque, especialmente no que se refere ao lazer e à relação corpo-natureza. Buscava-se apreender quais as nuances da organização das pessoas no espaço, a postura das mesmas diante das demais pessoas e dos elementos naturais da flora e da fauna, o modo como caminhavam, corriam e mesmo como contemplavam a paisagem circundante. Numa palavra, o pesquisador passou a “*viver na situação em estudo*”, utilizando, além de outros recursos complementares de registro, “*a introspecção e auto-análise como formas adicionais de observação*” (Abramo, 1979, p. 40).

Essas observações foram feitas quase diariamente, sempre no início da manhã e no final da tarde. Os locais específicos de observações foram variados, na tentativa de captar um quadro mais completo da presença humana no Parque. Ainda com este intuito, fiz da caminhada em volta da pista que circunda o Parque um rico

instrumento de coleta dos dados. Pelo menos uma volta em torno do Parque tornou-se parte indispensável dessas observações diárias, o que me facilitou sobremaneira apreender a dinâmica do espaço em seu conjunto. Utilizando-se da caminhada como instrumento de pesquisa na antropologia urbana, Magnani (1996) ressalta o efeito de estranhamento que a mesma produz, permitindo assim treinar e dirigir o olhar por uma realidade tida inicialmente como conhecida e mesmo familiar.

Ao passar a vivenciar o espaço do Parque, foi possível aos poucos ir apreendendo as nuances do seu cotidiano. Aos poucos as pessoas que freqüentavam o Parque foram se tornando familiares, bem como passei a apreender peculiaridades na relação dessas pessoas com o espaço. Algumas delas já me cumprimentavam, embora não tenha sido raro notar a expressão de curiosidade e estranhamento de alguns freqüentadores ao me ver sempre observando e muitas vezes anotando alguma coisa. Esta fato foi confirmado por muitas dessas pessoas por ocasião das entrevistas mais tarde realizadas.

Minhas primeiras aproximações com essas pessoas foram acontecendo gradualmente, à medida que me inseri nas próprias atividades no Parque. O contato inicial com algumas delas aconteceu nos próprios momentos destinados ao alongamento muscular, antes ou depois das atividades ali desenvolvidas. Contudo, devo ressaltar as dificuldades encontradas nesse processo de aproximação aos sujeitos da pesquisa, talvez até por eu ser uma pessoa “recém-chegada” àquele convívio e, por mais que me esforçasse, não agia como um freqüentador comum do Parque. O olhar atento e perscrutador, além do caderno de campo quase sempre à mão talvez fizessem a diferença.

Somente após fazer amizade com algumas pessoas, é que pude ir me aproximando mais facilmente das demais. Dessas primeiras pessoas com quem fiz amizade, uma delas teve um papel de grande importância. Trata-se do Sr. M., engenheiro aposentado de 61 anos de idade, bastante assíduo e também extremamente conhecido pelos demais freqüentadores do Parque. Motivado por suas características de fácil relacionamento com os grupos e também pela grande simpatia desse senhor, não tive dúvidas em solicitar sua ajuda em me apresentar a algumas pessoas, explicando-lhes as intenções gerais de minha pesquisa. Não há dúvidas que isto me facilitou sobremaneira o processo de aproximação com os freqüentadores do Parque e a realização das entrevistas.

Outra questão digna de nota durante este processo de coleta de dados, diz respeito ao comportamento dos guardas locais quanto à minha presença no Parque. Embora eu tenha explicitado ao administrador do Parque as minhas intenções de pesquisa desde as primeiras incursões ao local como pesquisador, minha relação com o próprio administrador e os guardas locais, embora pacífica, não deixou de ser conflituosa. Na primeira conversa que tive com o administrador do Parque, o mesmo se mostrou num primeiro momento aberto ao diálogo e pareceu disposto a colaborar com a pesquisa. Porém, ao lhe indagar sobre a possibilidade de uma futura entrevista com gravação, a reação foi de uma repulsa imediata. Ele argumentou sobre problemas anteriores com declarações prestadas à imprensa⁵ envolvendo alguns problemas no Parque e desde então não estava mais autorizado pela Prefeitura a dar entrevistas.

⁵ Várias matérias denunciaram a poluição do lago pelos esgotos advindos da UNICAMP, assim como outros problemas na administração do Parque, divulgadas especialmente pelo Jornal Integração (cf. edições nº 89, 95, 105 e 113).

A partir daí, e com a minha presença sistemática observando e muitas vezes anotando algo, foi inevitável tanto para o administrador quanto para os guardas me associarem às suas experiências desagradáveis com a imprensa, passando assim a agir com uma certa reserva quanto à minha presença no Parque, malgrado meu esforço para estabelecer uma relação cordial com eles. Esse “mal-estar” parece ter se intensificado ainda mais quando iniciei minhas aproximações aos potenciais entrevistados e com a própria realização das entrevistas.

Contudo, somente pude me dar conta da dimensão dessa atmosfera conflituosa, quando tomei conhecimento das recomendações de um guarda a uma das freqüentadoras do Parque, após uma conversa minutos antes com o mesmo, alertando-a para não acreditar em mim, sobre eu estar fazendo pesquisa, etc. Muito provavelmente não tomaria conhecimento desse fato, se a referida freqüentadora (com a qual mantenho uma relação de amizade) não tivesse me contado, como também contra-argumentado com o guarda, confirmando minha pesquisa.

Foi possível ainda nesse processo de observação, levantar as principais características e eventuais contradições inerentes ao espaço de lazer como um todo, bem como deste com o contexto onde está inserido. Neste período, foram ainda escolhidos os sujeitos da pesquisa, que representariam uma amostra dentro do universo da investigação. Devo ressaltar que a utilização do caderno de campo foi uma constante em todo o processo de observação, reservando-se para os dois últimos meses os recursos de filmagem e fotografias, como olhares complementares.

O roteiro para as entrevistas foi bastante conciso, dividindo-se basicamente em duas partes. A primeira parte foi construída tomando-se como eixo as questões vinculadas ao objetivo central do estudo, as quais se inserem na

interface espaço/lazer/ corpo/natureza. A segunda parte visou coletar o mínimo de informações que permitissem identificar o perfil do informante. Os itens do roteiro da entrevista foram previamente formulados e memorizados, embora tenham servido sobretudo como questões geradoras do diálogo, permitindo vários desdobramentos à medida que discorria o informante. Os dados de identificação foram intencionalmente deixados para o final das entrevistas, tendo em vista iniciá-las da maneira mais informal possível.

Nesta perspectiva, foram entrevistadas vinte e seis pessoas, sendo quatorze do sexo feminino e doze do sexo masculino, com idade variando entre 21 e 64 anos, número que mostrou-se suficiente para garantir os dados obtidos em relação ao tema. Tais pessoas foram escolhidas de forma não probabilística e intencional, segundo critérios de assiduidade e acessibilidade. Acredito que o estabelecimento de tais critérios foram pertinentes para este caso, uma vez que permitiram obter depoimentos de quem já mantinha uma certa relação com o espaço em questão, ao mesmo tempo em que permitiram uma certa flexibilidade na escolha das pessoas que realmente estavam dispostas a colaborar com o estudo de forma mais espontânea.

Todas as pessoas foram contatadas nas dependências do Parque, sendo convidadas a prestarem os seus depoimentos neste mesmo espaço, em algum momento de sua permanência no local. Obviamente houve flexibilidade neste sentido, levando-se em conta a disponibilidade e sugestões dessas mesmas pessoas. Assim sendo, três das vinte e seis entrevistas foram realizadas nas dependências da Unicamp. Procurei marcar antecipadamente com cada pessoa a sua entrevista, embora boa parte delas tenham sido realizadas por ocasião do contato inicial. Devo

ressaltar ainda que todas as pessoas entrevistadas estavam cientes dos propósitos gerais da pesquisa e autorizaram a gravação das entrevistas.

A grande maioria dos entrevistados moram ou possuem atividades diárias em Barão Geraldo. Dentre eles, alguns são professores, funcionários ou estudantes da Unicamp, micro-empresários, aposentados, donas de casa, e, com poucas exceções, passei a conhecê-los a partir da frequência ao Parque. Ao longo das discussões aqui empreendidas, de forma a garantir o mínimo do anonimato dessas pessoas, vou me referir às mesmas apenas pela primeira letra de seu nome, destacando ainda sua idade, profissão e o gênero a que esta pertence (Sr., Sr^a. ou Srt^a.).

Por fim, busquei obter o depoimento de pessoas que estiveram ou estão ligadas profissionalmente ao Parque do Lago, de forma a colher, através de seus relatos e também de documentos, informações não somente técnicas, mas principalmente sobre sua concepção e seu processo de criação. Entre estes entrevistados, que chamarei de "institucionais", estão representantes da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), Sub-Prefeitura do Distrito de Barão Geraldo (SPBG), Prefeitura da Unicamp (PU) e Parque Ecológico da Unicamp (PEU). Quando me referir a estes entrevistados, apenas indicarei a sua profissão e a que instituição estão vinculados.

Mesmo não podendo gravar entrevista com o administrador do Parque do Lago, em virtude dos motivos já mencionados, gravei meu próprio depoimento logo após os dois momentos em que me foi possível estabelecer algum diálogo com o mesmo. Finalmente, considere importante obter o depoimento de uma outra pessoa que, além de ser morador antigo dos arredores, desenvolve atividades comerciais na

entrada principal do Parque desde a sua inauguração, especialmente nos finais de semana.

Quanto à leitura da realidade investigada, não optei por um modelo teórico, o qual poderia servir-me como “fôrma” na compreensão da realidade, considerando as observações de Morin (1989) sobre a impossibilidade de se encerrar o real em qualquer sistema de pensamento seja ele qual for. Como este autor, acredito na busca de uma nova forma de pensar que seja capaz de respeitar a riqueza, a multidimensionalidade e o mistério do real. Há, ainda, a necessidade de se considerar que as determinações impostas a todo o pensamento, sejam elas de ordem psicológica, cultural, social ou histórica, co-determinam sempre o objeto de conhecimento.

Neste sentido, numa época em que, no dizer de R. Moreira (1997, p. 52), *“o mundo e o imaginário dos símbolos tornaram-se um só”*, a adoção de rígidas sistematizações na interpretação do conhecimento implica o risco de co-determinar este último, e, por outro lado, podem acabar se tornando uma “camisa de força” à criatividade do pesquisador, bem como à realidade observada.

Devo reafirmar, no entanto, minha crença na existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência que pulsa entre o sujeito e o objeto, uma estreita vinculação entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. Assim, sujeito e objeto não se constituem em dados neutros e inertes, porém estão possuídos de relações e significados que sujeitos históricos e concretos criam em suas ações.

Daí a necessidade, neste estudo, permeado tanto pelas coisas do mundo objetivo como pela subjetividade do ser-no-mundo, da adoção de recursos

metodológicos que permitam, a um só tempo, espreitar a realidade objetiva manifesta, e ainda permitir a expressão simbólica da realidade não manifesta.

Cumpramos ressaltar ainda, como o faz Geertz (1989, p. 39), que a análise cultural “*é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa. É uma ciência estranha, cujas afirmativas mais marcantes são as que têm a base mais trêmula, na qual chegar a qualquer lugar com um assunto enfocado é intensificar a suspeita, a sua própria e a dos outros, de que você não o está encarando de forma correta*”.

CAPÍTULO II

De “Amostra da Natureza” a Espaço de Celebração da Sociabilidade: Retratos de Um Parque Público Urbano

Neste capítulo, busco realizar uma incursão ao *locus* da nossa investigação, o Parque Ecológico Prof. Hermógenes Freitas Leitão Filho. Num primeiro momento, a intenção é focar o processo de seu surgimento, suas características atuais e ainda as principais contradições que o mesmo encerra quanto ao seu objetivo “ecológico”. Dessa forma, discuto não somente as questões internas deste espaço público de lazer, mas também suas relações com o contexto no qual está inserido, além de tentar localizar as nuances de seu enfoque “ecológico” no âmbito das discussões sobre a questão ambiental.

Num momento seguinte, o intento é focar o espaço do Parque enquanto um *lugar* de significado afetivo para os seus freqüentadores. Além disso, a ênfase também se dirige à afirmação de seu potencial socializador, de sua possibilidade enquanto *espaço de celebração* da sociabilidade, dos encontros e dos diálogos interpessoais.

Parque Ecológico Prof. Hermógenes Leitão: Do “Ecológico” do Espaço ao Espaço do Ecológico

O Parque Ecológico Prof. Hermógenes Freitas Leitão Filho, o “Parque do Lago”, como é mais conhecido pelas pessoas que o freqüentam, está localizado no Sub-distrito de Barão Geraldo, na Cidade de Campinas (SP). Trata-se de uma área de porte relativamente pequeno, medindo aproximadamente 125.000 m², entre o

Campus da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o bairro Cidade Universitária.

A região onde hoje está inserido o Parque Ecológico Prof. Hermógenes Freitas Leitão (daqui por diante somente Parque do Lago), dava lugar, até o ano de 1966, a pequenas e médias propriedades rurais que se caracterizavam por atividades estritamente agrícolas. A implantação do Campus da Unicamp no Sub-Distrito, traz um novo enfoque à região no que se refere às atividades produtivas e no uso do espaço. Este evento traz consigo a implantação de grandes loteamentos residenciais nas imediações e limites do Campus, onde hoje se localizam residências de classe média e média alta. Nos setores mais periféricos, foram instaladas habitações populares, inclusive carentes de infra-estrutura básica (Erbolato, 1993).

A área em volta do lago onde está hoje implantado o Parque pertence quase em sua totalidade à Prefeitura Municipal de Campinas, sendo pouco mais de $\frac{1}{4}$ dele de posse da Unicamp. Consta ainda das informações obtidas através de entrevistas com moradores antigos e ainda junto à Prefeitura do Campus e ao Parque Ecológico da Unicamp, sobre uma parte da área atualmente ocupada pelo Parque ter servido por um longo período como viveiro de mudas da Prefeitura Municipal de Campinas. Vários foram os depoimentos revelando existir, nesta época, visitas sistemáticas de moradores da região, principalmente de bairros mais afastados, que se dirigiam ao lago principalmente para atividades de pesca. Essas informações parecem apontar o entorno do lago como um espaço de lazer já utilizado por uma parte da população. Vejamos alguns trechos de entrevistas que apontam para este fato:

“...Tinha o uso, pelo que eu te falei. Uma população que vinha pra pescar ali, né...e era bastante utilizado até. Nos fins de semana, as pessoas... ficava cheio de gente, os carros encostavam ali, ficavam várias pessoas, mas eram pessoas de fora [...] da periferia de Barão, era gente de Paulínia. O pessoal da Cidade Universitária não usava, porque tinha a água, que era bonito, mas tinha lixo, muito mato, não era cuidado. E daí... com essa urbanização é que mudou totalmente o perfil. Você viu? O perfil antes de uso, e hoje é totalmente diferente” (Sr^a. S., engenheira e paisagista do PEU. É moradora dos arredores e participou do projeto do Parque do Lago).

“...Esse lago era à vontade, entrava gente pra pescar... isso aí era muito sujo, não tinha nenhum trato [...] (o pessoal) entrava com criançada, isso daqui ficava cheio de carro, ficava carro por aí. O pessoal entrava e pescava...” (Sr I., morador dos arredores e dono de um ponto de lanches na entrada do Parque).

“...As pessoas se embrenhavam aqui no meio do mato, que era muito mato aqui, aí você via os carrinhos deles parados ali... carrinhos bem simples, paradinhos, e o pessoal vinha pescar, isso. O pessoal da região mesmo, né? (Sr^a C., moradora dos arredores e também freqüentadora do Parque).

“...A idéia foi só melhorar, dar estrutura de limpeza, de evitar a atividade predatória. O pessoal ia (para o lago) com tarrafa, com garapéia, veneno, bomba. É... esculhambando a pista de todo jeito (Sr. D., engenheiro da P.U. e um dos responsáveis pelo projeto de implantação do Parque do Lago).

Numa pesquisa de caráter exploratório, realizada para avaliar o perfil do usuário em potencial do Parque, em vias de implantação na época, Erbolato (1993, p. 3) argumenta que a escolha do local para sua pesquisa “*baseou-se principalmente na necessidade de intervenção*”, uma vez que o espaço seria entregue à população “*como área pública de lazer...*”. Sem a intenção de analisar detalhadamente os dados dessa pesquisa, chama-se atenção apenas para o fato de que a realização da mesma demonstra, também, que a área do lago já era utilizada como espaço de lazer, principalmente nos finais de semana, antes mesmo da implantação do Parque. Outra

indicação dessa pesquisa, refere-se ao fato da população que freqüentava o espaço naquela época ser preponderantemente oriunda da periferia.

O relato da Sr^a. S., já apresentada anteriormente, também sugere que o perfil das pessoas que freqüentavam o local nessa época era bem diferente do que hoje se pode encontrar. Conforme argumentou esta entrevistada, quem freqüentava o espaço *“só queria que limpasse, que tivesse uma água pra beber, alguma coisa assim, porque eles vinham de fora fazer um lanche e tal... ficavam o dia inteiro. Então, esse perfil mudou muito, entendeu? [...] eram pessoas... geralmente pessoas simples”*.

Comentando uma pesquisa realizada para avaliar o perfil dos *“pré-usuários”* do Parque antes de sua implantação, afirma a Sr^a. S.: *“o pessoal que morava ao redor do parque (nesta época só em projeto), nas entrevistas, o medo deles era que, urbanizando, chamasse muita gente de fora e prejudicasse a vida de quem mora em volta. E, ao mesmo tempo, eles queriam que desse um tratamento mais visual só, ao espaço. Eles não queriam que dessem muita utilidade, pois eles tinham medo dessa coisa de vir muita gente de fora, com ônibus e tal...”*. Parecia haver entre os moradores próximo ao local, uma certa insatisfação com esse fluxo advindo de outros bairros, com a conseqüente resistência à proposta de criação de um Parque em volta do lago. Estes *“vizinhos do lago”* temiam uma intensificação na freqüência de pessoas *“de fora”* no local.

Estas questões referentes às transformações do espaço aqui tratado, indo desde quando era *“sujo”*, *“tinha lixo”* e onde *“o pessoal entrava e pescava”*, até a atual realidade *“asséptica”* do Parque podem nos oferecer os primeiros elementos para reflexão. Este parece ser um processo de *“assepsia espacial”* bastante usual na

distribuição e apropriação dos espaços urbanos, em geral orquestrado pela valorização e especulação imobiliária, do qual os espaços “públicos”, inclusive, parecem não estar imunes.

Lembremos que o espaço era freqüentado por moradores da periferia e que tinham o lago como espaço onde pescavam e conviviam, principalmente nos finais de semana. Por que estas pessoas passaram a não freqüentar mais o espaço em questão depois de urbanizado e transformado em parque público? É possível que a proibição da pesca no local tenha afastado alguns mais aficionados nesta atividade, porém, terá sido este fato suficiente para mudar tão fortemente o perfil sócio-econômico dos freqüentadores do local? Talvez fosse mais apropriado admitir um processo simbólico de exclusão desses moradores de periferia, algo aproximado do processo de *gentrification*⁶.

O Parque do Lago representa hoje, sob determinado olhar, um espaço cercado, vigiado, “asséptico”, freqüentado preponderantemente por pessoas de classe média, onde muitas vezes há uma ostentação simbólica de poder e de consumo expresso nos carros “do ano” estacionados ao redor do Parque, no vestuário impecável, enfim no aspecto de “estar presente” no espaço. Talvez não seja exagero pensar, ao considerar estes aspectos, na produção de “cercas invisíveis”, bloqueios simbólicos e sutis que demarcam espaços entre classes sociais e economicamente desiguais e entre práticas culturais diferenciadas.

⁶ A expressão *gentrification* não possui correspondente em português. Para Featherstone (1995), ela se refere aos processos de restauração e revalorização de áreas urbanas deterioradas das grandes cidades, que transformam-se em áreas ‘nobres’ e passam a ser utilizadas e ocupadas por setores de classe média, com a paulatina exclusão dos antigos usuários ou moradores de baixa renda.

Neste processo de urbanização do local, foi possível identificar interesses aparentemente conflitantes entre a população que antes freqüentava o espaço em torno do Lago, e a que passou a freqüentar o Parque após sua construção. Para a primeira, o interesse estava centrado nas atividades de pesca e em piqueniques, enquanto a segunda centra seu interesse nas atividades de corrida e caminhada.

O curioso é que tais interesses parecem não ser irreconciliáveis entre si, a ponto da permanência de um necessariamente excluir o outro. Retornarei a este ponto no capítulo onde devo tratar as questões mais diretamente relacionadas ao planejamento dos espaços e a vivência do lazer.

De acordo com documentos, plantas técnicas e informações colhidas junto à Prefeitura do Campus da Unicamp e Prefeitura Municipal de Campinas, parte da área ocupada hoje pelo Parque pertence à esfera municipal, via Prefeitura e outra parte à esfera estadual, via Unicamp. De acordo com uma fonte documental⁷, que trata do consórcio estabelecido entre estes dois órgãos públicos para a implantação do Parque, a Unicamp *“disponibilizou, a título de empréstimo”* à Prefeitura Municipal de Campinas, a área demarcada sob seu poder, *“para que o projeto fosse executado, construído, e pudesse oferecer uma condição ótima de uso por seus freqüentadores, ou seja, com a possibilidade de se caminhar por toda a margem do lago”*. Noutro ponto do documento, afirma-se que *“o interesse da Universidade em se utilizar deste Parque em suas atividades acadêmicas sempre favoreceu as negociações entre as Administrações envolvidas”*.

⁷ Of. Nº 33/97, do Departamento de Planejamento Urbano, Prefeitura da UNICAMP, expedido em 07/05/97.

A partir destas considerações, pode-se também levantar alguns questionamentos quanto à relação do Parque do Lago com a Unicamp. Como está expresso no documento ao qual me referi anteriormente, o Parque foi concebido também como um espaço para o desenvolvimento de atividades acadêmicas. Nesta perspectiva, poderia-se supor um espaço onde atuariam, por exemplo, biólogos, professores de Educação Física, animadores sócio-culturais, pedagogos, entre outros profissionais ligados à universidade, vindo a desenvolver entre outras coisas, atividades relacionadas à Educação Ambiental. Além de apresentar um rico potencial para tais atividades, o espaço do Parque limita-se numa grande extensão com o Campus Universitário, o que facilitaria ainda mais tais ações e parcerias. Porém, a idéia de desenvolver atividades acadêmicas no espaço do Parque ficou somente ao nível das intenções.

Com efeito, foi possível perceber na relação entre o Parque do Lago e a Unicamp, enquanto instituições públicas prestadoras de serviços à comunidade, uma ausência total de ações conjuntas que viabilizem projetos acadêmicos e comunitários. Ao que parece, não há iniciativas da própria Universidade nem mesmo da Prefeitura Municipal de Campinas neste sentido. A julgar pelo processo de negociação entre estas duas Instituições para a implantação do Parque, observado nas fontes documentais, assim como em alguns depoimentos coletados durante este estudo, a articulação entre as duas Instituições era feita principalmente pelo Prof. Hermógenes Leitão, antigo diretor do Parque Ecológico da Unicamp e idealizador do Parque do Lago. Com a sua morte antes da inauguração deste último em 1996, a aproximação entre as duas Instituições foi enfraquecida. Vejamos alguns trechos de entrevistas onde nossos personagens apontam aspectos da relação entre a Unicamp e a PMC:

“Eu acho sinceramente que foi... que teve um divisor de águas ali: a morte do professor Hermógenes. Porque ele era uma pessoa que tinha essa ponte com a universidade, com a comunidade, era muito forte [...] Então deveria haver, por exemplo, que era uma coisa que eu acho que ele iria fazer, ele iria juntar tudo isso numa grande comissão, então é... todos os Institutos se você for ver, na área de Educação, na área de Educação Física, na Biologia, na Engenharia Civil, se você for ver todos os... não é um projeto a ser feito por uma Unidade, uma pessoa ou um Instituto, era uma coisa multidisciplinar. E ficou um pouco, eu acho que distante, essa coisa da Prefeitura com a Universidade nesse aspecto... porque ao meu ver, a Prefeitura entraria com a infra-estrutura e a gente entraria com todo esse trabalho....” (Sr^a. S., engenheira agrônoma e paisagista do P.E.U. Trabalhou no projeto de implantação do Parque juntamente com o Prof. Hermógenes Leitão).

“A gente previa que os alunos da, da Faculdade de Educação Física, do Instituto de Artes, da Faculdade de Dança, pudesse desenvolver atividades ali, entendeu? Mas aí não conseguimos nem a, nem... essa integração ainda está por acontecer” (Sr. D., engenheiro civil, funcionário da P.U. Trabalhou em parceria com o Prof Hermógenes Leitão).

“Não! não houve aproximação (da Unicamp com a PMC), não existe! Porque assim, a área era da Unicamp... do meu ponto de vista essa área a UNICAMP nunca utilizou. Nunca utilizou, a não ser... porque você sabe que tem um problema muito sério aqui na área Unicamp, porque a Universidade cresceu sem um projeto adequado tá, o crescimento não foi planejado, então eles tem um problema muito sério e nós (da PMC) por consequência também... (Sr. R., engenheiro civil. É funcionário da PMC).

Como é possível perceber, estas falas institucionais apontam claramente a intenção inicial de tornar o Parque do Lago também num espaço de atuação acadêmica multidisciplinar envolvendo a Unicamp. Elas apontam também que esta atuação nunca de fato aconteceu e os esforços neste sentido desapareceram juntamente com o Prof. Hermógenes. Ameaçando ainda mais uma possível reaproximação, coloca-se o clima de insatisfação da PMC com a Unicamp, como pôde ser visto na última fala destacada. O “problema muito sério” de que fala o entrevistado, é exatamente a incapacidade da Unicamp até o momento em desviar os seus esgotos do Lago do Parque. Voltarei a essa última questão mais adiante.

Os freqüentadores do Parque também demonstraram sensibilidade para perceber a falta de envolvimento entre as duas Instituições, chegando mesmo a sugerir formas de atuação acadêmica e profissional da Universidade. Nestas apreciações, a Educação Física ganha um lugar de destaque na fala dos sujeitos:

“A Universidade poderia usar isso aqui, por exemplo: tirar pressão, fazer exame de colesterol de todo mundo...[...] Tem aqui o pessoal professor da Unicamp a fim de estudar. Você tem que fazer esse trabalho no sentido de orientação de pessoal, sei lá, sei lá de que forma, então monta uma equipe médica, Educação Física, fisioterapeuta. Tem aqui...” (Sr. D., 51 anos, engenheiro. É freqüentador do Parque e em geral caminha acompanhado de sua filha que estuda na Unicamp).

“Olha, a Educação Física é considerada um área da saúde, certo? Mesmo a parte educacional, a Faculdade de Educação poderia ter projeto neste sentido, o Instituto de Biologia poderia ter projeto neste sentido, a Faculdade de Medicina, onde eu trabalho, poderia ter projeto. O lazer vem no contexto da saúde, vem porque se você não tem atividade de nada você fica louco. (Sr. A., 36 anos, médico e professor da Unicamp. Normalmente sua atividade no Parque é a caminhada, muitas vezes utilizando um *disckman*).

“Eu acho assim: com a Faculdade de Educação Física ao lado, com uma modalidade específica de lazer e com o trabalho que a gente tem aqui dentro, de profissionais que trabalham com a saúde, acho que a gente não podia dar as costas... no parque a gente poderia fazer um trabalho não só usando a saúde, eu acho que não tem esse discurso de que a Educação Física tenha que cuidar da saúde, mas eu acredito que a Educação Física pode contribuir para a melhoria de qualidade de vida e, nesse sentido, eu acho que um projeto integrado seria muito interessante visando o lazer” (Sr^a. H., 34 anos, professora da Unicamp).

Como é possível notar, os depoimentos apontam tanto a necessidade de uma maior interação quanto ao incipiente diálogo entre as referidas instituições até o momento. O acesso ao Parque pela Unicamp é restrito a um pequeno portão e somente até um certo horário. Outro portão de possível acesso à Unicamp está localizado próximo à Faculdade de Educação Física, mas que é mantido permanentemente fechado desde sua inauguração. De acordo com informações da

Prefeitura da Unicamp, a interdição do referido acesso deve-se a um certo “problema jurídico” entre a Unicamp e a PMC, envolvendo questões de segurança.

Sem a intenção de aprofundar estas questões neste estudo, é possível destacar que o fornecimento de informações quanto à esta questão foi bastante cauteloso, dando a entender que se refere à vigilância e controle do acesso ao Campus Universitário, uma vez que a Universidade passaria a assumir, juntamente com a PMC, a segurança no interior do Parque. As alusões a este “problema jurídico”, indicaram possíveis indícios envolvendo decisões legais quanto à posse da terra. De fato, em se tratando dessa última questão, o discurso das duas Instituições suscitaram leituras diferenciadas quanto à real situação dos direitos de posse da área que constitui o Parque.

Notei ainda em algumas entrevistas realizadas com pessoas ligadas à esfera municipal, a existência de um certo descontentamento com os esgotos despejados no lago existente no Parque pela Unicamp:

“Veja só, o esgoto é exatamente... é da Unicamp que cai lá Ele cai, se você verificar [...] ele cai direto ali” (Sr. A., da Sub-Prefeitura de Barão Geraldo. Desempenha cargo de liderança na Unidade).

“Dejetos de uso da Unicamp são jogados aqui, mais ou menos por aqui assim (ele mostrava a posição dos esgotos na planta do Parque). Então hoje ela faz menos isso porque a população vem nos cobrar e nós, por consequência, estamos cobrando a Universidade. [...] a Unicamp hoje ela não existe aqui pra nada e ela não, não contribui em nada... (Sr. R., engenheiro civil, funcionário da PMC. Trabalha no setor que lida com parques e jardins).

Embora estas possam ser posições localizadas, isto é, um entendimento pessoal dos entrevistados ligados à Prefeitura, elas demonstram um aspecto a mais do distanciamento entre as referidas Instituições. Voltarei depois a tratar mais detalhadamente esta questão.

Atualmente, o Parque do Lago é um espaço relativamente rico em recursos paisagísticos, apresentando uma flora composta em sua maioria por espécies não-nativas, porém existindo ainda uma vegetação herbáceo-arbustiva primária. A fauna do Parque é constituída principalmente por aves, peixes e roedores (principalmente capivaras).

O lago existente no Parque é mantido por nascente natural, correspondendo a aproximadamente 74% de sua área total, sendo seu entorno coberto por vegetação ribeirinha. O lago apresenta áreas profundas e também áreas de pequena profundidade, favorecendo a captura de peixes pelas variadas espécies de aves nativas que têm no Parque o seu habitat.

Neste espaço, hoje cercado por alambrados, foram feitas algumas obras e instalados os seguintes equipamentos:

- Pista rústica de pedrisco para caminhadas e corridas, medindo aproximadamente 1.745m. Esta pista circunda toda a extensão do Parque.
- 4 áreas reservadas ao longo do Parque, sendo duas compostas por equipamentos específicos para recreação infantil e duas por equipamentos de ginástica
- Uma pequena edificação, que abriga os guardas que fiscalizam o Parque e onde se localizam os sanitários públicos
- Vários bancos de cimento, dispostos ao longo da pista. Estes bancos estão posicionados a poucos metros um do outro e cada um deles apresenta, com cores e desenhos variados, nome e logotipo da empresa comercial que o patrocinou

- 5 espécies de quiosques, cobertos de telhas, que abrigam uma mesa e quatro bancos de cimento. Em alguns pontos, há somente a mesa e dois bancos de cimento, mas sem cobertura
- Uma ponte de madeira sobre a vazante construída do lago, compondo a pista para caminhadas e corridas
- Alguns recipientes para coleta seletiva do lixo
- Um aparelho telefônico de uso público (orelhão)

O Parque possui uma entrada principal e uma entrada para veículos, voltadas para o lado da Cidade Universitária, um pequeno portão com acesso para a Unicamp, na altura do restaurante *Lake House* localizado dentro da Universidade, um portão com acesso para a parte superior do lago fora do alambrado, mas ainda dentro da Unicamp (próximo ao Centro Médico de Campinas), e outro portão que dá acesso à Faculdade de Educação Física da Unicamp. Estes dois últimos portões, encontram-se permanentemente fechados, conforme foi comentado anteriormente.

Logo no início da entrada principal do Parque, por onde há o maior fluxo de pessoas que o freqüentam, pode-se encontrar a edificação que serve de abrigo aos guardas, o orelhão e vários bancos onde em geral se concentram as pessoas que não estão caminhando, correndo ou em atividade junto aos equipamentos específicos já mencionados de recreação e atividade física. Logo nesta entrada do Parque, encontra-se uma placa alertando para a proibição do alongamento muscular utilizando-se do apoio dos bancos, da ponte ou dos postes. O curioso é que, se houve com esta atitude proibitiva uma preocupação com a manutenção destes equipamentos, não houve a mesma preocupação em construir e localizar adequadamente os espaços destinados a tais exercícios. Estes são

preponderantemente realizados pelas pessoas junto às barras de proteção que se seguem à ponte de madeira na beira do lago ou mesmo nos bancos de cimento próximos à entrada do Parque.

No primeiro caso verifica-se o perigo de acidentes, uma vez que tais barras parecem não ter sido construídas para este fim, podendo provocar a queda do usuário dentro do lago caso venham a ceder. No segundo caso, a atividade parece ser marcada especialmente pelo desconforto de quem a realiza. Apesar de emblemáticos, os dois casos descritos não esgotam os exemplos alternativos dos frequentadores em sua relação com o espaço. Estas práticas “burlescas” ou “táticas desviacionistas”, para usar expressões ao modo de Certeau (1996), parecem se contrapor às regras do local e acontecem abertamente, inclusive com a aquiescência dos guardas do Parque.

Em suas abordagens sobre as práticas cotidianas, Certeau (1996) ressalta as “astúcias dos consumidores” ou dos “usuários” em sua anti-disciplina ao controle social coercitivo. Discorrendo sobre as “maneiras de fazer” uso do espaço seja no trabalho ou no lazer, o autor argumenta sobre o recurso das pessoas ordinárias a “táticas desviacionistas”, criativas e sutis, que tendem a não obedecer a lei do *lugar* e mesmo a reinventá-lo.

Outro exemplo que corrobora as práticas de reapropriação do espaço pode ser dado, talvez no sentido inverso aos anteriores, pela sub-utilização dos locais destinados aos equipamentos de ginástica e de recreação infantil. Refiro-me a um sentido inverso dos exemplos anteriores, pois naqueles ocorria uma apropriação reinventada de locais ou equipamentos (barras de proteção, bancos), havendo todavia um uso dos mesmos. Me refiro agora a uma forma de *negação espacial* que

se traduz pela não utilização de determinados locais ou equipamentos colocados à disposição das pessoas no Parque.

Nos dois casos (locais para ginástica e recreação infantil), trata-se de espaços ociosos dentro da totalidade espacial do Parque. No que concerne aos espaços de ginástica, podem contribuir para isto o próprio aspecto “artificial” do local, precisamente demarcado e exposto excessivamente ao sol, e ainda a própria (má)qualidade e a não diversificação dos equipamentos. Quanto aos espaços onde se encontram os equipamentos de recreação infantil, somente um deles possui árvores crescidas amenizando a exposição ao sol. Neste espaço ainda é possível verificar a presença de crianças e até adultos, porém isto somente ocorre de forma significativa nos finais de semana. Talvez seja possível admitir as características desses locais/equipamentos como um reflexo da pouca criatividade/sensibilidade na concepção arquitetônica dos espaços de lazer, presente também no caso do Parque do Lago. Some-se a isso a provável pressa com que o local (antigo viveiro de mudas) foi transformando em Parque público, haja visto que, segundo informações obtidas durante a pesquisa, isto se deu num período de transição na administração municipal, com a conseqüente aceleração de obras e projetos pendentes.

Ainda no concernente às características e à disposição dos equipamentos no interior do Parque, foi possível perceber a existência de um grande número de bancos de cimento ao longo da pista de caminhada e corrida. Estes bancos estão a poucos metros um do outro e espalhados ao longo da pista e dos espaços reservados para os equipamentos de recreação infantil e ginástica. Detalhe: todos possuem, em cores variadas e com diferentes logotipos, o nome das empresas patrocinadoras. Como se trata de publicidade, todos estão voltados para o curso da

pista ou para o local onde as pessoas brincam ou se exercitam. Opinando a este respeito, vejamos a fala de duas freqüentadoras do Parque:

“... Não sei, às vezes eu vejo que tem bancos demais, e que às vezes não é nem... não é necessário, sabe? Acho que eles exageraram um pouco nos bancos... que eu vejo assim, são poucas pessoas assim, que sentam, né? [...] exageraram, extrapolaram, que já comprometeram assim, o ecológico [...] acaba colocando, né? O comércio, propaganda [...] uma maneira dos lojistas faturarem, né? Mas é, tem bancos demais que eu vejo que... poderia por exemplo, né? Aqui nessa parte ainda vai, aqui é perto do parquinho, né? Os pais podem sentar e ficar olhando os filhos, né? Ainda justifica. Mas é um exagero, né?” (Sr^a G., 40 anos, comerciante. Atualmente não está em atividade no comércio formal).

“Ah, olha, eu não gosto desse monte de bancos, com é... propaganda. Eu reconheço que às vezes você precise de apoio de empresas pra poder manter um espaço como esse, tal. Mas eu achei um horror, assim, esse monte de banco me pareceu um verdadeiro horror. Isso pra mim é uma poluição visual. Você tá caminhando e aquele monte de propaganda. Aquela coisa, procuro fechar os olhos a isso. Mas, sem dúvida, isso é um negócio muito negativo. Eu acabaria com os bancos. As pessoas não vêm aqui pra sentar e, obviamente, se viessem, se vêm pra sentar, se pode ter um número menor de bancos, assim se justifica. Assim, o objetivo da colocada desse número de bancos foi atender às empresas que querem é... botar as suas propagandas. Então, tá, o objetivo tá aí invertido, né? Enfim, se colocaria bancos de madeira tal, mas uma coisa que tenha mais a ver com o ambiente. Não esse de concreto com essa propaganda horrível. Esteticamente um horror” (Sr^a C. R., 40 anos, funcionária da Unicamp).

Há pelo menos três aspectos a discutir quanto a esta questão, especialmente tratando-se de um espaço de lazer e, neste caso, de enfoque “ecológico”: o primeiro se refere à agressão visual que este tipo de publicidade causa ao ambiente do Parque. Trata-se de peças destoantes do espaço, pois não constituem um aspecto harmônico ao propósito do lugar.

Segundo, observando a disposição dos bancos, de um lado e outro da pista e voltados para a mesma, por onde há o maior movimento de pessoas, poderíamos supor uma preocupação com a sociabilização e o convívio interpessoal.

Observando mais atentamente, vamos notar que, embora colocados a poucos metros lateralmente entre si, nenhum deles localiza-se de frente para o outro. Como a pista mede aproximadamente três metros de largura, seria possível para as pessoas conversarem umas com as outras sentadas nestes bancos, favorecendo a sociabilidade neste espaço de lazer. Pequenos detalhes podendo contribuir para uma melhor integração.

O terceiro aspecto referente aos bancos, diz respeito ao fato da disposição não facilitar a contemplação do lago existente no Parque, pois inclusive os bem próximos à margem foram posicionados de costas para o mesmo. Durante a pesquisa presenciei muitas vezes o esforço realizado por algumas senhoras sentadas nestes bancos, com a intenção de girar o corpo e poder contemplar o lago. Trata-se de mais um “pequeno detalhe”, o qual atrapalha a possibilidade de contemplação.

De acordo com informações advindas do Projeto Parque do Lago⁸, formulado em 1992 pela Unicamp, a proposta de urbanização e tratamento paisagístico que seriam realizados naquela área denominava como “*preservacionista*” a diretriz balizadora do Projeto, tendo em vista se tratar de “*um ambiente rico em termos ecológicos*”. No entanto, de acordo com o relato do Projeto, “*não se pode esquecer a localização da área e o afluxo de pessoas no local. Uma área verde urbana não pode ser, tecnicamente, um santuário. A cidade é dos homens e cabe ao administrador balancear um uso racional dos recursos naturais, de forma a permitir um convívio harmonioso do homem e os demais seres vivos*”. Argumenta ainda que

⁸Projeto anexo ao Of. 026/92 de 23/04/92. Este projeto possui a assinatura do então Coordenador do Parque Ecológico da UNICAMP, Prof. Hermógenes Freitas Leitão Filho.

“haverá tratamento paisagístico global que criará no local um ponto de lazer ecológico que não existe em Barão Geraldo”.

Tal discurso enfatizando o potencial ecológico do espaço apresenta contradições diretas com alguns aspectos da realidade atual do Parque. Um aspecto significativo neste sentido é a existência de várias tubulações desembocando no lago, sendo a maioria delas provenientes de galerias pluviais dos arredores do Parque. Algumas dessas tubulações são provenientes de esgotos oriundos do próprio Campus da Unicamp. Dois deles mantiveram fluxo permanente durante a realização da pesquisa. Há um conjunto de três grandes tubos de cimento medindo cerca de 1.5m de diâmetro, onde o fluxo do esgoto é despejado próximo a um conjunto de árvores cujas raízes fixam-se num estreito pedaço de terra adentrando o lago, sendo o acesso público terminantemente proibido neste local. Tal proibição parece ser justificada pelo fato dali servir de abrigo à fauna existente no Parque, além de abrigar os vários ninhos de garças e outras espécies de aves.

Ao projetar o Parque, a Unicamp afirmava sobre *“a diretriz balizadora do projeto”* ser preservacionista e *“toda a emissão de esgotos”* ter sido *“desviada do local”*, porém esta mesma Universidade parece contribuir para a degradação do ambiente neste mesmo local. Segundo um informante da Prefeitura do Campus Universitário, somente um fluxo excedente do esgoto é despejado no lago em algumas horas do dia, quando as atividades do Restaurante Universitário se intensificam e a Estação Elevatória mantida pela companhia estatal SANASA (Sociedade Abastecimento de Água e Saneamento S. A.) não consegue fazer o bombeamento de todo o líquido. Porém, esta parece não ser a realidade pois, durante

o período da realização da pesquisa, o fluxo do esgoto apresentou-se contínuo em qualquer hora do dia em pelo menos dois locais. Um desses esgotos jorra exatamente no ponto do lago no qual o acesso público é proibido, onde se abrigam tanto as capivaras como as várias espécies de aves do Parque⁹. Numa placa próxima, colocada pela Unicamp pode-se ler: *Área de Preservação Ambiental: expressamente proibido pescar e caçar*. Vejamos na fala dos freqüentadores do Parque, os comentários feitos sobre os esgotos:

“Você encontra o parque meio descuidado. Então... assim, coisas de esgoto. Já teve várias ocasiões que você vai caminhar e você sente aquele cheiro de esgoto. Você sabe? Eu sei que tem problema com o... a descarga de detritos aqui. E aí você vê peixe boiando ali morto, então obviamente isso interfere na sua... no seu bem estar, assim, né? Durante a freqüência no parque eu acho que mais do que isso, né? Acho que isso mostra um descaso com espaços desse tipo, né? Certos casos aí, do poder público. (Sr^a. C. R., 40 anos, funcionária pública).

“Eu tô vendo aqui o fenômeno ocorrer. Eu vou naquele lá e vejo as despejos da Unicamp sair como uma água. Pra mim, aquilo é demanda bioquímica de oxigênio que entrou ali a mais de duzentos e trinta. Quer dizer, na medida que aquela quantidade de, de fluído vai dominando a lagoa e vai perdendo a capacidade de oxigenação e morre peixe. Eles devem soltar água cáustica pra burro aí. Fizeram uma estação de tratamento lá perto do hospital, até agora não sei o que aconteceu” (Sr. D., 51 anos, engenheiro).

“A própria lagoa, as próprias águas, você vê que ela ainda tá passível de poluição, né? Você sabe a lagoa tá poluída, né? Pelo esgoto, o esgotamento da Unicamp” (Sr. Z., 48 anos, professor universitário).

“Já me disseram que todo dia todo o lixo da Unicamp vem pra cá. Não sei se é verdade ou não, entendeu? Eu não sei como é a questão de escoamento da água, de onde vem, se existe algum cuidado em relação a isto. A única coisa que sei é que a água vem fedida que nem o Tietê (risos)” (Sr. P., 21 anos, estudante universitário).

⁹ A questão da poluição do lago foi destaque das edições nº 89 e 105 do Jornal Integração, da imprensa local.

Mesmo com a possibilidade de se admitir que estas falas tenham sido influenciadas pela imprensa local, ampla divulgadora de matérias denunciando este fato, nota-se que estes freqüentadores percebem e experimentam eles mesmos os efeitos desta poluição, seja na própria observação dos esgotos que jorram a olhos vistos, seja pelo odor por eles exalado em algumas horas do dia.

Para que se tenha idéia da repercussão que tomou a questão da poluição do lago do Parque, vale a pena se remeter ao período sucessório da Reitoria da Unicamp, contemporâneo à realização desta pesquisa. Durante a campanha para Reitor, não foi raro encontrar propostas de despoluição do lago nos discursos dos candidatos, o que de certa forma significa a autenticidade do problema e o reconhecimento institucional do mesmo.

Outra situação problemática refere-se à falta de acompanhamento técnico-ambiental no que diz respeito, entre outras coisas, ao manejo da fauna. É visível o número excessivo de capivaras para o espaço do Parque. A ausência deste acompanhamento técnico, reconhecida em entrevistas por informantes da esfera municipal, permite um total descontrole na reprodução da fauna e o conseqüente desequilíbrio entre oferta e demanda de alimentação, bem como no excesso de excrementos presentes na trilha circundante, principalmente pela manhã. O problema da superlotação de capivaras no Parque foi apontado por muitos entrevistados:

“O que não gosto muito, apesar de ser animal, é as capivaras. Elas estão comendo as plantas, né? Elas chegaram a comer aqui as... é uma judiação, mas, ao mesmo tempo, coitadas, elas precisam comer [...] à noitinha, aí você pode ver aquele monte, aí elas saem, né, e... eu vejo que... tem essa parte que eu, eu não gosto, que elas acabam comendo as plantas, né?” (Sr^a. G., 40 anos, comerciante).

“Um bando de capivaras, eles comem as palmeiras [...] e elas se multiplicaram, né?” (Sr. D., 51 anos, engenheiro mecânico).

“Não gosto porque as capivaras estão passando fome [...] elas não têm a quem recorrer, né? Elas estão indefesas aqui dentro” (Sr^a O., 64 anos, professora aposentada).

“Elas tão comendo até o caule das árvores. Tão acabando com tudo. Logo, logo a gente não vai ter nada. A gente tá começando a ver capivara vazando por baixo da cerca, passando pro outro lado. As pequenininhas atrás da grande. Você não via antes, até eu conversei com um guarda, esses guardinhas aí, esses dias, e ele falou: realmente, elas já tão começando, já percebe-se que elas tão procurando mais não tão encontrando alimento” (Srt^a. M., 33 anos, professora da Unicamp).

“Então você vê excesso de animais, né, as capivaras, por exemplo, que não são bem cuidadas [...] Todo dia aqui as capivaras tão comendo os coqueiros, não cuidam, né, de dar um jeito ou diminuir as capivaras. Levar pra outro local, é lógico. Ou proteger as árvores, né. Porque elas não sabem que estão fazendo o mal. Colocaram elas aqui, então elas estão sobrevivendo. Elas se reproduzem muito [...] Eu contei cento e cinquenta coqueiros que foram destruídos” (Sr. M., 61 anos, engenheiro aposentado).

De fato, o resultado do número excessivo de capivaras pode ser visto, como foi destacado nos depoimentos, no tronco das árvores e nas pequenas palmeiras do parque, desgastadas ou destruídas pela ação desses roedores em busca de uma alimentação cada vez mais escassa. Tal situação é representativa do quadro contraditório do espaço em questão no que se refere ao seu objetivo “ecológico”, pois traduz um descompromisso flagrante com o equilíbrio do ecossistema.

A necessidade de controle na reprodução da fauna num espaço fechado, parece ser uma questão básica, ainda mais quando consideramos o discurso “ecológico” e “conservacionista” subjacente ao projeto de implantação do Parque. Além de crucial para o equilíbrio do ecossistema, este tipo de monitoramento parece não ser uma operação de difícil e custosa execução, principalmente ao

considerarmos a reduzida área total do Parque e a possibilidade de se obter o apoio da Unicamp no acompanhamento técnico da situação.

Uma questão curiosa a ser destacada a respeito dos problemas e desequilíbrios inerentes à manutenção e preservação do Parque, refere-se ao pouco interesse de seus freqüentadores em denunciá-los. Mesmo considerando algumas manifestações populares de indignação face à poluição do lago ou ao maltrato das capivaras, estas são ainda pouco expressivas. Neste ponto, parecem ser úteis as reflexões de Brandão (1994a) sobre o descompromisso dos povos do terceiro mundo, especialmente o povo brasileiro com os espaços públicos, com tudo que é extramuro, extraprivado. O autor faz comparações entre a forma com que é tratado os espaços públicos (tais como praças, jardins ou parques) em países da Europa e no Brasil, ressaltando o descaso exagerado com os mesmos no caso brasileiro, destacando que o tratamento dispensado a tais “coisas públicas” é algo que se realiza no seio da cultura e é internalizado como cultura subjetiva.

Na busca de respostas para essas diferenças de tratamento do extramuro privado pelos diversos povos, Brandão (1994a) argumenta sobre os países que chegaram a um momento mais elaborado de afirmação da cidadania, desdobrarem três categorias onde nós, aqui no terceiro mundo, desdobramos somente duas categorias na geografia social dos espaços urbanos. Num país como a Suíça ou Suécia, prossegue o autor,

“Existe um domínio da privacidade da casa, do terreno, do automóvel que é propriedade de alguém. Existe ainda o domínio daquilo que é público e um outro domínio daquilo que é do governo [...] No Brasil, de uma maneira muito evidente, as atitudes das pessoas frente aos espaços públicos como posse do governo são algo que existe internalizado em nós” (pp. 28-29)

Retomando as questões do Parque do Lago, é possível perceber pelo exposto até aqui, várias contradições no discurso ecológico relacionado à concepção e implantação do Parque. É possível perceber certa distância entre a realidade atual do Parque do Lago e a concepção inicialmente preconizada pelo seu idealizador, o Prof. Hermógenes Leitão. Falecido durante o processo de construção deste “novo” espaço público, o professor foi postumamente homenageado, dando-se ao Parque o seu nome.

O Prof. Hermógenes Leitão, em *Critérios Gerais para Implantação de um Parque Ecológico* (Leitão e Azevedo, 1989), argumenta que *“um parque ecológico congrega uma série de atividades com objetivos específicos, de uma forma harmônica, com o objetivo final de integrar o homem com o meio ambiente pela valorização da natureza”* (p. 11).

Dentre os aspectos básicos para definir a área de um parque ecológico, segundo os autores, podemos destacar: *“(1) o fluxo do público nas dependências do Parque; (2) a necessidade de áreas consideráveis para abrigo e alimentação da fauna (em particular pássaros); e (3) a necessidade de áreas razoavelmente grandes para acomodar os módulos a serem implantados”* (p. 12). Assim, os autores prevêm ainda áreas comunitárias de lazer, tendo como mensagem maior a integração do homem com a natureza; área específica para educação ambiental; área para abrigar pesquisas básicas, entre outras atividades.

Quanto ao sistema de coleta e afastamento de esgotos, recomendam Leitão e Azevedo (1989) que *“as unidades sanitárias construídas no Parque Ecológico devem ser integradas por uma rede de ramais, coletores, interceptores e emissários,*

visando coletar e afastar o volume de esgoto gerado. Não se deve lançar este esgoto em lagos, açudes e cursos d'água existentes na área (p. 44).

Pelo exposto acerca da realidade do Parque do Lago, julgamos ser possível questionar o enfoque “ecológico” dado ao mesmo, tendo em vista o quadro contraditório que esboçamos até aqui. De fato, quanto à denominação de “parque ecológico”, os depoimentos *institucionais* da Prefeitura Municipal de Campinas, Sub-Prefeitura de Barão Geraldo, Prefeitura da Unicamp e Parque Ecológico da Unicamp, parecem reconhecer sua inadequação. O adjetivo “ecológico” dado a este parque municipal parece mais uma idealização do que uma concretização. Considerando ser a adjetivação “ecológico” representativa da questão ambiental na sociedade, é possível admitir ter o processo de implantação do Parque seguido o sucesso das fórmulas “eco”, associando-se ao discurso do propalado “desenvolvimento sustentável”.

Para Silva (1996), o paradigma de suporte desses discursos constitui-se em termos lingüísticos. Trata-se de um mecanismo de adjetivação: turismo *ecológico* ou ecoturismo, gestão *racional*, zoneamento *geo-ambiental*, entre outros. Tal adjetivação, segundo a autora, serve não somente para “legislar” acerca de determinadas práticas, mas também para representá-las como aprioristicamente isentas de serem questionadas, tendo em vista estarem de acordo com a legalidade ambiental.

De acordo com Silva (1997), falar “do lugar” da ecologia, isto é, mostrar-se atuando em concordância com uma postura ecológica, significa hoje estar se colocando num espaço de significação do político. O discurso ecológico constitui-se assim num discurso político, buscando legitimar as práticas a ele vinculadas,

isentando-as de questionamentos, na medida em que, por um recurso lingüístico de adjetivação, possibilita uma relativização dos sentidos dessas mesmas práticas.

Como é lícito admitir no caso do Parque do Lago, as práticas ali desenvolvidas não estão ligadas diretamente ao aspecto econômico ou comercial. Porém, talvez seja possível pensar que a utilização do discurso ecológico, representado pela sua adjetivação, tenha servido, entre outras coisas, para suscitar a simpatia da circunvizinhança e favorecer os apoios institucionais para viabilizar a própria implantação do Parque no local, evitando questionamentos sobre os elementos apontados.

Com algumas exceções, as pessoas entrevistadas se mostraram reticentes quanto à pertinência do adjetivo “ecológico” dado ao Parque, considerando-o muito mais um projeto do que uma realidade presente. Outros se mostraram menos rigorosos em relação a esta questão, julgando pertinente este adjetivo. Vale a pena transcrever alguns trechos das entrevistas a este respeito:

“Eu acho que não tá atingindo o objetivo ecológico não. Tá atingindo um objetivo humano: fuga do urbano, certo? Nós estamos fugindo lá da cidade pra achar aqui uma tranquilidade, mas que é ecológico, não. O sentido ecológico é bonito. Eu vejo garça, eu vejo andorinha, eu vejo capivara. Mas eu morei muito tempo num sítio e sei que a natureza não é só isso. A natureza é bem mais que isso. Então tem que, sei lá, as autoridades aí... a gente tem que ir pra o lado político [...] Se o objetivo deles de fato for ecológico e não político, eles não atingem o objetivo deles não, certo?” (Srt^a. G, 33 anos, policial civil).

“Eu acho que ele nunca foi um espaço ecológico em si. Na verdade eu acho que ele era um espaço até feio, mal cuidado, esse tipo de coisa. Fizeram simplesmente um parque. Eu não acredito que seja ecológico, a não ser que eles tivessem a preocupação de preservar um pouco essa... um pouco do verde que tem aqui, né? Não sei não. Não é um local tão intocado assim, na verdade é um lugar que já foi mexido tudo. Não sei, eu acho que foi a intenção de dar mesmo esse título” (Srt^a. D., 21 anos, estudante universitária).

“Eu acho que pode ser até considerado uma área de proteção. Ecológico mesmo, eu acho que não deve nem ser chamado. É um parque! Um aparelho municipal, de uso. Tem natureza lá, um resto de natureza... que aquilo já foi muito degradado, né? Mata nativa não existe ali. Ali tem bastante exótica, tem... o que sobrou ali são primárias, são plantas, são árvores primárias aquelas que vem primeiro abrir caminho, fazer sombra pra sementes de árvores mais ricas e ‘n’ coisas. Não sei... eu não acho que tenha essa conotação de ecológico. Ecológico pra mim é ir em Mato Grosso pescar uma vez por ano. Lá eu vejo ecologia! Aqui eu vejo tudo degradado, né? E você querendo ou não querendo tem um mal cheiro lá dentro meio desagradável” (Sr. C. A., 41 anos, engenheiro civil. Além de freqüentador do Parque, é também funcionário da Prefeitura da Unicamp.).

Percebe-se nestas falas que alguns freqüentadores apresentam uma postura bastante cética em relação aos seus objetivos “ecológicos” do Parque, ressaltando a distância existente entre o ideal veiculado pela sua adjetivação e o contexto real deste espaço. Outros posicionamentos mostraram-se menos rígidos quanto a esta questão:

“É ecológico porque... porque tem o lago, porque você tem um monte de planta, uma diversidade de planta bastante grande, uma diversidade interessante de bichos, de peixes, e daí chama-se esse... parque ecológico” (Srt^a. H., 34 anos, professora da Unicamp).

“Eu acho que ele é considerado e tem que ser considerado um parque ecológico, embora muita gente não o respeite, né? Ele tem tudo de ecologia, tem pássaros, tem animais, né, tem o verde, as árvores, né, e o ambiente agradável. Ele... quase que ele é retirado do centro. Ele tá quase jogado num espaço livre, quase rural do que urbano, né? Você pode notar” (Sr. M., 61 anos, aposentado. Desempenha uma espécie de liderança junto à comunidade que freqüenta o Parque).

“Talvez seja porque tem um ninhal aí, porque tem umas capivaras, uma água aqui cheia de peixe, mas ecológico mesmo? Eu não vejo uma coisa no sentido de ... porque quando você pensa num parque ecológico, existe um... acho que tá certo, pode ser porque seja fechado e tenha animal aqui dentro. Se pensar dessa forma, tudo bem. Mas, né? Parque ecológico tem que ter uma política, um estudo, um controle [...] um parque ecológico? Você botar os animais lá dentro, aí fecha assim, em volta, aí é um parque ecológico? Não sei!” (Srt^a M., 33 anos).

Estas falas refletem a pluralidade de posturas sobre o aspecto “ecológico” do Parque do Lago. Numa delas, o aspecto “ecológico” está relacionado à presença de animais e plantas, sendo estes elementos, neste caso, representativos da natureza. Noutra, que também inclui estes elementos, verifica-se uma alusão aos limites rural/urbano, relacionando a idéia de “ecológico” ao rural. A última fala também inclui os elementos naturais, porém associa ecologia a estudos, políticas, controles, etc.

Estas questões nos remetem a patamares mais amplos acerca da discussão ambiental na sociedade. Para Serrano (1997), independentemente das causas que o informam e das práticas sociais que dele decorrem, o interesse atual por temas relacionados ao ambiente pode ser interpretado como um desejo contemporâneo de “retorno à natureza”. Para a autora, este desejo traduzir-se-á, por um lado, na obsessão pela proteção da natureza, a valorização e a tentativa de salvaguarda das comunidades tradicionais, e, por outro, a tentativa quase literal de reencontrar a natureza através de práticas de lazer como o turismo, especialmente em sua versão “ecológica”. A procura das pessoas por parques “naturais” no meio urbano pode também ser incluída nessa mesma lógica.

Indo mais além nesta reflexão, Morin (1991, p. 178) sugere que, no fundo, a aspiração à natureza não é somente a expressão do mito de um passado natural perdido. De acordo com o autor, a aspiração à natureza tende a exprimir as *“necessidades, hic et nunc, dos seres que se sentem molestados, sufocados, oprimidos num mundo artificial e abstrato. A reivindicação da natureza é uma das reivindicações mais pessoais e mais profundas, que nasce e se desenvolve nos*

meios urbanos cada vez mais industrializados, tecnicizados, burocratizados, cronometrados”.

Em consonância com as idéias de Morin, Alphandéry et al. (1993), discute a emergência de uma certa “sensibilidade ecológica”¹⁰, afirmando ser esta a expressão de um profundo mal-estar nas sociedades contemporâneas, onde se acumulam bens e detritos, ao mesmo passo em que se artificializam as relações entre as pessoas e o seu meio ambiente.

Este sentimento, até há pouco tempo considerado passageiro, parece ser fortalecido e de certa forma racionalizado frente às sucessivas ameaças ao meio ambiente. A “sensibilidade ecológica” estaria aberta a dois discursos sobre a natureza: *“um, quantificador, atém-se à salvaguarda dos ecossistemas e dos grandes equilíbrios planetários. O outro retoma uma idéia muito antiga, segundo a qual a felicidade humana não se encontra apenas na acumulação de bens mas também nos prazeres estéticos e no refúgio espiritual que proporciona uma relação mais direta com a natureza”* (pp. 26-27).

¹⁰Alphandéry et al. (1993) trata do desenvolvimento de uma certa sensibilidade ecológica, herdeira de tradições diversas, formadas por correntes que não têm fronteiras estanques, habita clientelas, programas e práticas extremamente variadas, formando uma verdadeira nebulosa, cujo caráter complexo nunca será demais enfatizar. “Ela pode ser o veículo de novas formas de consumo, de tecnologias ditas apropriadas, de uma renovação espiritual ou de uma vontade de manter a diversidade dos meios naturais e das culturas. A procura urgente de novas relações entre o indivíduo e o planeta pode, deste modo, tomar mil e uma formas, e esta variedade constitui um dos fundamentos da atual vitalidade da ecologia” (p. 8).

Estes apelos, ao desembocar numa visão reificada da natureza através de noções como “patrimônio comum da humanidade”, “riqueza imaterial”, alimentam o neomito do *paraíso perdido* e a política conservacionista de criação de áreas naturais protegidas, entre elas os parques. Muito embora a sociedade urbano-industrial assim como os avanços da ciência tenham contribuído na dessacralização do mundo e enfraquecido os mitos, a imagem dos parques como um *paraíso intocado* e objeto de reverência do homem urbano ressaltam a vida longa que as mitologias podem apresentar, além da capacidade de ressurgirem no seio da racionalidade (Diegues, 1996, 1997).

Discorrendo sobre a proliferação desses espaços, Alphandéry et al. (1993, p. 37) argumenta:

“Presentemente, multiplicam-se as inaugurações de diversos parques, quer públicos ou privados, que pretendem fazer descobrir, àqueles que os visitam, uma cultura local em vias de extinção ou um ambiente ‘guardado’ numa vitrina. Estes espaços assim ordenados vêm juntar-se à natureza sem homens das zonas desertificadas, das reservas nacionais e dos conservatórios de toda espécie. A natureza encontra-se aí como que personalizada, transformada, transformada em sujeito de direito através de medidas de proteção jurídica”.

Assumindo uma crítica ainda mais contundente, Baudrillard (1995) associa a “redescoberta da natureza” à idéia de *reciclagem*, onde a natureza, sob a forma de campo enquadrado e servido “em mangote” na simbologia dos espaços verdes ou das reservas naturais, surge como reciclagem da natureza. Uma vez produzido de forma deliberada ou não na atual dimensão universal produtiva, estes espaços verdes estariam condenados a serem mais um sinal efêmero do consumo cultural.

Baudrillard (1994, p. 34), vê como negativa a elevação da natureza ao status de sujeito, como uma espécie de extensão dos direitos do homem. Conforme argumenta, a produção e a reificação da modelização artificial do mundo torna o natural detrito do artificial. Ao produzir cidades-modelos, conjuntos artificiais, funções-modelo, produz-se todo o resto como detrito. Segundo o autor, é possível *“imaginar cidades inteiras feitas, não de detritos normais daquilo que serviu e guarda o traço nostálgico do tempo em que serviram, mas de detritos nascidos como tais”*. No momento em que os detritos são produzidos enquanto tais, eles também passam a ser idealizados enquanto tais pelo mesmo movimento. Assim, como a promoção dos direitos do homem sanciona em geral a destituição do homem enquanto tal e o promove enquanto detrito, *“reconhecer os direitos da natureza enquanto tal, a partir do momento em que o seu status torna-se aquele de detrito virtual, equivale a reconhecer os direitos dos detritos enquanto tais”*.

Embora considere bastante pertinentes tais denúncias, alertando-nos para o risco da reificação e da idealização extremada, admito que talvez algumas delas recaiam num outro extremo, o de um pessimismo reducionista. Embora possam ser qualificados negativamente de “amostras de natureza”, como o faz Baudrillard (1995), considero que os espaços urbanos de lazer dotados de elementos naturais e recursos paisagísticos, podem oferecer ao habitante dos grandes centros urbanos, uma possibilidade, ainda que efêmera em muitos casos, de uma interação mais direta com tais elementos. Como foi possível perceber no caso do Parque do Lago, esta interação com a natureza, muitas vezes representada pela paisagem circundante, assume um papel importante no cotidiano dos frequentadores, conforme veremos mais adiante neste estudo.

Um contraponto às idéias de Baudrillard sobre a elevação da natureza ao status de sujeito, pode ser encontrado em Brandão (1994b), o qual apoia-se em Habermas e Marcuse, entre outros, propondo pensar a natureza no palco da subjetividade. A convocação feita por estes dois autores, de acordo com Brandão (1994b p. 77), é ao mesmo tempo racional e amorosa. Este convite *“entre o zelo e o carinho, a uma natureza chamada a ser ativa, senhora de si mesma, dialogal e comunicante ao lado do ‘homem no mundo’, obriga, de cara, o homem a uma capacidade de estender também aos seres da natureza, sujeitos naturais do seu ambiente, sentidos, sentimentos, afetos e gestos tidos, até aqui, como próprios apenas para as trocas recíprocas entre os humanos”*.

Brandão (1994b, p. 78) refere-se não apenas a uma postura de correção ética e técnica, como a assumida pelas idéias vinculadas à “proteção ambiental”, elas mesmas muitas vezes bastante utilitárias, mas um verdadeiro salto de significado e de intenções, pressupondo *“uma radical transformação da própria racionalidade e de todas as suas conseqüências no significado mesmo da relação homem-natureza”*.

A reflexão sobre o Parque do Lago permite compreendê-lo como um espaço privilegiado, considerando o contexto urbano no qual está inserido, para a vivência do lazer num contato mais direto com alguns elementos naturais e paisagísticos, ao mesmo tempo em que encerra contradições com esta mesma perspectiva. Foi possível perceber, e sobretudo é percebido pelos freqüentadores do Parque, o potencial que o mesmo apresenta como um espaço de lazer diferenciado, tendo em vista as variadas práticas que nele já ocorrem e que poderiam vir a ser propostas e incentivadas. Como área de lazer e de “preservação ambiental”, o espaço do Parque encerra potencialidades ainda não dinamizadas de animação sociocultural,

pesquisa e educação ambiental, aparentemente fora dos propósitos gerais da administração municipal.

Com efeito, o Parque do Lago apresenta peculiaridades. Excetuando os finais de semana, nos quais há uma maior diversificação do público, os freqüentadores de uma forma geral são os moradores mais próximos ou que por algum motivo têm atividades cotidianas próximas ao Parque. Este fato tende a dar ao Parque uma identidade própria, tornando-o um lugar onde são compartilhadas práticas de sociabilidade, sobretudo entre “vizinhos”. As nuances destas práticas e da transformação do espaço em *lugar* é o que veremos a seguir.

Vivenciando os Espaços de Sociabilidade no Parque - Dialética Entre Espaço e Lugar

A discussão a ser aqui empreendida trata da relação humana com o espaço, a partir da análise da experiência dos freqüentadores do Parque do Lago com este espaço específico. Com base nas observações e nas entrevistas realizadas, pude vislumbrar peculiaridades no modo de articulação e na construção de laços afetivos estabelecidos entre as pessoas e a totalidade espacial do Parque.

Assim como são variados os motivos pelos quais as pessoas freqüentam o Parque, são variadas as maneiras de vivenciar o espaço em questão: alguns correm, uns caminham, outros contemplam ou brincam. No entanto, estas maneiras de vivenciar o espaço, não se apresentam de forma homogênea.

No intuito de ilustrar esta heterogeneidade na relação com os espaços, pensemos no exemplo da caminhada. No dia-a-dia das pessoas no Parque, foi possível perceber posturas “descontraídas”, contemplativas e com variação na

trajetória, em contraste com caminhadas tensas, exageradamente apressadas e caracterizadas por um certo automatismo. Assim, pude visualizar não só modos diferentes e até discrepantes na articulação com os espaços, mas também diferentes atitudes em relação à natureza e à fruição do “tempo livre” vivenciado no Parque.

A própria motivação das pessoas para freqüentar o Parque, também se apresentou impulsionada por aspectos diversificados, conforme pode ser percebido em suas falas:

“O parque funciona mesmo como um espaço pra eu poder caminhar, né? Fazer caminhada, relaxar um pouco. Eu acho Barão Geraldo, é... eu acho que não tem um lugar muito específico pra isso, as ruas e tal. Então, aqui ainda tem esse espaço que você pode. Você tem como marcar tempo, a quantidade que você anda. Então, é por isso que eu venho pra cá. Acho que é bom!” (Srta. M., 33 anos, professora universitária).

“Primeiro porque é uma forma de você ver a natureza e poder caminhar mesmo para manter a forma. [...] É um lugar meio reservado para isso também né, você fica mais sossegado sem carro, sem aqueles problemas de roubo, de alguém te abordar. Então você vê o pessoal se exercitando, você fica um pouquinho mais... motivado, né? Aquela coisa... por isso” (Sr^a. E. 38 anos, comerciante).

“O trabalho meu em si, ele requer muito a cabeça, muita atenção, você entendeu? Eu mexo muito com o público tal, certo? E quando eu venho aqui eu faço uma higiene mental e tal. Eu crio melhores idéias pro outro dia, certo? Para outros momentos, você me entendeu? Sabe, ele me ajuda muito psicologicamente. Sabe, eu acho que é muito importante pra mim” (Sr. R. L., 41 anos, comerciante).

“Ah, eu venho porque eu acho, acho é um... um modo de... é uma qualidade de vida, você vir ver essa coisa tão bonita, né? Tão... esse verde, essa água, né, essa natureza em si, o todo, né? É... o parque, eu venho todos os dias, é uma maneira de cuidar do meu corpo, cuidar da minha mente também, né? No... no geral, né? E sair daqui assim, carregada de energia, né? Ver os patinhos, os pássaros, né? Você sai assim, né, mais relaxada, mais pronta pro dia” (Sr^a. G., 40 anos, comerciante).

“A motivação de eu freqüentar é a minha preocupação comigo mesmo. Acho que eu andando eu estou evitando aí uma artrose no futuro, né?”

Eu poderia andar em qualquer lugar, mas é um lugar que eu gosto, um local que me descansa, me faz bem” (Sr. D., 51 anos, engenheiro).

É possível perceber, somente nesses trechos de entrevistas, motivações diferenciadas para a sua freqüência ao Parque. Nas falas, há predominância de um interesse específico ligado à atividade da caminhada, alguns apontam para um junção de interesses entre a caminhada e o contato mais direto com a natureza, e outros para um interesse mais voltado a um reequilíbrio mental e o estímulo à criatividade através de um momento de relaxamento.

Na verdade, a compartimentalização feita aqui entre esses interesses é muito mais um recurso analítico do que a realidade da situação. Isto é, o interesse pela atividade da caminhada pode, como foi possível verificar em muitos casos, estar vinculada ao desejo de contemplação da natureza que, por sua vez, busca um estado de relaxamento e de bem-estar. Pode mesmo agregar estes interesses à busca obstinada de condicionamento e forma física. Contudo, foi possível perceber, tanto nas observações de campo como nas entrevistas, estilos de vivenciar o espaço marcados por diferentes características, como tentaremos discutir ao longo deste trabalho.

A observação do cotidiano do Parque do Lago permitiu notar a existência de um público diferenciado concentrando-se em alguns horários. Neste sentido, podemos dizer que na parte da manhã há predominância de uma faixa etária mais avançada, com a presença de muitas pessoas idosas, especialmente senhoras. Na parte da tarde esta predominância não se apresenta tão forte, costumando haver um número expressivo de adultos jovens e de adolescentes. Nos finais de semana, a

característica dos visitantes muda sensivelmente, quando o público é mais fortemente representado por famílias inteiras, inclusive com a presença acentuada de crianças.

A atividade preponderante de articulação com o espaço do Parque do Lago se dá pela caminhada. Esta forma de articulação com o espaço assume características próprias dentro de uma perspectiva experiencial. De acordo com Tuan (1983), o movimento é, por excelência, uma forma de tomar consciência do espaço. Mais ainda, além da visão e do tato, é através dele, o movimento, que os seres humanos mantêm sentimentos intensos com o espaço e pelas qualidades espaciais.

Este elo afetivo entre a pessoa e o lugar, foi chamado por Tuan (1980) de *topofilia*, um conceito que deve incluir todos os laços afetivos da pessoa com o meio ambiente material. Tais laços, segundo o autor, apresentam-se profundamente distintos em intensidade, sutileza e modo de expressão. De acordo com Tuan (1980, p. 107), *“a resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada”*. No entanto, mais profundos, permanentes e difíceis de expressar são os sentimentos nutridos para com o *lugar*, tendo em vista o valor com que o dotamos, por ser este o *“locus de reminiscências”*.

Os sentimentos para com o espaço transformado em lugar, como podemos perceber na fala dos entrevistados, assumem diferente perspectivas:

“Aqui, eu por exemplo me sinto muito bem, a gente... não sei se é do próprio ser humano se apegar aos lugares, você acostuma a ficar naqueles lugares, né? [...] a gente sai pra caminhar na rua, não é a mesma coisa! Então, aqui esse espaço verde, essa água, esses bichos aí, acho que ajudam também, acho que relaxam também, acho que é um fator muito importante essa ligação que a gente tem com a natureza, como espaço também de atividade física. [...] porque eu adoro esse

espacinho aqui, adoro sentar nesses bancos, sentar nesses banquinhos, eu gosto de dia de domingo aqui, pouquinho depois que você toma café, na hora um pouco antes do almoço, você vê pessoas passeando, você observa as pessoas. É interessante! Eu gosto, eu adoro, adoro bicho, natureza” (Srt^a M, 33 anos, professora universitária).

“(Gosto) da amplitude, sensação de liberdade, contato com a natureza, contato com o ambiente mesmo, é um ambiente anti-stress mesmo. Isso por causa da nossa vida particular moderna, trabalha o dia todo. Então, isso é importante” (Sr. A., 36 anos, professor universitário).

“Ah, eu gosto do lago, né? Bonita a paisagem, os pássaros, eu acho assim bonito né, as árvores, tudo o que tem nele. [...] É como se tivesse bem lá na roça (risos), num lugar assim, bem na natureza mesmo. Ficar andando, não é como você andar na calçada, no meio do trânsito, sabe? É uma coisa mais... Assim você se sente, você se esquece um pouquinho da vida lá fora, você vai caminhando, você vai...” (Sr^a E., 38 anos, comerciante).

“Você tem toda uma ambientação, você tem os bichinhos que ficam andando, você vê esse monte de capivara que tem aqui. Quer dizer, você tem toda essa parte de paisagismo, de um ambiente assim. Você tem muito mais contato com a natureza, com esse verde todo, com a água e muito mais. É mais tranquilo também. Eu não sei, eu acho aqui muito menos neurótico. [...] Então eu acho assim, uma calma gostosa porque mesmo quando aqui tá cheio de criança que fica aquela barulheira é um lugar gostoso, entendeu? Eu acho que me passa uma calma muito grande, uma tranquilidade, uma sensação de prazer mesmo. Eu gosto daqui” (Sr. P., 21 anos).

Ao se referir à sua relação mais íntima com o espaço do Parque, as falas dos nossos entrevistados parecem impregnadas de um sentimento de afetividade em relação ao *lugar*, sendo ressaltados como aspectos fundantes dessa relação a própria experiência da caminhada e a possibilidade de uma interação mais direta com a natureza. Este fato também corrobora as reflexões de Tuan (1983, P. 14), para quem “os movimentos freqüentemente são dirigidos para, ou repelidos por, objetos e lugares”. Santos (1997) nos lembra neste sentido, a existência do fator *intencionalidade* entre objetos e ações. Isto é, a intencionalidade seria uma espécie de corredor entre sujeito e objeto.

De fato, os freqüentadores do Parque do Lago demonstram aspectos particulares em sua relação afetiva com este lugar. Na verdade, foi possível notar também nas observações de campo que as pessoas elegem intencionalmente seus “lugares” dentro desta totalidade. Assim, elege-se um local específico para o alongamento, um determinado ponto de parada para apreciação da paisagem, um banco específico ou um determinado local na grama para sentar, etc. Neste sentido, ao passo que o Parque assume o papel de um espaço diferenciado e dotado de significado afetivo, em relação a outros espaços do bairro ou da cidade, também os “subespaços” no interior do Parque assumem este aspecto de diferenciação e significado afetivo em relação a outros “subespaços”.

Como argumenta Tuan (1983), o espaço indiferenciado, na medida em que passa a ter significado, isto é, na medida em que é dotado de valor, transforma-se em lugar. Para este autor, espaço representa liberdade enquanto lugar está relacionado com segurança, refúgio:

“Na experiência, o significado de espaço freqüentemente se funde com o de lugar. ‘Espaço’ é mais abstrato que ‘lugar’. O que começa como um espaço transforma-se em lugar à medida em que o conhecemos melhor e o dotamos de valor [...] as idéias de ‘espaço’ e ‘lugar’ não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e da estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar” (p. 6).

O lugar é acima de tudo, de acordo com Carlos (1996), produção humana. Trata-se do produto das relações humanas estabelecidas entre o homem e a natureza. Para a autora, o lugar ganha sua tecitura com as “relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados

e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade"

(p. 28).

A identidade do Parque do Lago enquanto um espaço diferenciado e dotado de significado afetivo, pode ser percebido inclusive ao analisarmos alguns trechos da fala dos nossos entrevistados quando comparam as experiências vivenciadas no espaço do Parque do Lago e no Parque Taquaral:

"Mas o Taquaral não me trouxe essa sensação que esse parquinho me traz. Porque aqui tem uma coisa de aconchego. Pelo tamanho, por, não sei se tem aquela coisa interiorana ainda, gostosa. O Taquaral ele é muito, você vê que ele já tá meio produzido. Eu não gosto acho que é muito artificial. Não sei. Acho que é uma impressão que eu tive, não sei se é o que tá do lado, aquela cidade toda carregada do lado; aquele movimento; e um monte todo de loja já, encostadinho. Sai de lá e já tem barzinho cheio de gente e tal. Até que é gostoso, eu curto, mas você caminhar lá dentro assim... não deu, não bateu, aquela coisa gostosa [...] do lugar. Me identifiquei com aqui... aconchegante" (Srt^a. M., 32 anos, professora universitária)

"Lá (no Parque Taquaral) é mais um passeio mesmo, sabe? Seria para você passear, porque é muito grande, talvez exija um pouco mais de sua expressão corporal, tá (risos)? Mas aqui você se esforça mais. Como aqui é menor, você corre mais, procura dar mais voltas. Talvez você nem sinta, nem perceba o quanto você tá andando, entendeu? Esse é um pouco menor. a única coisa é que lá tem muito espaço. É uma eternidade"(Sr^a., E. 38 anos, comerciante).

"O Taquaral... ué, ele é bem maior, né? Tem... tem um espaço bem maior, né? [...] Mas ao mesmo tempo assim, eu não curto assim... uma coisa assim muito grande sabe? Eu gosto daqui porque no fim você vai acaba explorando assim, rapidinho (risos) o lugar, né? [...] Impossível pra você acabar conhecendo ele todo, né? [...] No final de semana fica ali muito cheio" (Sr^a. G., 40 anos, comerciante).

"Eu acho aqui mais tranqüilo eu acho o local mais tranqüilo. É um local que você anda mais despreocupado. No taquaral - porque eu trabalho na polícia, no taquaral eu tenho visto, assim, muito roubo, muito furto. Então eu acho que as pessoas não andam tão tranqüilas lá, aqui elas já andam mais tranqüilas, que parece assim... um pessoal de mais idade que vem aqui, né? Um pessoal mais pé no chão. Lá, vai mais a moçada, né, a criançada. Eu gosto mais daqui" (Srt^a. G., 33 anos, policial civil).

“O Taquaral é um parque assim mais central na cidade, então é freqüentado por pessoas de vários pontos da cidade, aqui não. Eu acredito que venha pra cá somente as pessoas que moram aqui no Barão Geraldo” (Sr. A., 36 anos, professor universitário)

Estes depoimentos apontam aspectos que se referem tanto ao tamanho dos espaços aludidos como o número diferenciado de pessoas que os freqüentam. Refletindo sobre a questão do tamanho, é possível inferir que a preferência dessas pessoas pelo espaço mais reduzido do Parque do Lago ocorra em função da maior facilidade de apreensão de sua totalidade espacial.

Uma outra questão a ser discutida em relação a esses dois Parques, que aparece nas entrelinhas dos depoimentos mas principalmente na observação do cotidiano do Parque do Lago, refere-se ao processo de formação dos grupos. No caso do Parque Taquaral, de acordo com Bruhns (1997a), os grupos tendem a se formar a partir das atividades físicas ali desenvolvidas, nomeadamente a caminhada e a corrida. No que concerne ao Parque do Lago, a formação dos grupos se dá muito mais por relações de “vizinhança”, isto é, o Parque é um local privilegiado de encontro com pessoas da própria comunidade, a partir do qual se estreitam laços de sociabilidade. Como ressalta Halbwachs, citado por Maffesoli (1994, p. 68), pode-se admitir que *“existem tantas maneiras de se representar o espaço quanto existem grupos”*.

A realidade do Parque do Lago, com efeito, permite considerar a diversidade de relações e de sentimentos ligados a este espaço de lazer. É possível falar em sentimentos de sociabilidade, de pertença e de religiosidade, no sentido de celebração do espaço, re-ligação com a natureza. Celebração que, no dizer de Maffesoli (1996), traz ao religioso a sua dimensão original de ligação. O autor,

expondo sobre estes “pontos altos”, estes lugares emblemáticos, argumenta que a cidade contém uma multiplicidade desses pequenos pontos, todos tendo uma função comum: são nesses lugares onde se elaboram as complexas teias da comunicação-comunhão. Nas palavras de Maffesoli (1996), tais lugares de sociabilidade, *“estão repletos de afetos e de emoções comuns, são consolidados pelo cimento cultural ou espiritual, em suma, são feitos por e para as tribos que aí escolheram domicílio. É, aliás, sua maior ou menor capacidade de exprimir (ser a expressão de) a ou as comunidades que o habitam que faz, de um espaço físico, um espaço vivido”* (p. 269).

Esse aspecto de sociabilidade, da relação com o outro, existente na vivência de um lugar, pode ser encontrado em alguns depoimentos dos frequentadores do Parque do Lago. Vejamos então algumas falas:

“... Você vai caminhando, você vai conhecendo as pessoas que vêm todo dia a caminhar aqui. Tem um senhor que ele dá oito voltas aqui. Não sei se você já viu um senhor que anda rapidinho, já viu? Seu Mário, você acaba conhecendo a pessoa assim de caminhar. Às vezes você está caminhando no mesmo ritmo que ela, acaba conversando, sabendo onde mora conhece, isso também. Tem isso também, você acaba conhecendo as pessoas aqui. Apesar de a minha companheira de caminhada... ela dá sempre uma volta a mais que eu” (Sr^a. C., 44 anos, dona de casa).

“Olha, eu acho que é a convivência com o pessoal. Aqui é mais chegado, a gente conhece mais as pessoas e... Conheço uma boa parte das pessoas. Eu não sei qual é o número de pessoas que andam aqui, mas tem uma boa parte que a gente conhece. Isso eu acho que é muito gostoso, muito bom. Porque hoje a gente sai daqui, já cai na... na vida, na briga pelo dinheiro, pela manutenção de si. Você esquece de fazer amizade. Se você esquece de uma série de coisas que são pequenas, mas no todo realmente.... Amizade e tudo, é muito, muito claro [...] Talvez o movimento da rua, o carro que vem, você vai cumprimentar, então não dá. Aqui não. Aqui modificou totalmente. Aqui eu acho que a gente conhece mais aproximadamente cinquenta pessoas” (Sr. S., 64 anos, empresário).

“...Você pode andar descontraidamente e encontro pessoas também que eu conheço do bairro, que se tornou um lugar comum pra alguns amigos

que a gente encontra [...] eu encontro pessoas conhecidas e encontro pessoas... Pessoas que eu desenvolvi amizade aqui, né? Não se tornaram amigas, se tornaram pessoas conhecidas... que praticam a mesma coisa, na mesma faixa etária, mesma realidade, conversa, os filhos crescidos também” (Sr. D., 51 anos, engenheiro).

“...E daí então a gente conhece muita gente. Vai conversando durante todo tempo e conhece e conversa e convive com muita gente. Eu acho isso muito bom. Na rua o que a gente vê é cimento e aqui a gente vê pessoas, né?” (Sr^a. V., 46 anos, psicóloga).

Dessa forma, as falas apontam para a compreensão do potencial socializador do espaço transformado em lugar. Espaço que pode ser entendido, de acordo com Maffesoli (1996), como tempo que se cristaliza, sendo essa cristalização causa e efeito comunitário. Assim, a “forma” é, de certo modo, o envoltório que abriga a sociabilidade. Para o autor, na indiferença que caracteriza as megalópoles, têm-se a proliferação dessas “portas”, *“esses lugares onde é possível reconhecer-se a si próprio, ao se identificar com os outros, lugares onde, sem se preocupar com o domínio do futuro, ordena-se seu presente, lugares enfim, onde se elabora essa forma de liberdade intersticial, em ligação direta com o que é próximo e concreto”* (p. 273).

O Parque do Lago pode então ser considerado no contexto urbano de qual faz parte, como um desses “espaços de celebração” de que fala Maffesoli (1994), onde podemos “tocar” este *outro* com o qual fazemos o mundo. O espaço do Parque torna-se assim o *laço* pelo qual a sociabilidade se concretiza.

Dentro desta discussão, podemos trazer a reflexão de Santos (1997), apoiando-se em Duvignaud, para quem o intercâmbio efetivo entre as pessoas é a própria matriz da densidade social, configurando-se como condição para essas relações que se acumulam, diversificam-se e renovam-se.

Ainda na perspectiva da identificação com o espaço e da sociabilidade, podemos estabelecer relação com a categoria de “pedaço” discutida por Magnani (1994). Porém, isto somente pode ser feito com ressalvas, uma vez que, como observa o autor noutro momento (Magnani, 1996), no caso de lugares destinados ao lazer, onde os freqüentadores não necessariamente se conhecem ou mantêm vínculos construídos no dia-a-dia do bairro, o reconhecimento entre as pessoas é expresso pelos mesmos símbolos. Estes, por sua vez, remetem a gostos, valores, modos de vida semelhantes, além de hábitos de consumo parecidos.

O Parque do Lago, neste sentido, parece encerrar esta realidade, especialmente quando consideramos alguns grupos mais assíduos. Trata-se de um “pedaço” onde o reconhecimento e a identificação se dá, entre outras coisas, pelo gosto ou pelo sentimento de obrigação com a prática de atividades físicas, por ideais estéticos similares, pela relativa valorização da natureza e pelo modo de vida e hábitos de consumo que, pelo menos em parte, se assemelham.

Estes aspectos estão em relação direta com a experiência do tempo-espaço, no “pedaço” onde o lazer pode ser vivenciado. É sobre as nuances das experiências vivenciadas como lazer neste espaço e do Parque como espaço público para o lazer, que passarei a tratar no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

A Vivência do Espaço-Tempo de Lazer

Após ter discutido aspectos da relação humana com a totalidade espacial do Parque do Lago, enfatizando os ricos processos de sociabilidade que nele têm lugar, pretendo seguir discutindo as vivências pessoais e coletivas de seu cotidiano, desta vez enfocando-as sob o aspecto das experiências do espaço-tempo como lazer. Ao propor esta análise, busco acima de tudo refletir sobre a lógica que permeia a experiência do *tempo*, vivido na *espacialidade* do Parque por seus freqüentadores. Sendo o Parque um espaço público criado especificamente para a vivência do lazer, importa aqui discutir o teor dessa vivência, buscando a apreensão de suas significações. Nesta perspectiva, remeto-me inicialmente ao enfoque dos aspectos que configuram as experiências do tempo vivenciado no espaço Parque, onde elas se aproximam de uma característica mais *compulsiva* no usufruto desse espaço-tempo.

Num segundo momento, uma vez esboçado um quadro inicial sobre o teor dessas experiências, busco me deter nos aspectos que permitem vislumbrar, nesta mesma realidade, a presença de uma postura mais marcada pela lógica da *gratuidade*, mais contemplativa em relação ao espaço/natureza e onde a fruição do tempo se dá de forma mais relaxante. Muito antes de procurar enfatizar possíveis contradições inerentes ao discurso de nossos entrevistados sobre estas questões, meu objetivo é focar o movimento dialético das posturas assumidas na vivência do espaço-tempo como lazer. Dessa forma, tentando esquivar-me de uma posição dicotomizada que estabelece contraposições do tipo utilitário/gratuito, lazer/anti-lazer,

tenciono enfatizar a porosidade e a natureza híbrida das posturas assumidas pelos sujeitos da pesquisa, como será exposto ao longo do trabalho.

Numa terceira seção, busco abordar aspectos mais relacionados ao espaço público “institucionalizado” de lazer que é o Parque do Lago, empreendendo um enfoque mais voltado à sua inserção no âmbito das políticas públicas municipais. Será dada atenção às nuances de sua transformação espacial ao longo do tempo, bem como de outras questões que permitam a apreensão de suas características enquanto espaço específico para a vivência do lazer.

Um Espaço-Tempo Vivido Compulsivamente

No âmbito das teorias sociais, conforme pode ser observado em Harvey (1998) e Luchiarì (1996), as formulações de tempo foram fartamente privilegiadas. Ao partir da concepção iluminista de progresso, argumenta Luchiarì (1996), pode-se compreender como a metáfora do tempo tornou-se predominante no seio de uma sociedade que buscava incessantemente a superação desse tempo. Assim, manipulados por uma racionalidade instrumental, espaço e natureza cederam lugar ao tempo enquanto devir de uma nova sociedade.

Apoiando-se em nomes como Foucault, Soja e o próprio Harvey, Luchiarì (1996, p. 196) afirma que a metáfora do tempo sempre esteve associada à modernidade/modernização. Além de fortalecer a submissão da categoria espaço a um objeto de dominação, a idéia de progresso também priorizou o tempo histórico e suas qualidades de vir-a-ser. Subsidiada pelo historicismo, a teoria social *“condicionou a percepção de mundo à temporalidade do devir do progresso. O espaço se restringiria ao cenário onde se desenrolava a história do ser social”*.

Luchiari (1996) aponta a década de setenta como um marco privilegiado no debate que vem a reivindicar um equilíbrio interpretativo entre tempo e espaço. Para a autora, a emergência da questão ambiental, a globalização da economia e a mundialização da cultura, vêm somar-se às vozes que se levantavam em favor da perspectiva espacial para a compreensão da realidade. Segundo a autora, a retomada do espaço como categoria analítica junto à teoria social, ganhou maior notoriedade nas chamadas ciências humanas:

“Esta nova perspectiva, apoiada em um equilíbrio interpretativo entre tempo e espaço na teoria social, ainda não foi totalmente construída. Muitas vozes ecoam neste sentido, mas a primazia do tempo/histórico arraigada em nossa concepção de mundo, os equívocos dos discursos pós-modernos e uma realidade ao mesmo tempo global e fragmentada dificultam a capacidade de apreensão e de construção de uma teoria social histórica e, ao mesmo tempo, geográfica” (p. 197).

De acordo com Harvey (1998, p. 190), as formulações advindas da teoria social, especialmente de tradições vinculadas a Marx, Weber, Adam Smith e Marshall, privilegiam o tempo. Elas em geral apresentam a suposição de alguma ordem espacial preexistente onde operam processos temporais ou, por outro lado,

“Que as barreiras espaciais foram reduzidas a tal ponto que tornaram o espaço um aspecto contingente, em vez de fundamental para a ação humana [...] A teoria social sempre teve como foco os processos de mudança social, de modernização e de revolução. O progresso é seu objeto teórico, e o tempo histórico, sua dimensão primária. Com efeito, o progresso implica a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e a ‘aniquilação [última] do espaço através do tempo

Harvey (1998, p. 206), considera importante a maneira pela qual interpretamos tempo e espaço na teoria, à medida que esta afeta a forma como tendemos a interpretar e depois agir com relação ao mundo¹¹. Ele argumenta sobre a

¹¹ Como ressalta Da Matta (1996, p. 37)), *“tempo e espaço constróem, e ao mesmo tempo, são construídos pela sociedade dos homens”*, portanto, *“não há um sistema social onde não exista uma noção de tempo e outra de espaço”*.

necessidade de se investigar os processos materiais, reprodutores das relações sociais, para que se possa atribuir significados objetivos ao espaço e ao tempo. Assim, conclui o autor que estes “*não podem ser compreendidos independentemente da ação social*”, ação essa que é disciplinada pelas coerções da malha repressiva, mas que também tende a gerar *lugares* para movimentos de resistência.

Se é possível, de acordo com tais asserções, afirmar que o conhecimento na teoria social ao longo da história parece ter privilegiado o *tempo* como categoria de análise em detrimento da categoria *espaço*, talvez fosse possível suspeitar ter o mesmo ocorrido em relação às elaborações teóricas sobre o lazer. Como demonstra Gebara (1993), a dimensão *tempo* teve um impacto decisivo no estudo do esporte, do lazer e também da Educação Física ao longo da história.

Embora a abordagem acerca das experiências de lazer aqui empreendidas objetivem alcançar um certo equilíbrio entre as dimensões *espaço* e *tempo*, considerando-os como realidades indissociáveis à medida que um pressupõe a existência do outro, torna-se inevitável, pelo menos neste momento, demorar-se um pouco mais detidamente no tratamento desta última categoria.

Discutindo questões sobre o tempo na perspectiva de De Grazia e Thonpsom, Bruhns (1996) argumenta sobre a existência de um sistema variado de concepções de tempo, os quais aparecem de forma mesclada e não em estado puro. Porém, na sociedade urbano-industrial, o que prevalece é o tempo linear: objetivo, quantitativo e universal. Neste sentido o tempo é concebido como uma unidade quantificável que deve ser contada, investida e economizada. Como argumenta a autora, uma vez que o tempo de trabalho passa a ser vendido aos patrões e o “tempo

livre” a ser comprado pelo trabalhador, torna-se ele mesmo uma mercadoria, permeada assim pela lógica da utilidade, do tempo cronometrado e da produtividade.

Estas características pareceram expressar-se nas experiências vivenciadas pelos freqüentadores do Parque do Lago. Em alguns, pude verificar uma tensa preocupação com o tempo de realização de suas atividades, assim como a atitude de “consumo” do espaço, expresso no sentimento de *obrigação* em percorrer um determinado percurso correndo ou caminhando (com a necessária contabilização em metros), ou de realizar outras atividades *produtivas*, contanto com a necessária *lucratividade* em termos de aquisição de saúde ou em *ganhos* na manutenção da forma física.

Percebemos aí uma mesma lógica entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, enquanto dimensões sociais igualmente marcadas pela produtividade e pelo rendimento. É neste sentido que as formulações de Baudrillard (1995, p. 161) ganham pertinência, ao argumentar ser o tempo uma mercadoria cada vez mais preciosa e submetida às leis do valor de troca. Para ser “consumido”, o “tempo livre” tende a ser cada vez mais “comprado” seja de forma direta ou não. No sistema vigente, escreve o autor, “*o tempo só pode ser ‘libertado’ como objeto, como capital cronométrico de anos, de horas, de dias, de semanas a ‘investir’ por cada qual a seu bel-prazer. Por conseqüência já não é ‘livre’, uma vez que se encontra regulado na sua cronometria pela abstração total do sistema de produção*”.

Talvez já possamos “ouvir” um pouco mais o que nos diz os personagens da pesquisa, sobre suas experiências no Parque do Lago. Vejamos primeiramente o que alguns deles comunicam quando se referem à dimensão *tempo*:

“É um tempo meio contado sim. É difícil vir pra cá só pra... Normalmente não dá tempo (risos) vir pra cá pra curtir o parque [...] Fico aqui entre uma hora e uma hora e meia” (Sr. P., 21 anos, estudante universitário).

“...Durante a semana eu venho (com o tempo) contadinho, né? Porque eu tenho trabalho logo em seguida e...” (Srª C. R., 40 anos, funcionária pública).

“...Tenho que acordar às seis horas. É que às seis e quinze eu tenho que tá lá e vou correr até às sete e vinte, né? Tenho chegar em casa, tomar banho, trocar a roupa e ir pra loja [...] Esse problema... eu sou muito limitado de tempo. Por exemplo, eu saio daqui às cinco e trinta, pois às seis e trinta eu quero tá em casa porque eu tenho o que fazer, eu tenho que gerenciar... Eu tenho outro serviço fora da universidade, então eu tenho que trabalhar à noite, então eu não posso estar perdendo muito tempo. Então, eu sei que tenho que consumir ali uma ou uma hora e quinze. Então, menos no sábado que eu poderia ir mais relaxado, não é, eu tô preocupado com o horário” (Sr. C. A., 41 anos, funcionário público).

O discurso desses personagens parecem ser bastante representativos de um tipo de postura assumida perante a experiência vivida no Parque. Embora possa não parecer, principalmente se os discursos forem observados isoladamente do seu contexto, eles se referem a um tempo vivido num espaço de lazer, isto é, num tempo supostamente “livre” ou “livremente” escolhido. Frases do tipo “a gente *perde* um tempo”, “*não dá* tempo”, “tenho que *consumir* ali uma ou uma hora e quinze”, somente corroboram a idéia de um tempo permeado por constrangimentos, como de uma compulsão do *fazer*.

O tempo não *aproveitado* para *fazer* algo visivelmente produtivo, parece ser considerado, para alguns freqüentadores do Parque, tempo perdido ou mal *utilizado*. O uso constante da expressão “tenho que...”, exprime de certa maneira a transposição da lógica das obrigações e dos deveres do cotidiano ao tempo-espaço de lazer, parecendo constituir-se numa indicação a mais de sua natureza híbrida.

Os constrangimentos inerentes às experiências humanas vivenciadas no Parque do Lago, nos remetem aos argumentos de Baudrillard (1995, p. 164), ainda que estes por vezes apresentem-se permeados por um certo exagero. O autor afirma vivermos numa época em que “os *homens jamais conseguirão perder tempo suficiente para conjurar a fatalidade de passarem a vida a ganhá-lo*”, visto o mesmo ocupar um lugar de destaque na produção real ou simbólica da sociedade de consumo. Dessa forma, ele faz uma crítica contundente à idéia de um tempo “livre”, uma vez que este não escapa aos constrangimentos do tempo produtivo e do cotidiano escravizado.

O caráter de constrangimento, presente em algumas situações relacionadas às atividades desenvolvidas, foram melhor constatadas pela observação sistemática do cotidiano do Parque. A partir desses olhares foi possível perceber, em alguns casos, que as pessoas realizavam suas atividades no Parque após o horário de trabalho, sendo possível notar várias delas ainda vestidas com as mesmas roupas utilizadas nas suas atividades profissionais durante todo o dia, isto é, camisa social, calça *jeans*, sapatos, etc. Bastante comum também foi a presença de pessoas caminhando com a chave de seu carro na mão e com os fones de um *walkman* nos ouvidos.

Ao referir-me a estes “detalhes”, obviamente não me dirijo à questão da adequação ou inadequação do vestuário em si ou do uso do *walkman* na prática, por exemplo, da caminhada. Interessa muito mais explorar este conjunto de características, como expressões simbólicas da *porosidade* entre a lógica do tempo de trabalho (assim como de outras obrigações institucionais) e de não-trabalho. Trata-se de uma imagem rica em significados, especialmente se a imaginarmos

simbolizando a extensão da mesma lógica de uma sobre a outra esfera, lógica esta marcada por constrangimentos da produtividade e da otimização do tempo-espço. Talvez o trabalho tenha invadido o espaço-tempo de lazer, provocando uma mesclagem entre os dois, onde o caráter do dever, da obrigação, apresenta-se em evidência.

As atividades físicas realizadas sob o constante uso do *walkman*, também são, ao meu ver, passíveis de reflexões desta ordem. Uma freqüentadora do Parque, habitualmente portando um *walkman* em suas atividades, revelou numa conversa informal, que aproveitava aquele espaço de tempo para, de uma só vez, realizar sua atividade física e ouvir as músicas das quais gostava e não dispunha de outro tempo disponível para fazê-lo. Aquele tempo de permanência no Parque, já *comprimido* e constrangido devido a outras ocupações obrigatórias a serem cumpridas, tinha que ser otimizado em seu potencial de utilização. Aparentemente não era aquele um *tempo* nem um *espaço* para uma atitude perceptiva de “ouvir” as próprias respostas corporais ao ato da caminhada, de ouvir os sons do ambiente, das árvores, dos pássaros.

Observando algumas pessoas desde o momento de sua chegada até sua saída do Parque, percebi muitas vezes um ritmo frenético e apressado, especialmente nas caminhadas, muitas vezes realizadas sob a marcação rigorosa do tempo e do espaço percorrido em metros e com as constantes consultas ao relógio.

As sensações de um tempo “comprimido” e essa luta para “encurtar” o espaço, expressos tanto no discurso como nas próprias atividades de alguns dos entrevistados, remetem-nos às reflexões de Harvey (1998) sobre a experiência contemporânea do espaço e do tempo. Como ressalta o autor, com a passagem do

Fordismo para um modelo de acumulação menos marcado pela rigidez, a “acumulação flexível”, as duas últimas décadas experimentaram uma fase intensa de “compressão do tempo-espaço”, impactando fortemente não só nas práticas político-econômicas, mas também sobre a vida social e cultural como um todo. Harvey (1998) argumenta sobre a necessidade do regime de acumulação capitalista em impor regras disciplinares, o “controle do trabalho”, para manter o sistema funcionando. No entanto, como veremos, o autor amplia esse “modo de regulamentação” às demais esferas da vida, isto é, também o tempo de não-trabalho:

“A disciplinação da força de trabalho para os propósitos da acumulação do capital [...] é uma questão complicada. Ela envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais” (p. 119).

A emergência de formas mais flexíveis de acumulação, a ascensão de outras formas no âmbito da cultura e a “compressão do tempo-espaço”, são pontos centrais dessas “transformações” contemporâneas. Dentre os muitos desenvolvimentos relacionados à esfera do consumo, Harvey (1998) destaca a mobilização da moda em mercados de massa, com a conseqüente aceleração do ritmo de consumo não só de objetos, mas também de uma gama variada de atividades de lazer e estilos de vida, e ainda um deslocamento do consumo de bens para o consumo de serviços. A aceleração do “tempo de giro” na produção teria conduzido necessariamente a uma aceleração no tempo de consumo. Na “ponta do consumo”, a acumulação flexível teria sido acompanhada por uma atenção redobrada às modas fugazes, assim como a mobilização de diversos artifícios para forjar e induzir necessidades e as imprescindíveis mudanças que isto implica. Assim, “a

estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais” (p. 148).

Retomando as entrevistas realizadas, as falas são reveladoras. O trecho seguinte permite explorar um pouco mais esses elementos, os quais permeiam a experiência espaço-temporal vivenciada no Parque do Lago.

“É, o tempo é curto, né? Por que se tem muita coisa pra fazer [...] porque se a gente for ver, a gente tá vindo aqui, a gente perde um tempo. Se não for pra saúde, pra... alguma melhoria para o organismo da gente, pra o corpo da gente. Além disso, mais nada. É mais mesmo pra caminhar por causa do colesterol, da pressão, pra manter a forma e tomar o sol da manhã que também é bom pra mulher. Por causa da osteoporose, né, ajuda a circulação. Pros ossos também...” (Sr^a C., 38 anos, dona de casa).

Percebe-se na fala desta freqüentadora, um certo aspecto de obrigação, o sentimento de “encurtamento” do tempo e de *perda* do mesmo. O tempo *gasto* em suas atividades no Parque parece se justificar pela possibilidade de obtenção da saúde. O “tomar o sol da manhã” apresenta uma lógica duplamente instrumental: ocorre “por causa da osteoporose” e ainda “ajuda na circulação”. Sigamos com outros exemplos nesta mesma direção:

“Eu não sei...(venho) pela questão da saúde, da forma física que eu tenho que passar a vida fazendo dieta... E além disso, eu acho que não tenho mais problema de coluna, né? Não sinto mais a dor nas costas. Então eu continuo andando. Não foi a caminhada que melhorou? Melhora, sem sombra de dúvidas”(Sr^a. V., 46 anos, psicóloga).

“Ah, eu faço isso mais pra eliminar o cansaço, o estresse, até por recomendação médica no caso, né? Falou assim: “ó, vai lá, corre” Sr. L., 22 anos, estudante).

“Olha, esteticamente nem tanto né, seria mais com a saúde né, que a gente vai ingressando aí nos inta, próximo dos enta (risos). Então diante

do que se lê, do que se comenta né, que a atividade física é importante, então uma forma assim de tentar levar isso adiante, de ter, de deixar como um costume mesmo e quem sabe ter uma vida melhor, e eu tenho problema respiratório né, então esse exercício me ajuda muito, me ajuda porque as vias respiratórias ficam mais aliviadas, porque estão sempre fechadas, trancadas, então acho que isso já é alguma coisa”(Sr. R., 34 anos, funcionário público).

“Na verdade, tem mais a ver com forma física e com saúde e mais, com saúde mesmo, nem tanto com forma física. Mas pra tentar manter uma rotina de, pelo menos, todo dia ter algum tipo de atividade. [...] É que, eu não sei. Na verdade, pra mim, até nessa fase assim, tá mais uma coisa de missão cumprida, de andar, de fazer isso [...] Eu só curto mesmo o lugar quando eu paro e leio e tal. Quando eu tô meio concentrada numa atividade física assim, eu acabo não... não sei, não captando muito isso não. E principalmente que eu venho de walkman também, você vem ouvindo música, você não tem essa ligação, né? Então eu acho que é mais isso, a sensação de tá cumprindo um negócio” (Srt^a. D., 21 anos, estudante).

As falas dos nossos personagens evidenciam o aspecto instrumental das experiências vivenciadas no tempo-espaço do Parque. Estas experiências podem ser vinculadas à preocupação com a saúde e à aquisição ou manutenção da forma física.

As vantagens da atividade física como corridas e caminhadas, constituem-se consenso na Medicina. No entanto, como ressalta Sant’Anna (1994, 80), foi na década de setenta que a produção de imagens, estudos e campanhas de lazer passaram a associar mais intimamente estas atividades aos preceitos de uma vida saudável. Conforme argumenta a autora, “*manter a boa forma através da prática esportiva que, nessa época, ampliava seu leque de opções, tornou-se mania e um ideal a ser perseguido, especialmente durante o tempo livre*”.

De fato, este ideal parece estar presente em muitos dos freqüentadores do Parque do Lago, embora apareça de forma mais exacerbada em alguns casos. A discussão sobre as experiências corporais no Parque será objeto do próximo capítulo,

cumprindo aqui somente referir-se à maneira como são vivenciadas no tempo-espço de lazer. Estas experiências, evidenciadas nas sistemáticas observações das pessoas no Parque e mesmo nos seus discursos, são acompanhadas de um considerável grau de ansiedade e preocupação com o tempo, sendo muitas delas realizadas numa percepção de necessidade, movidas por pressões impostas de fora para dentro.

Mais uma vez recorro a Baudrillard (1995, p. 163), buscando apresentar argumentos para a compreensão destas questões. Explica ele sobre a lei do tempo como valor de troca e mesmo como força produtiva, não se imobilizar no limiar do lazer. O tempo vivido como “lazer” não escapa aos constrangimentos reguladores do tempo do trabalho e das demais obrigações institucionais, uma vez que *“as leis do sistema de produção nunca entram de férias [...] o aparente desdobramento em tempo de trabalho e tempo de lazer – inaugurando este a esfera transcendente da liberdade – constitui um mito”*.

Baudrillard (1995, p. 165) afirma serem idênticas as carências e contradições tanto no tempo de trabalho como de não-trabalho. O autor, sem medo de exagerar, aponta no tempo de lazer o mesmo *“encarniçamento moral e idealista de realização que se descobre na esfera do trabalho”*. Ele argumenta ainda não ser o lazer, como também o consumo, a praxis de satisfação, manifestando-se assim somente na aparência. Argumenta ainda ser a obsessão estética, a mobilidade sobressaltada dos turistas em todo o mundo, *“a ginástica, e a nudez indispensável debaixo do sol obrigatório e sobretudo o sorriso e a alegria de viver sem desfalecimento – tudo testemunha da consignação total ao princípio do dever, do sacrifício e de ascese”*.

Como alternativa a este estado de coisas, E. P. Thompson sugere mudanças na forma de vivenciar o tempo, buscando superar as barreiras existentes entre o trabalho e a vida. Dessa forma, o autor propõe não o retorno impossível à época pré-industrial, mas a busca de uma noção de tempo útil menos compulsiva e de relações mais ricas e relaxantes, fundamentada acima de tudo nos interesses humanos (Cf. Bruhns, 1996).

De Grazia, citado por Bruhns (1997c), ressalta a escassez, no mundo industrial, da presença do lazer como algo aproximado do ideal clássico de ócio, seja como fato ou ideal. Esta escassez é explicada pela perda do caráter gratuito das experiências, num contexto onde há a necessidade de se explicar tudo pelo julgo da utilidade e da produtividade. O autor é enfático ao afirmar a lógica que permeia a vida contemporânea, a qual raramente permite momentos de interiorização, de quietude contemplativa, elucidando: *“talvez seja possível julgar a saúde de um país pela capacidade de seu povo não fazer nada, tombar-se a murmurar, deambular sem fim algum, sentar-se ou tomar um café. Porque quem quer que possa não fazer nada, deixando seu pensamento voar, tem que estar em paz consigo mesmo”* (p. 31).

As colocações de De Grazia são, ao meu ver, bastante pertinentes ao atual contexto urbano-industrial, à vivência contemporânea do lazer e à realidade investigada. O autor demonstra serem raros os momentos em que nos permitimos instantes mais contemplativos e de interiorização, admitindo, ainda que raramente, experiências próximas à gratuidade. É sobre estas fugidias possibilidades, estes horizontes onde o gratuito se insinua de forma dialética na realidade pesquisada, que encaminharei a discussão.

Horizontes Menos Constrangedores no Espaço-Tempo de Lazer: Possibilidades de um Diálogo com a Natureza

Na seção anterior, procurei abordar as experiências espaço-temporais de “tempo livre”, enfatizando características compulsivas ao modo como estas experiências são vivenciadas por alguns dos freqüentadores do Parque do Lago. Como qualquer espaço público de lazer, o Parque recebe uma gama variada de freqüentadores, e estes por sua vez apresentam estilos diferenciados, modos conflitantes e até contrários de vivenciar o espaço-tempo de lazer.

Considero necessário, antes de prosseguir com os argumentos, trazer à lembrança as considerações de Certeau (1994, p. 41) em suas ponderações sobre as *operações dos usuários* supostamente entregues à passividade e à disciplina. O autor trata dos esquemas de ação ou modos de operação pelos quais as pessoas em seu cotidiano reinventam as culturas difundidas e impostas, introjetando aí suas próprias “maneiras de fazer” como contrapartida. Estas “*maneiras de fazer*” constituem as *mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural*”.

As análises de Certeau (1994) auxiliam o argumento de que, na vivência cotidiana do Parque do Lago, as pessoas apresentam maneiras próprias de se relacionar com o espaço, não raro sobressaindo-se às formas mais comuns de se apropriar do mesmo. Se até aqui ressaltamos formas características de experienciar o tempo-espaço de lazer mais pautadas pela lógica da compulsividade, é lícito também admitir a existência de outras maneiras de vivenciar essas experiências. Afinal, como ressalta Certeau (1994, p. 40), “*a presença e a circulação de uma representação, não indicam de modo algum o que ela é para os seus usuários*”.

A realidade pesquisada mostrou algumas situações, as quais poderiam indicar formas de vivenciar o espaço-tempo de lazer numa perspectiva menos permeada pela lógica da compulsividade. Seria possível falar em experiências no espaço-tempo de lazer, num envolvimento mais suave e relaxante com o espaço e com a natureza. Não desprezando aqui o fato dos freqüentadores possuírem ocupações sócio-profissionais distintas, o que incorre em cargas horárias diferenciadas e mais ou menos rígidas. Da mesma forma, deve-se levar em consideração, neste caso, não o aspecto quantitativo do tempo destinado às atividades desenvolvidas, mas sim a atitude da pessoa em relação à experiência vivenciada.

Assim, mesmo com as necessárias restrições no tempo de permanência no Parque, algumas pessoas apresentavam movimentos menos frenéticos nas atividades realizadas, gestos menos compulsivos, ritmos firmes mas aparentemente destituídos de ansiedade, além de uma expressão facial mais relaxada. Além desses indicadores, o olhar sereno e atento aos estímulos visuais do ambiente, os momentos de contemplação do lago e das aves, entre outras “mensagens” simbólicas fornecidas, foram expressões de uma atitude mais harmônica consigo próprio e com os demais elementos do espaço.

Num universo de pessoas visivelmente apressadas em suas atividades, foi possível observar a presença de alguns simplesmente passeando, imersos na leitura de um livro ou simplesmente sentados na grama. Mesmo nas próprias atividades preponderantes no Parque, a caminhada e a corrida, pude perceber certa descontração nos movimentos. Estes indicativos, revelados na observação do

cotidiano do Parque e também nas próprias entrevistas, permitem admitir formas de vivenciar o espaço-tempo menos permeadas por constrangimentos.

Algumas falas exprimem essa postura menos compulsiva em relação às atividades realizadas no Parque, assim como parecem indicar uma atitude mais harmônica com as experiências vivenciadas. Todavia, deve-se também estar alerta ao aspecto conflituoso dos discursos. Como veremos, há em algumas falas o desejo de vivenciar momentos relaxantes e de refletir sobre si mesmo e sobre a vida. Por outro lado, observa-se a dificuldade em se desvencilhar de uma atitude cobradora de produtividade. Vejamos alguns desses discursos:

“Você tem aquela coisa de ficar consigo mesmo, né? Interiorização [...] porque a gente não se conhece, não fica um pouco com a gente mesmo, de te dar esse espaço, ficar pensando em si. Você acaba meio que descontrolando o resto. Eu acho muito bom esse tempo que você tem [...] reequilibrar mesmo. [...] porque são todas as obrigações de trabalho, de estudo, as coisas da faculdade, então você tem que estar fugindo um pouco disso” (Sr. P., 21 anos, estudante).

Embora o trecho final deste fragmento de entrevista denuncie um desejo de evasão aos constrangimentos das obrigações institucionais, pode-se destacar a intenção reflexiva que lhe é inerente. Parece haver uma intenção de estar consigo próprio, de “dar um espaço” à reflexão sobre si mesmo e sobre a vida, além de uma declarada busca de reequilíbrio e de harmonização. Seria possível, no sentido apontado pela fala deste entrevistado, vislumbrar o tempo-espaço de lazer como privilegiado, em relação às demais esferas da vida social, para a vivência de momentos de interiorização e reflexão diante da vida? Ou seria mais sensato acreditar que a postura reflexiva apresentada pelo entrevistado é uma postura diante da vida em suas diferentes esferas? Na primeira direção apontam, entre outros autores, Marcellino (1990, 1998) e Bramante (1998).

Marcellino (1990, 1998), considerando o lazer como sendo a cultura vivenciada no tempo “disponível” das obrigações institucionais, acredita na possibilidade desse tempo ser privilegiado para a vivência de valores que perspectivem mudanças tanto de ordem moral como cultural. Estas mudanças, argumenta o autor, seriam necessárias ao solapamento da estrutura vigente e à instauração de uma nova ordem social.

Os argumentos de Bramante (1998, p. 11) são no sentido de que “o lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado”. O autor afirma sobre a dimensão do “não trabalho” poder assumir, no quadro atual de instrumentalização e mercadificação do tempo, “*uma nuance extraordinária para a vivência da essência humana, através da conquista de um tempo da ‘não utilidade’ frente às pressões crescentes de se dar sempre uma certa finalidade ao uso do tempo*”.

De fato, parece coerente admitir que as experiências vivenciadas no tempo-espaco como lazer, possam ser mais ricas para a expressão das potencialidades humanas, especialmente se as compararmos com as experiências vivenciadas, por exemplo, numa linha de montagem, onde o grau de instrumentalização e automatismo atinge muitas vezes os limites do humanamente suportável.

Todavia, embora estes argumentos possam ser aceitos, torna-se necessário um exercício de relativização dessas idéias. Não é novidade que as experiências vivenciadas no “tempo livre” muitas vezes assumem características muito próximas das que são criticadas e associadas ao trabalho e consumo alienado. Afinal, trata-se de um mesmo sujeito vivenciando diferentes esferas de uma mesma

existência. Portanto, deve-se evitar o risco de dicotomização da realidade, admitindo a vida como um todo, onde dificuldades e facilidades recortam-se, num espaço único.

É necessário ainda ponderar, como já o fizemos páginas atrás, sobre a “liberdade” na escolha das experiências a serem vivenciadas no tempo de “não trabalho”. Como destaca Gutierrez (1997, p. 53), deve-se compreender a liberdade de escolha num sentido relativo. A escolha seria livre na mesma medida em que a consciência individual do sujeito social possa ser assim considerada. Para o autor, *“ela só é livre porque o sujeito opta individualmente por ela a partir do confronto com o seu passado, onde estão cristalizadas todas as referências culturais, sociais, antropológicas e políticas do meio em que se insere”*. Isto é, embora resultado de uma opção individual, a experiência de lazer é permeada por uma forte componente de determinação ambiental e histórica.

Refletindo sobre tais opções “livres”, Bruhns (1997c) apoia-se em De Grazia para contestar o mito da liberdade em relação ao tempo. A autora argumenta sobre este “livre” significar “fora do trabalho”, sendo este tempo desejado pelas pessoas para realizar atividades que, por suas características, traduzem-se por ações bem pouco livres. A autora prossegue, convidando-nos a uma reflexão sobre a vida,

“Incluindo o tempo o qual nos rege e ao mesmo tempo nos comprime, seja de trabalho ou de não trabalho, bem como a necessidade de nos percebermos no mundo onde estamos vivendo, realizando algumas opções. Sejam quais forem essas opções, devemos estar atentos para as conseqüências decorrentes, o que torna-se difícil de perceber quando o tempo ‘é dinheiro’” (p. 31).

Sigamos estas discussões, trazendo para o debate outros entrevistados da pesquisa:

“É um tempo que dá pra você meditar muito. Parece incrível, entendeu? Eu acho que muita coisa, muita coisa eu resolvo na hora que tô

caminhando. É... muita coisa mesmo, inclusive de trabalho e de negócio [...] É uma hora e pouca de meditação. Olha, eu vou dizer assim: quanta coisa eu já resolvi? Eu quando tô sozinho com meus pensamentos... Nossa, é uma hora e pouco que eu tô por aqui. Eu... me encontro [...] Eu geralmente faço um balanço do que acontece no dia anterior, certo. O que foi bem, o que não foi bem. O que errei, que geralmente a gente erra mais do que acerta... A gente é muito exigente, né? E muito exigente com as pessoas. Normalmente, a gente vê mais os erros das pessoas que as qualidades. Então isso é o que eu...eu acho muito importante. É uma meditação... por isso eu acho que é o ponto fundamental da, da caminhada: meditação e manter a saúde” (Sr. S., 64 anos, empresário).

Esta fala é ilustrativa no sentido de demonstrar quão imbricadas são a esfera do trabalho e as demais esferas da vida, incluindo-se aí o lazer, não permitindo a análise das mesmas como dimensões estanques e separadas. Também ilustra a ambivalência dos discursos, da qual já nos referimos. O discurso apresentado pelo Sr. S. nos remete novamente às reflexões de De Grazia, citado por Bruhns (1997d), acerca das regras para o emprego do tempo. Para o autor, somos levados em primeiro lugar a empregá-lo em situações que demonstrem visivelmente tratar-se de uma ocupação. Em segundo lugar, devemos fazer coisas produtivas que melhorem ou elevem a nossa posição social e econômica. Numa palavra, somos levados a fazer algo, e mais ainda, fazer algo produtivo.

Por outro lado, a fala desse entrevistado demonstra ser o espaço-tempo experienciado também como palco para reflexão sobre si mesmo e sobre sua relação com os outros. A experiência do espaço-tempo no Parque, expressando-se aqui primordialmente pela caminhada, reflete um interesse sim em “*manter a saúde*”, em resolver coisas “*inclusive de trabalho e de negócio*”, mas também e ao mesmo tempo, oferece a possibilidade de “*meditar muito*”, de promover esse “*encontro*” consigo próprio.

Torna-se necessário enfatizar que não assumo aqui uma posição judicativa que, além de separar “ação” e “reflexão”, acentua o valor desta última. A intenção aqui, com o que ora se discute, é ressaltar a natureza híbrida, o caráter *misto* das experiências humanas no espaço de lazer pesquisado, onde parece possível a vivência de diferenciadas posturas no “tempo livre”, como, por exemplo, a fugaz compulsividade pela boa forma e a reflexão sobre si mesmo e sobre a vida. Vejamos outro depoimento que nos conduz a discussões desta mesma ordem:

“Eu procuro muito usar esse tempo pra fazer reflexões sobre minha vida, né. De um modo geral a gente não tem muito tempo pra fazer isso, né? Correria do dia-a-dia, você não faz isso. Então normalmente eu... eu reflito aqui nesse período que eu fico, que é uns quarenta minutos, né? Dou umas duas voltas. Não dá pra fazer mais que isso todo dia. É um momento de eu refletir sobre a minha vida. À parte isso, tá num lugar como esse te coloca, vamos dizer assim: um pouco de bem com a vida. E você vê um dia lindo como esse, um lugar bonito como esse que te deixa como se você fizesse as pazes assim, com a... os outros habitantes do planeta, né?” (Sr^a. C. R., 40 anos, funcionária pública).

É possível perceber nesta última fala tanto um aspecto produtivo, expresso na frase “*eu procuro muito usar esse tempo*”, subjacente ao estabelecimento e controle rigoroso do tempo de permanência no Parque. Paralelamente, o tempo-espaço vivenciado também é o da reflexão sobre a vida e as ações que nela têm lugar. O depoimento incorpora uma postura contemplativa dos elementos naturais existentes no Parque e para o interesse em harmonizar-se com os “*outros habitantes do planeta*”.

São introduzidos aspectos da relação homem-natureza no espaço-tempo vivenciado como lazer, nos quais vale a pena deter-se um pouco mais. Outros elementos dessa relação serão apontados adiante pelos sujeitos da pesquisa, sugerindo um olhar mais apurado para apreender suas nuances.

Para Alphantéry et al. (1993), a procura de vínculos entre a pessoa e o planeta constitui-se numa preocupação central de uma componente da “sensibilidade ecológica”, a qual é expressa por certos movimentos místico-religiosos. Muito embora a natureza e o cosmo tenham sido sempre manifestações do sagrado para o homem religioso, o autor afirma que para o homem das sociedades contemporâneas artificializadas, *“massificadas e privadas de qualquer referência a uma qualquer transcendência, eles podem também constituir princípios de reenraizamento, de ruptura com uma vida social sobreorganizada, e de ‘reencantamento do mundo’”* (p. 42).

Questionando a natureza das necessidades modernas, Alphantéry et al. (1993), argumenta sobre a impossibilidade de definirmos as nossas necessidades livremente, mesmo as necessidades biológicas, uma vez que estas se inscrevem no interior um certo número de regras relativas a um ou mais sistemas culturais determinados. O autor aponta a sociedade de consumo como aquela que conseguiu organizar, na história da humanidade, um controle social mais eficaz das necessidades, tanto no plano individual como coletivo, e tudo isso sob a aparência da mais completa liberdade. Segundo o autor, *“apenas uma minoria dos indivíduos, à superfície da Terra, pode gabar-se de se ter libertado do mundo das necessidades: a libertação, seletiva, do trabalho servil pouco modificou a jornada de trabalho e provocou problemas técnicos, ecológicos e humanos sem precedentes na história; e o lazer e a cultura são, no essencial, entregues às leis do mercado e às imposições da publicidade”* (p. 125).

As recorrentes alusões ao contato mais direto com a natureza, na pesquisa, representando aspectos importantes na vivência de momentos de

interiorização, reequilíbrio e reflexão sobre si mesmo e sobre a vida, parecem ser suficientes para apontar horizontes de uma experiência tanto mais sensível quanto mais relaxante no “tempo livre”. Vejamos, a este propósito, outros “sinais” fornecidos pelos participantes da pesquisa, onde os elementos naturais do Parque recebem claramente um lugar de destaque:

“Eu acho que é o verde mesmo, é o lago, a paisagem que você vê, é uma outra qualidade de espaço, né, que você tem. Não é uma praça, por exemplo. Numa praça, tudo bem, mas aí você não tem verde, não tem contato com a terra, não sei. Eu tenho uma ligação muito forte com isso, não sei se é uma coisa pessoal minha, mas... (Srt^a. D., 21 anos, estudante).

“Ver aquela árvore lá cheia de garça, lá. Até exercita a íris da gente” (Sr. D., 51 anos, engenheiro).

“Eu acredito que a partir da observação, a partir do contato que a gente tem com as plantas, com os animais e com a água, principalmente, que é uma coisa que eu acho que me dá muita energia, você consegue um reequilíbrio” (Sr^a. H., 32 anos, professora universitária).

“Eu quero passear, não quero fazer nada [...] tem uns dias que tá mais calmo, aí fico duas horas olhando só pro lago (risos), pensando em nada” (Sr. P., 21 anos, estudante).

“É um caminho gostoso de se fazer. As flores aqui tem... algumas poucas, mas algumas coisas que eu passo sempre olhando, vou descobrindo. Um dia eu vejo uma, falo: pô, ontem eu passei aqui, parece que não vi aquela florzinha ali, e também esses bichos que tem, que não são quase nada, mas as capivaras me agradam bastante [...] A paisagem ajuda bastante, a lagoa...” (Sr. L., 27 anos, motorista).

“Depois de um dia de trabalho [...] Então, você vai relaxando... começa a florir a árvore, né? Uma ave vem pousando. Outro dia é uma nuvem que é muito bonita, então você tem... (Sr. Z., 45 anos, professor universitário).

Pelo seu conteúdo explícito, estas falas podem nos levar a concluir pela existência de experiências gratificantes num contato “mais direto” com a natureza no espaço de lazer investigado. Elas são exemplos de uma vivência menos efêmera e

mais gratificante do tempo-espaço vivenciado como lazer. Todavia, convém ser cauteloso com essa afirmação. Cumpre admitir, por exemplo, que experiências deste tipo ainda estão ao nível das exceções no contexto investigado e, talvez, considerando a contraditória e sincrética realidade do país, noutros parques urbanos brasileiros. Isto pode ser ainda melhor constatado não no discurso, mas na comunicação não verbal das pessoas no dia-a-dia do Parque. Além disso, ela somente corrobora a diversidade de posturas no usufruto do “tempo livre” num mesmo espaço público, e somente nos alertam para a possibilidade de vivenciar o espaço-tempo de lazer de forma mais harmoniosa consigo próprio, com os outros e com a natureza.

Talvez este “quadro”, do qual lazer e natureza parecem fazer parte indissociavelmente, possa ser compreendido através da discussão empreendida por De Grazia, relacionada à contemplação. Para ele, o contemplador

“Olha o mundo e o homem com o olhar tranqüilo daquele que não tem nenhum plano para lhes impor. Em certo sentido, sente-se unido a toda a natureza e não possui a separação agressiva ou a solidão impassível que nasce de pesquisar homens e objetos com vontade de explorá-los; num outro sentido, está verdadeiramente separado, porque não observa nem homens, nem coisas, nem natureza com intenção de manipulá-los, trocá-los ou controlá-los” (De Grazia, citado por Bruhns, 1997b, p. 128).

O Parque como Espaço Público de Lazer

Discutir o Parque do Lago como espaço público destinado ao lazer, pressupõe o enfoque de aspectos que permitam evidenciar suas nuances como um espaço urbano “institucionalizado” para este fim, apontando elementos tanto internos como externos que configuram suas características como equipamento específico.

Um primeiro aspecto a ser abordado diz respeito ao processo de implantação do Parque do Lago. Sem retornar à discussão já empreendida sobre as características de *gentrification* e “assepcia espacial”, relativas ao processo de implantação do Parque, julgo pertinente insistir no conflito de interesses existente entre a população que freqüentava o espaço atualmente ocupado pelo Parque, e os moradores do seu entorno. Como vimos páginas atrás, antes mesmo da urbanização do local e de sua transformação em parque público, a área do lago já recebia visitas sistemáticas de moradores de bairros mais afastados, para os quais a pesca era a atividade predominante durante o tempo em que passavam no local.

Este fato aponta claramente a existência de práticas de lazer, realizadas anteriormente no local por um determinado segmento da população, as quais não tiveram continuidade após a implantação do Parque. Como também já foi visto, havia nesta época uma certa preocupação da população do entorno com a “ameaça” de intensificação da presença de pessoas de outros bairros, com a presença de ônibus, etc. Pressupondo que tenha havido alguma preocupação do poder público municipal em conhecer os interesses dos que já freqüentavam o local e também da população do entorno e, talvez sendo ainda mais otimista, tenha procurado atender imparcialmente aos conflitantes interesses, é possível indagar o motivo pelo qual tanto a atividade de pesca foi proibida quanto a presença dos antigos freqüentadores tornou-se inexistente.

A resposta a esta questão pode ser buscada tanto pelos indicadores aparentes quanto pelos não-aparentes, mas não é o caso de desenvolver aqui esta questão. No entanto, ela serve ao propósito de discutir os critérios estabelecidos pelo

poder público municipal na destinação de áreas públicas para a vivência do lazer ao ar livre, bem como no planejamento de espaços tais como os parques urbanos.

No caso do Parque do Lago, há algumas questões que podem ser colocadas. Não há dúvida que é digna de louvor a decisão da esfera municipal, em conjunto com a Unicamp, de transformar a antiga área do viveiro de mudas em um parque público, ainda mais considerando, como Magnani (1994), a pouca “ressonância” social do lazer frente a outras prioridades “mais sérias” da administração pública. Por outro lado, é possível lamentar a pouca sensibilidade dos agentes envolvidos no projeto do Parque, no que se refere à preservação e incentivo das práticas populares já existentes no local. No que se refere ao espaço em questão, há fortes indicadores de que a pesca era uma prática popular anterior à implantação do Parque. A fala de um dos freqüentadores (e também um dos responsáveis pelo projeto de implantação do Parque) é ilustrativa:

“Penso que até a pesca artesanal que se fazia antes do Parque, não deveria ter sido fechada. Pesca artesanal, a pesca de varinha com anzol comum, se deve deixar. Quem é que ia pescar ali? Eram os velhinhos que moram aqui na região e os aposentados, o pessoal que gosta de pescar e não pode pagar um pesqueiro. [...] eu ia me divertir lá. Antes de ser um parque, eu pescava com meus meninos lá. Hoje eu não posso pescar mais e eu nunca fui lá pra tirar alimento. Fui lá pra pegar dois ou três peixinhos, os meninos ficavam na peleja de pegar um peixinho ou outro. Eu acho que se o cara não for com tarrafa, que nem era... o pessoal batia muita tarrafa lá. Nem rede, nem garatéia, nem anzol de garra... nada. Dá pra preservar numa boa [...] e a gente que tá freqüentando ali também é capaz de fiscalizar [...] O prazer de pescar [...] é ficar ali esperando um puxãozinho... perde a isca, troca a isca e tal, colocar de novo e isso aí tem tudo a ver, pô! E por que não fazer a pesca e soltar né? Pegou solta, né? Acho que isso não teria nenhum mal e proporcionaria às pessoas de baixa renda, que freqüentavam aquele local, que voltasse a freqüentar...” (Sr. C., 41 anos, engenheiro civil).”

Dentre as indicações oferecidas por este depoimento, é possível perceber não somente ter sido a atividade da pesca uma prática habitual no lago

existente, mas também que ela era praticada especialmente por pessoas idosas e de baixa renda. Como também era praticante dessa atividade, o entrevistado parece falar com toda propriedade do que representou para esse grupo a sua proibição.

No entanto, tornando ainda mais paradoxal esta fato, há indícios de que a intenção de preservar a prática da pesca no local, perpassou a elaboração de uma das primeiras propostas arquitetônicas do Parque. Numa das minhas visitas à Prefeitura da Unicamp e também à Prefeitura Municipal de Campinas, fotografei vários desenhos arquitetônicos do Parque, sendo possível observar que num deles, elaborado pela Prefeitura da Unicamp, estava previsto a existência de *piers* de madeira sobre o lago, destinados à pescaria. O Engenheiro C. também se refere a esses *piers*:

“Inclusive, no projeto inicial nosso, nós fizemos um projeto aqui (na Unicamp). Foi desenvolvido aqui pela gente, já existiam *piers*, já tentamos preservar aquele pessoal que ia pescar quase todo dia. Eu via senhores ali todo santo dia. Quando a gente tava fazendo o levantamento da área, eu vi as mesmas pessoas, eram senhores aposentados aqui da região que eu conheço. Estavam pescando e foram proibidos de voltarem ali. Quer dizer, se pra eles não serve pra pescar, eles não vão pra lá caminhar. Usa de outra forma, eles queriam continuar pescando. Tenho certeza que isso seria uma boa” (Sr. C., 41 anos, engenheiro civil).

Este depoimento parece demonstrar que, de fato, não faltaram projetos contemplando a manutenção e o incentivo da prática da pesca no local como atividade de lazer, o que talvez nos leve a admitir que o entrave à este propósito se deu ao nível da Prefeitura Municipal de Campinas. Não é o caso aqui de analisar mais detalhadamente o mérito desta decisão, que pode ter atendido a uma “necessidade” de diminuição de custos de execução (no caso da construção de *piers*) ou mesmo ter sido influenciada pela pressão de parte da população do entorno do lago. No entanto,

esta medida permite admitir em primeiro lugar, a ausência de políticas públicas municipais comprometidas não somente em atender aos interesses da comunidade como um todo, mas também de dar espaço para que ela participe ativamente dessas políticas.

Obviamente, se numa mesma comunidade há interesses conflitantes quanto às formas de usufruto de suas áreas públicas, cabe aos poderes públicos constituídos, no caso o municipal, assumir o papel de mediação e não o de fazer opções unilaterais beneficiando um ou outro segmento. Curiosamente, no caso do Parque do Lago a opção feita deixou de preservar a prática cultural de lazer já existente no local, contribuindo com isto para o afastamento justamente do segmento comunitário mais pobre que o freqüentava.

Esta questão coloca muito próxima a ordem social da ordem espacial e nos remete às reflexões de Macedo e Figueiredo (1986), os quais afirmam a não neutralidade do espaço de lazer. Neste espaço, *“está presente a reprodução de uma desigualdade que, originária da reprodução da vida material, se realiza em vários planos, e acopla os espaços geográficos aos sociais”* (p. 72).

Ainda sobre a questão da prática da pesca, há que se argumentar sobre a possibilidade de coexistência entre esta prática e as atividades realizadas atualmente, como a caminhada ou a corrida. Salvo outras análises de cunho técnico-ambiental que mostrem o contrário, parece perfeitamente viável uma proposta no sentido de permitir a pesca artesanal, ou até a chamada “pesca esportiva” onde o peixe é devolvido à água, pelo menos para pessoas idosas e em alguns dias da semana ou do final de semana. Isto implicaria não somente a construção de *piers* sobre o lago, mas também serviços e fiscalização mais eficientes. Esta atividade,

assim como outras, poderia ser inserida numa perspectiva de educação ambiental, com as devidas orientações aos frequentadores do Parque. Esta proposta, obviamente, teria que ser discutida previamente com a comunidade como um todo e, mediante permanentes avaliações, poderia sofrer reformulações ou mesmo ser ampliada a outros segmentos da comunidade.

Ainda em relação às ações de uma política pública setorial no âmbito do lazer, deve-se enfatizar a necessidade de se contar com uma equipe multi-disciplinar de profissionais não somente tecnicamente capacitados, mas também sensíveis aos aspectos multifacetados da dinâmica cultural urbana e comunitária. A presença destes “agentes culturais”, *juntamente* com a comunidade, parece ser imprescindível em todo o processo de planejamento, implantação e manutenção dos espaços públicos destinados ao lazer. Neste aspecto, considero de extrema importância a participação ativa das lideranças comunitárias, porém acredito que a dinâmica cultural da comunidade deva ser buscada no seu dia-a-dia, deva ser apreendida em sua “ordinária” lógica interna, e não somente através de seus “representantes”. Este parece ser um ponto importante a ser considerado nas políticas de ação que buscam uma participação comunitária mais concreta e verdadeira.

Uma estratégia de atuação sócio-cultural que se aproxima de tais características é a *Ação Comunitária*¹². Discorrendo sobre alguns pressupostos da Ação Comunitária enquanto alternativa operacional dentro das políticas de ação, Marcellino (1996) enfatiza suas potencialidades, uma vez que ela preconiza o conhecimento da realidade onde se pretende intervir, bem como busca a participação

¹² Para uma análise mais detalhada acerca desta estratégia, remeto a Requixa, R. (1973) *Lazer e Ação Comunitária*. São paulo: SESC.

efetiva da comunidade em todas as etapas das ações. Como observa o autor, a Ação Comunitária permite minimizar os riscos de atuação de “especialistas”, os quais podem assumir uma postura de direcionamento de programações e se pautarem no oferecimento dos “pacotes de lazer”. Outros riscos que podem ser minimizados, referem-se aos decorrentes das ações institucionalizadas, onde não raro o que prevalece são os interesses da própria instituição que as *promovem* e não os dos grupos envolvidos.

De minha parte, considero que a estratégia da Ação Comunitária deva ela própria assumir o compromisso ininterrupto de constante autocrítica, de forma a se precaver dos mesmos riscos que busca evitar, inclusive porque habitualmente está vinculada aos meandros institucionais.

Observando e refletindo a realidade do Parque do Lago, é fácil perceber a ausência de uma política pública efetiva tanto no seu planejamento quanto no seu funcionamento como espaço público. Pelo menos no que foi possível perceber com este estudo, não há uma política setorial efetiva que dê suporte à própria administração do local, a qual consegue apenas precariamente a manutenção básica do espaço físico e das instalações do Parque. Esta precariedade pôde ser vista em diversos aspectos e em vários momentos da minha própria convivência no local, mas ela também foi comentada por alguns entrevistados:

“O que me desagrada é essa pista. Agora eles estão cuidando melhor, mas eu acho que falta um tratamento melhor pra você caminhar. Você tem acompanhado. Você vê cheio de buraco. E ó, essa chuva de agora você vê como é que vai ficar; enquanto não estava chovendo, bem. A iluminação aqui à noite, porque... você vê o horário que a gente caminha? Quando é de lua cheia pode dar quatro voltas sem problema, que você caminha bem. Mas agora, esse pedaço do parque, esse início do parque, aqui ó, você não caminha mais a noite, só aquele que dá pra... então, eu acho que falta um pouco do pessoal deixar esse espaço

mais aberto pra gente, até a noite também, pra o pessoal que não pode andar a tarde...” (Sr^a M., 32 anos, professora universitária).

“É muito ruim. Você observa, tem uma canalização que é a quarta vez que desmorona e a prefeitura joga dinheiro, não traz um cara que entenda. Fala: aqui, olhe, precisa fazer uma viga, um reforço, um sapata, pode chover quando quiser, isso aqui não cai mais. É a quarta vez que desmorona. A gente tem uma única pista e esta pista é deteriorada” (Sr. D., 51 anos, engenheiro mecânico)

Estes são fatores que sem dúvida denunciam a ausência de uma atuação séria, sensível e capacitada por parte da administração municipal, e também demonstram a deficiência quanto aos recursos humanos colocados à disposição do Parque. Embora as informações conseguidas a respeito da situação administrativa do Parque tenham sido um pouco dificultadas, como já foi comentado, conta-se basicamente com um administrador (atuando como servidor público no local desde o antigo viveiro de mudas), um zelador e ainda cerca de três guardas que se revezam ao longo do dia e são responsáveis pela abertura, fechamento e segurança do Parque. Estes últimos não são funcionários efetivos da Prefeitura, mas de uma empresa que lhe presta serviços de segurança.

Embora a área do Parque do Lago não seja de grande extensão e sejam poucas as instalações nele existentes, é notória a falta de pessoal para atender à demanda constante de serviços de manutenção. Esta deficiência ficou clara, inclusive, na própria entrevista com o Sub-Prefeito do Distrito de Barão Geraldo, bem como na conversa com o administrador do Parque, os quais se queixaram da falta de pessoal para uma atuação mais adequada. Ora, se é possível detectar estas deficiências nos quadros funcionais mais básicos, torna-se quase desnecessário registrar a ausência de recursos humanos mais profissionalmente qualificados tanto na área do lazer, administração e mesmo na área técnico-ambiental.

Os problemas em relação à política adotada pela administração municipal de Campinas, são percebidas não somente pela deficiência (ou ausência) de profissionais qualificados, mas também na própria forma como instrui os funcionários já existentes no Parque para o trato com o público. Sem retornar aqui aos conflitos gerados com a minha intenção de entrevistar o administrador e os guardas do Parque, logo no início do trabalho de campo, seria oportuno refletir um pouco mais sobre a tensão e animosidade por eles expressadas com a minha presença no local.

Seria possível questionar, por exemplo, qual o sentido de *coisa pública* tem a administração municipal quando instrui os funcionários de um espaço público a não se pronunciar sobre questões que são de interesse e dizem respeito ao próprio cidadão? Não seria uma postura mais coerente com a função pública, se o setor municipal responsável pelo Parque somasse esforços no sentido de equacionar alguns de seus problemas básicos (tais como poluição do lago, superpopulação da fauna, etc.), ao invés de assumir uma postura de intransigência com a imprensa que os denuncia? Qual o papel assumido pela administração municipal quanto à promoção da cidadania, uma vez que parece não compreender que o *servidor público* é, ou pelo menos deveria ser, *servidor do público*?

Além deste clima de tensão, disseminado entre administradores e funcionários vinculados ao Parque, parece não ter havido a menor preocupação do setor responsável em instrumentalizar minimamente o pessoal para lidar com uma área de preservação ambiental, um parque derivado inclusive de “ecológico”. Um caso emblemático da falta de sensibilidade e respeito para com o espaço em questão advindo da própria administração do Parque, é o da ronda policial que eventualmente

é feita pela Guarda Municipal. Ao invés de estacionar o carro-patrolha do lado de fora do Parque, como qualquer usuário, o carro é desnecessariamente estacionado dentro do Parque, em sua entrada principal. Como se não bastasse a impertinência, os guardas municipais eventualmente fazem, de carro, uma ronda por toda a extensão da estreita pista utilizada constantemente pelas pessoas e em alguns momentos por animais e aves. Pude experimentar pessoalmente, numa de minhas caminhadas pelo Parque, o constrangimento de ter que me encolher um pouco no canto da pista para dar passagem ao destoante automóvel. De forma a mostrar não ser tão esporádico assim, este fato não deixou de ser denunciado em algumas entrevistas:

“Outra coisa é a Polícia Municipal. Em vez de fazer a ronda de pé, às vezes faz de automóvel. Quer dizer, é um negócio estúpido, absurdo e completamente maluco. Além de que, quando eles chegam, colocam o carro aqui dentro. Aí eu questionei um dia a Polícia Municipal: - Por que vocês colocam o carro aí dentro e eu não posso colocar o meu? Aí ele falou: - você acha que eu vou deixar o meu torrando lá fora? Aí eu falei: - esse carro também é meu, é da população. Agora você não tem nem o direito de colocar aqui dentro. Mas eles abusam, colocam...” (Sr. D., 51 anos, engenheiro mecânico).

“...O próprio fato dos guardas passarem com carro ali, atrapalha o ambiente dos outros animais, e acho assim que, não sei, pelo... pelo fato das pessoas estarem ali, ter uma pista de corrida ali...” (Srt^a. I., 21 anos, estudante).

Um outro aspecto que expõe o descomprometimento da administração municipal com o usufruto do Parque do Lago pela comunidade, é a maneira como ele foi planejado e como é colocado à disposição do público. A limitação nas formas de acesso ao Parque, sua cerca e portões fechados, demonstram uma certa rigidez e imprimem um aspecto “confinado” a este espaço de lazer. Há rigidez inclusive no controle do horário no qual alguns desses portões permanecem abertos ao público. Muitos foram os entrevistados que se queixaram do horário de fechamento do

Parque, normalmente às dezenove horas, especialmente quando é horário de verão e a luz do sol permanece por mais tempo. Muitos argumentaram que saíam às vezes apressados do trabalho e quando chegavam ao Parque ele já estava fechado.

Esta questão nos remete aos comentários de Stigger (1996), sobre a necessidade de se fomentar o engajamento dos funcionários públicos para situações desta natureza. Discutindo os resultados de sua pesquisa abordando parques urbanos, o autor argumenta sobre as dificuldades dos funcionários públicos em se adequarem aos interesses da população, uma vez que passam a perder algumas de suas conquistas. Stigger (1996) apoia-se em V. Paro, o qual critica o modelo burocrático da administração pública, ao considerar ser ela favorecedora dos funcionários. Estes passam cada vez mais a buscar defender o interesse próprio em detrimento do interesse da organização à qual estão vinculados. Considerando todas as questões já apontadas sobre a atuação da administração municipal de Campinas, fica fácil imaginar o quão distante ela está de incentivar esse engajamento nos seus funcionários.

Outro aspecto a ser colocado refere-se à proximidade entre o Parque do Lago e a Unicamp, tanto espacialmente como por suas relações de parceria. Retomando um pouco a discussão sobre as relações entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a Unicamp na implantação do Parque, é possível fazer ainda alguns breves comentários acerca do “diálogo” atual entre os dois espaços.

Deve-se lembrar que o Parque do Lago e o Campus Universitário encontram-se separados unicamente por um alambrado, tendo este três portões de acesso, dos quais apenas um deles é aberto, embora também tenha um horário

rigidamente estabelecido para isto¹³. Neste aspecto particular, destaca-se o fato de ser este portão fechado às dezoito horas, sendo que o horário de trabalho na Unicamp estende-se até próximo deste horário. Isto dificulta e restringe o acesso da comunidade universitária via Campus, através desse portão, visto não haver tempo suficiente para retornar por este mesmo local ao estacionamento na Universidade. Trata-se de um exemplo ilustrativo de uma separação rígida entre espaço de trabalho e espaço de lazer. Outro fato curioso, é que este único portão de acesso permitido localiza-se justamente em frente ao restaurante *Lake House*, induzindo a suspeitar ser este escasso exemplo de relação Parque/Unicamp motivado não por um interesse público, porém muito mais pelo interesse particular dos administradores do restaurante.

É mesmo paradoxal esta relação do Parque com a Unicamp, verificando-se uma relação pouco aproximada entre estes espaços tão próximos. Se dificuldades de acesso são verificadas, também é possível perceber a ausência de políticas, tanto pela Prefeitura como pela Unicamp, não permitindo um diálogo mais estreito entre estas duas Instituições. É possível levantar questionamentos quanto aos reais motivos que produzem e mantêm tal distanciamento entre os espaços do Parque e do Campus Universitário. Como vimos, o diálogo entre a administração municipal de Campinas e a Unicamp, no que se refere ao Parque, mostrou-se uma constante na época em que o mesmo foi projetado e construído. Especialmente articulado pelo

¹³ Em relação a este ponto, o Ofício nº 33/97 da Unicamp, dirigido à Prefeitura Municipal de Campinas, diz o seguinte: “O interesse da Universidade em se utilizar deste Parque em suas atividades acadêmicas sempre favoreceu as negociações entre as Administrações envolvidas. Para tanto, foi previsto um acesso, controlado, para o interior do Parque, dentro das dependências da Faculdade de Educação Física...”. Deve-se ressaltar, no entanto, que o portão ao qual se refere este documento é mantido permanentemente fechado desde a inauguração do Parque, como já mencionado.

então Coordenador do Parque Ecológico da Unicamp, Prof. Hermógenes Leitão, hoje falecido, esse diálogo parece ter sido rompido.

Sem entrar no mérito dos entraves políticos provavelmente criados por sucessivas mudanças de perfil político nas instâncias superiores tanto na Prefeitura como na Universidade, e ainda uma eventual insatisfação municipal quanto aos esgotos da Unicamp, como visto, são despejados no lago do Parque, é possível estranhar a dificuldade dessas duas instituições em estabelecer novas relações de parceria.

Estas relações poderiam obviamente partir da própria Universidade, como foi o caso da iniciativa do Prof. Hermógenes na implantação do Parque, envolvendo os potenciais presentes em suas diversas áreas de conhecimento e intervenção. Um exemplo do não aproveitamento dos potenciais do Parque pela Unicamp, pode ser buscado pela ausência de iniciativas da própria Faculdade de Educação Física. Além de ser a Unidade universitária mais próxima espacialmente do Parque, esta Faculdade pesquisa e atua em áreas relacionadas diretamente a pelo menos dois elementos da vocação do Parque: atividade física/saúde e lazer/recreação. Essas potencialidades supostamente presentes em tais áreas de conhecimento, deverão estar balizadas pelos serviços que poderão ser oferecidos tanto à comunidade universitária como à população como um todo.

Entretanto, mesmo considerando estas alternativas, há a necessidade de implantação de uma política setorial séria e atuante por parte da administração municipal. Esta deverá estar disposta a empreender esforços no sentido de restabelecer o diálogo com a Universidade, não somente no sentido de estudar

formas de parcerias institucionais, mas de garantir meios mais flexíveis e mais abertos de acesso ao Parque pela comunidade universitária.

Uma última questão a ser discutida aqui, diz respeito a participação dos cidadãos da comunidade nas questões relativas ao Parque. Como já foi abordado, há um relativo desinteresse por parte do público freqüentador do Parque do Lago em se mobilizar e pressionar a administração no sentido de resolver os problemas por eles mesmos apontados nas entrevistas. Apesar das manifestações de indignação quanto aos problemas de poluição do lago e maltrato dos animais, é possível considerá-las pouco expressivas e ainda localizadas ao nível do discurso. Situação não estranha na realidade brasileira de um modo geral, e também considerando a realidade da administração municipal de Campinas, onde é possível perceber a inexistência de políticas de ação que fomentem a participação popular nas “coisas públicas”.

De acordo com os argumentos de Brandão (1994a), é possível afirmar que há um considerável descomprometimento dos brasileiros em relação aos espaços públicos, além dos muros das casas. Lembrando o sentido ancestral da palavra público, isto é, coletivo, co-participação, o autor lembra que no Brasil, as atitudes das pessoas em relação aos espaços públicos como posse do governo é algo internalizado na cultura. Em suas palavras,

“Se alguém começar a destruir um jardim de uma praça aqui no Brasil, os observadores dirão que isso é problema do Estado; o governo, junto com a polícia, que resolva isso, mesmo porque a praça não me pertence, não tenho nenhum compromisso, nenhum envolvimento com ela. Na Suíça, se uma pessoa estiver destruindo o jardim de uma praça, qualquer velhote baterá nessa pessoa com o seu guarda-chuva, ou então a denunciará à polícia, porque essa pessoa está destruindo algo que é dele; que é tão dele quanto o seu jardim privado. É dele num sentido até mais generoso, porque a praça pertence a uma comunidade e qualquer cidadão se sente responsável pela preservação dela” (p. 29).

Seria possível admitir que um redimensionamento dessa maneira de lidar com os espaços públicos no Brasil, no sentido aqui apontado, exigiria profundas mudanças estruturais na sociedade, o que poderia levar a um estágio mais elaborado de afirmação da cidadania. Esta parece ser uma tarefa na qual uma política de ação municipal, juntamente com as demais instâncias administrativas superiores (Governo Federal, Estado) e inferiores (Secretarias, etc.) assumem um papel de grande importância. Porém, a falta de envolvimento e participação nos destinos dos espaços públicos não pode ser justificada pela ausência de políticas oficiais que a fomentem. Como observa Pedro Demo, citado por Stigger (1996), a participação não existe como dádiva, mas sim como conquista.

A despeito de todo esse quadro de alheamento em relação ao zelo com os espaços públicos, foi possível encontrar, entre os entrevistados do Parque do Lago, alguns indícios que apontam uma certa consciência da necessidade de participação da comunidade e da mobilização popular como forma de pressão junto ao poder público municipal. Mais um aspecto enfatizando a ambigüidade das vivências humanas no espaço público de lazer. Vejamos a fala da Sr^a. G., Policial Civil e freqüentadora do Parque:

“Se o objetivo deles de fato for ecológico e não político, eles não atingem o objetivo deles não, certo? Agora, a culpa é deles? Só deles? Não, a culpa é nossa também. Porque, a partir do momento que há uma cobrança, você é obrigado a mudar. [...] se eu não cobro e se você não cobra, se ninguém cobra - Olha, não é bem isso aí, vamos ampliar, vamos mudar, eles não vão fazer nada. Tá muito bom. E quando eles subirem num palanque eles vão falar isso: olha, eu fiz o parque lá da Unicamp, né, que é um lugar tranqüilo! Aí aquele que fica ali fala realmente, mas realmente, lá é um local tranqüilo, né? Aí surte o efeito que eles querem. Mas não é. Eu acho que não é por aí. Aqui quem anda é um pessoal mais intelectualizado, eu acho que eles deveriam partir pra algo diferente, entendeu? É o... é com a natureza que tão preocupados? Faz bem pra nós a natureza? É gostoso esse convívio? Vamos tentar

melhorar, devagarzinho, mas tenta-se, né? (Sr^a. G, 33 anos, Policial Civil).

Outro exemplo de iniciativa de mobilização popular “espontânea”, pode ser dado pelo papel desempenhado pelo Sr. M., aposentado de sessenta e um anos de idade e freqüentador do Parque. Este senhor, como veremos em sua fala, assume um certo papel de liderança entre os freqüentadores mais assíduos do Parque. Pode ser considerado um bom exemplo do chamado aqui de *participação não concedida*, isto é, a participação popular não institucional e voluntária, que independe de iniciativas e concessões advindas do poder constituído. Vejamos a fala do Sr. M., quando se refere à sua atuação de liderança no Parque:

“Eu tenho amizade aqui com todo mundo, aí o pessoal (servidores do Parque) acha até que sou meio dono. Nada disso, é que eu já defendo isso aqui, né? Brigo até com os administradores aí, porque, às vezes, eu vejo um peixe morto, as coisas destruídas, né? Então eu fico brigando, né? No bom sentido[...] Inclusive aqui todos estes quarteirões que tem em volta do parque, qualquer coisa se vai bater na porta deles pra fazer um abaixo-assinado pra ver o que eles falam: “você já falou com Seu M.?” Entendeu? Quer dizer, eu não assumi a liderança, porque que sou eu pra ser líder? Já fui líder nos meus bons tempos, mas como eles vêem que eu tenho vontade eles confiam na gente, né? Eles não têm tempo, às vezes, né? São tudo gente que tá na ativa”

Embora não reconhecido “oficialmente” pela administração municipal, o papel de liderança é assumido com empenho por este senhor, podendo ser constatado no trecho seguinte de sua entrevista:

“Mas eu peço pro diretor do parque, inclusive ultimamente, eu telefonei lá pra o DPJ, pra Cláudia, nem atender mais ela atende. Não consegui mais conversar com ela. Conversei no comecinho que nem guarda tinha ainda aqui, né? Eu fechava, abria o portão. Então conversei com ela assim. Quando mudou a administração, mudou, disse que ia fazer horrores. Não sei se é falta de condição, que competência tem, ou vontade. Mas falta fazer muita coisa”.

O caso do Sr. M. é ilustrativo do tipo de participação possível dos membros da comunidade nos encaminhamentos relativos aos seus espaços públicos. O lamentável é que trata-se de um exemplo raro na realidade do Parque do Lago e talvez na realidade de boa parte dos espaços públicos destinados ao lazer.

CAPÍTULO IV

A Corporeidade no Espaço de Lazer

Nos capítulos anteriores, tratei de algumas nuances da relação humana com a totalidade espacial do Parque do Lago. Este capítulo objetiva prosseguir na discussão de tais experiências humanas no tempo-espaço de lazer, desta vez enfocando-as sob uma idéia banal: como expressões e manifestações da corporeidade.

Como foi ressaltado no início deste estudo, entendo esta última categoria num sentido amplo, como expressão da presença no mundo, como realidade pela qual a própria existência nele se manifesta e se articula. Sendo o corpo o primeiro referencial da pessoa humana no mundo, convém discuti-lo enquanto “espaço próprio” na relação com o espaço do Parque. Nesta perspectiva, busco pontuar alguns aspectos implicados nas manifestações corporais vivenciadas no contexto do Parque do Lago, relacionando-os a discussões teóricas mais amplas sobre a temática da corporeidade.

O Corpo: Um Projeto do “Self” na Cultura de Consumo?

A observação do cenário investigado, assim como as falas dos nossos personagens, permitiram constatar formas particulares de comunicação e articulação do corpo com o espaço. Estas manifestações podem ser aqui entendidas como expressões culturais urbanas e, embora possam atender a interesses individuais, parecem indicar traços comuns na vivência do espaço de lazer ao ar livre. Tratam-se

de formas de apropriação espacial carregadas de subjetividade, num cenário urbano de múltiplas facetas e em constante transformação.

A vivência e interação do corpo com o Parque do Lago, assumiu expressões que vão desde a “simples” presença nos bancos e na grama do Parque, até as caminhadas e as corridas mais intensas. Dentre essas manifestações corporais, a caminhada e a corrida foram, sem dúvida, as mais freqüentes. De fato, as próprias características do desenho espacial do Parque favorecem tais práticas corporais. De certa forma seria possível afirmar, considerando a área de pequeno porte e as características do Parque, que o mesmo foi projetado com a intenção de atender, basicamente, a estas formas de expressão corporal.

Inicialmente, vamos nos deter na fala de alguns personagens da pesquisa acerca de suas experiências corporais vivenciadas no espaço do Parque, buscando explorar o seu conteúdo simbólico:

“Depois que eu comecei a caminhar eu tenho me sentido muito bem, quando eu não caminho percebo que eu fico mais pesada, mais down, pra baixo. Caminhar funciona como isso [...] eu não caminhava, não fazia nada. E eu comecei a sentir que começou a baixar o nível de stress. Eu durmo melhor; então, faz bem pra saúde. Eu tinha muita insônia e depois que comecei a caminhar... [...] a caminhada foi uma descoberta pra mim assim incrível! E ela me fez bem pra o corpo, pra cabeça [...] comecei a fazer caminhada alterou... meu corpo mudou, a minha estabilidade emocional mudou. Então, eu acho que foi muito bom. Me faz bem esse contato [...] É muito gostoso, faz bem psicologicamente, pra o físico, muito bom” (Sr^a. M., 32 anos, professora universitária).

“Eu acho que a caminhada é a melhor coisa pra manter a forma [...] É uma sensação de bem-estar. [...] Eu, eu venho meia desanimada, meia cansada, porque em casa eu faço todo serviço, nós não temos empregada, não temos não. Então você já levanta meio cansada e você começa a caminhar meio cansadinha, mas depois da segunda volta, começa a te dar uma euforia, uma vontade de fazer as coisas, um bem estar, né? É, dá uma melhorada, aí aumenta a disposição pro dia todo, melhora a circulação, tá? E você dorme melhor, melhora um todo,

melhora a cabeça, você toma um sol, você tá fora da tua casa, aquela rotinha de casa e melhora como um todo, melhora a cabeça, melhora o corpo” (Sr^a C., 44 anos, dona de casa).

Estas falas, vindas de uma simpática professora e de uma tranqüila dona de casa, apontam aspectos semelhantes e podem ser discutidas conjuntamente. De início, é possível perceber a ênfase no bem-estar proporcionado pela caminhada. Este “espaço de enunciação”, para usar uma expressão ao modo de Certeau (1996), que é o ato caminhar, parece proporcionar sentimentos de satisfação e plenitude facilmente perceptíveis tanto no discurso, como nas expressões entusiasmadas e não-verbais durante as entrevistas.

As duas falas, escolhidas intencionalmente por serem representativas das idéias de boa parte do grupo entrevistado, apontam aspectos significativos que estão relacionados com a vivência corporal cotidiana no Parque do Lago. É possível identificar nestes discursos, preocupações e motivações que incluem a questão da saúde, manutenção da boa forma, estabilidade emocional e redução do estresse, estreitamente associadas à prática da caminhada. Estes aspectos são, de forma geral, permeados por uma sensação de bem-estar.

Tais sentimentos de bem-estar pela prática de atividades físicas e a busca pela saúde e boa forma, parecem expressar traços característicos de uma época onde a manutenção do corpo, a juventude e a beleza são largamente valorizados e disseminados. Evidentemente, tais características estiveram presentes em outras fases históricas e culturais, porém elas parecem tomar vulto no atual período de avanços tecnológicos, onde o poder da comunicação, a força dos recursos imagéticos, a exacerbação do consumismo, a valorização da aparência, da forma e do corpo jovem e belo, encontram sua maior expressão.

Para Sant'Anna (1993), diferentemente do século passado, onde o controle do corpo tinha seu mais forte argumento na necessidade do fortalecimento da raça, neste século é sobretudo o bem-estar individual que passa a ser uma justificativa inquestionável, especialmente quando a própria saúde torna-se sinônimo de bem-estar¹⁴. Associada à exigência do prazer e do bem-estar, observa a autora, verifica-se a ênfase nas vantagens da prática do esporte e de um estilo de vida que prima pela descontração dos gestos, pela flexibilidade do corpo e do pensamento.

De acordo com Sant'Anna (1993), a era de "culto ao bem-estar" constante implica uma forte ênfase na ambição em decifrar e decodificar os corpos e todo o complexo de informações por eles oferecidos:

"O essencial é obter cotidianamente uma informação clara sobre si, capaz de ser cada vez mais rápida e pormenorizada. Por conseguinte, uma nova rotina persegue a todos: proliferação de novas técnicas de auto-conhecimento, auto-diagnósticos em permanência, a partir de aparelhos portáteis, registros de informação que se quer cada vez mais aguda, computadorizada, microprocessada. Testes de rendimento físico periódicos, associados não mais à doença em particular mas também à saúde, não somente nas clínicas e nos hospitais, mas nas academias de ginástica, nos parques, durante o lazer. O que vale é entrar em contato com o próprio corpo, 'não abandoná-lo', perceber suas características físicas e subjetivas, medi-las, controlá-las, dialogar com elas para estender ao infinito os níveis de prazer e de relação consigo próprio" (p. 257).

Estas considerações, ao meu ver pertinentes, se aplicam com ressalvas aos sujeitos entrevistados. Elas parecem se adequar especialmente a outros grupos do Parque que não se submeteram às entrevistas, mas que compunham o contexto observado. A preocupação com a saúde e sua associação com um estado geral de bem-estar, como é possível perceber nos depoimentos, não deixou de ser constatado

¹⁴ Como Lembra Sant'Anna (1993), de acordo com a definição dada pela Organização Mundial da Saúde após a Segunda Guerra Mundial, ser saudável significa não apenas estar livre de doenças mas também gozar de um bem-estar permanente.

entre o grupo entrevistado. Porém, esta espécie de “monitoramento” corporal, ao qual se refere a autora, foi uma constante particularmente em algumas pessoas no cotidiano do Parque. Considerando este aspecto, é necessário ressaltar que, embora alguns elementos aqui considerados e discutidos não necessariamente apareçam ou o façam de maneira apenas periférica no discurso dos entrevistados, eles foram percebidos em muitas outras pessoas, sobretudo através da observação sistemática e participação no contexto investigado.

Neste sentido, as considerações de Sant’Anna (1993) quanto aos “auto-diagnósticos” permanentes e mensuração geral das respostas do corpo nas atividades físicas inclusive “durante o lazer”, aproximam-se da realidade do Parque do Lago, onde não foi raro presenciar corridas e caminhadas sob um rigoroso controle do tempo da atividade e dos batimentos cardíacos.

Featherstone (1996), aproximando-se desta discussão, refere-se ao incremento de uma “concepção auto-preservacionista de corpo”, a qual encoraja as pessoas a adotarem estratégias instrumentais para esquivar-se da deterioração e da decadência física. Para o autor, sendo uma característica da cultura de consumo, tal concepção combina-se com a imagem do corpo como veículo de prazer e auto-expressão. Com ênfase na aparência e no visual, as imagens veiculadas são as do corpo jovem e associado ao hedonismo, lazer e sensualidade. Segundo Featherstone (1996), há na cultura de consumo uma tendência atribuindo às qualidades corporais, características de uma amoldável plasticidade, ou seja, com esforço e muito suor, as pessoas são persuadidas a acreditar que podem alcançar a saúde, a forma e a aparência desejadas.

Nesta direção, discutindo sobre corporeidade e consumo, Falk (1994) argumenta ser a existência corporal ao mesmo tempo a base e o “modelo” de constituição da entidade psicossomática chamada “self”. O autor defende a idéia do consumo moderno ser tematizado como domínio primário de auto-construção, gerando material tanto para suas dimensões pessoais e sociais, como para ambos os lados da individualização, ou seja, separação e auto-completude.

Apoiado nas fecundas reflexões de Anthony Giddens, Shilling (1993) considera que o projeto do “self” na sociedade contemporânea é o projeto do corpo. O autor argumenta sobre a tendência, pelo menos no ocidente, do corpo ser visto como um projeto, um vir-a-ser, o qual deve ser trabalhado e moldado como parte da auto-identidade individual. Um dos exemplos mais comuns do corpo como um projeto, segundo o autor, pode ser encontrado no inusitado interesse pela construção pessoal de corpos saudáveis. Diferentemente das sociedades pré-modernas, onde os corpos eram marcados por sinais tradicionais em ambientes ritualizados, o corpo na contemporaneidade tem sido mais freqüentemente considerado um fenômeno a ser moldado, enfeitado e treinado como expressão de uma identidade individual. Além de Shilling, Synnott (1993) também admite a conversão contemporânea do projeto do “self”, como principal legado do individualismo, em projeto do corpo.

Parece sensato admitir sobre a perspectiva do corpo como um projeto, um fenômeno a ser moldado como auto-expressão do indivíduo, encontrar no âmbito do chamado “tempo livre” o seu espaço mais visível. As práticas urbanas cada vez mais freqüentes da caminhada e da corrida, seja em parques públicos ou mesmo nas ruas da cidade, parecem ser disso uma boa indicação. De acordo com Turner (1996), dado a ênfase no lazer, expressividade individual e consumismo, o corpo emerge

como um campo de desejo e práticas hedonistas, numa cultura que cada vez mais o reconhece como um projeto.

Para Shilling (1993), de todos os fatores que têm contribuído para uma maior visibilidade do corpo, dois desenvolvimentos aparentemente paradoxais parecem ter sido particularmente importantes. Por um lado, temos atualmente os meios para empregar um grau de controle sem precedentes sobre os corpos (vide os avanços tecnológicos nas cirurgias plásticas, próteses, etc.) e, por outro, vivemos uma época que tem nos lançado numa dúvida radical sobre o conhecimento do que o corpo é, e como podemos (ou devemos) exercer controle sobre o mesmo.

O autor enfatiza que, como resultado dos avanços em esferas diversas como a reprodução biológica, a engenharia genética, a cirurgia plástica e as ciências do esporte, o corpo torna-se cada vez mais um fenômeno de opções e escolhas, pelo menos para quem está interessado e pode pagar pelos recursos disponíveis. Todavia, lembra Shilling (1993), os métodos pelos quais as pessoas buscam o “controle” de seus corpos, acabam muitas vezes sendo os tipos mais comuns de dietas e atividades físicas visando a manutenção da boa forma.

De fato, é possível observar na contemporaneidade uma preocupação mais ou menos generalizada com tudo o que possa proporcionar esse “controle” sobre as condições corporais. Como observa Sant’Anna (1993), a exaltação do “bem-estar” emerge como uma nova maneira de legitimar o controle dos corpos, visto que *“controlar o corpo implica agora colocá-lo em movimento muito mais do que cercá-lo. Ter o domínio de si é muito menos uma tarefa de restrição e de contenção do que de diversificação e ampliação das forças corporais e psíquicas: ela implica, desde então,*

liberar todas as nossas supostas 'identidades' para que possamos conhecê-las melhor e expandir o nosso mundo subjetivo" (p. 256).

No âmbito dessas estratégias, a corrida e a caminhada parecem ter um lugar de destaque. Estas acabam por seguir lógicas semelhantes a outras práticas visando o bem-estar, a boa forma corporal e a saúde, as quais demandam não só uma intensa dedicação da pessoa à atividade, mas também uma certa disposição para o consumo, inclusive de imagens. Para Featherstone (1996), a percepção do corpo na cultura de consumo passa a ser dominada por uma série de imagens visuais. Para o autor, o cultivo de uma insaciável disposição para consumir imagens seria um pressuposto da lógica interna da cultura de consumo.

Aludindo ao termo "manutenção do corpo" (body maintenance), Featherstone (1996) chama atenção para a popularidade da metáfora de máquina em relação ao corpo: como um carro ou outro bem de consumo, o corpo requer serviços, cuidados e atenção regulares, de forma a preservar sua máxima eficiência. Tal como o consumo de bens aumenta, o tempo requerido para os cuidados de manutenção também aumenta, fazendo com que a mesma orientação racional e mecânica adotada para os bens seja aplicada ao corpo. Nesta perspectiva, a tendência para transformar o "tempo livre" em trabalho de manutenção do corpo acaba impondo uma grande demanda à pessoa e provoca um verdadeiro monitoramento das condições de performance corporal.

De fato, torna-se necessário mencionar aqui a pertinência de tais considerações, pelo menos no que se refere a boa parte dos frequentadores do Parque do Iago. Embora só possa ser aplicável parcial e relativamente ao grupo entrevistado, a ocorrência desse "monitoramento" do corpo, como já enfatizado, foi

facilmente percebida em boa parte das pessoas que caminham ou correm no Parque ao longo do dia.

Para Courtine (1995), as práticas e representações corporais na sociedade de consumo de massa, são permeadas por estratégias múltiplas, visando a regulação dos fluxos, matérias e energias a incorporar, canalizar ou eliminar. Nesta ótica, cada pessoa tende a assumir o papel de *gestora* do próprio corpo.

Essa *gestão* das próprias condições corporais, acredito, parece incluir não somente uma auto-determinação em manter uma rotina de atividades físicas visando à boa forma e a saúde, mas também o esforço em fazer parecer bem o próprio corpo, eliminando tudo o que nele possa ser considerado excessivo ou indesejável, tal como gordura acumulada, rugas, fragilidade, etc.. Assim, se a incessante busca pessoal pela construção de corpos saudáveis pode ser aproximada à idéia de *projeto*, de um vir-a-ser, a responsabilidade pela sua *gestão* tende a ser imputada ao próprio indivíduo. Apontando também nesta direção, Sant'Anna (1993) argumenta:

“Centenas de opções de como encontrar o bem-estar, de como se conhecer e se fortalecer estão expostas nas lojas, nas farmácias e na mídia. Mais livre para decidir como construir o próprio corpo e, no entanto, mais solitário e incerto na decifração de uma subjetividade que se quer mutante e na escolha de produtos e serviços destinados a aumentar os níveis de satisfação pessoal no cotidiano, o indivíduo tende a se transformar no seu principal empresário” (p. 258)

A prática da caminhada ou da corrida em espaços de lazer ao ar livre como o Parque do Lago, sob alguns aspectos, pode figurar ao lado de outras “*técnicas de gerenciamento do corpo*”, tais como o *body-building*, aeróbica, cirurgia plástica, etc., no sentido de que, como destaca Courtine (1995, p. 86), são sustentadas por uma “*obsessão dos invólucros corporais: o desejo de obter uma*

tensão máxima da pele; o amor pelo liso, pelo polido, pelo fresco, pelo esbelto, pelo jovem; ansiedade frente a tudo o que na aparência pareça relaxado, franzido, machucado, amarrotado, enrugado, pesado, amolecido ou distendido; uma contestação ativa das marcas do envelhecimento no organismo...”.

Embora suas análises estejam referenciadas na sociedade norte-americana, Courtine (1995) constrói argumentos possíveis de serem aplicados, ainda que parcialmente, à realidade vivenciada no Parque em questão. Para o autor, se a atividade ou exercício físico torna-se uma alegria, passa a ser também um dever, onde o organismo é objeto de uma gestão ansiosa. A saúde tende a se transformar em objeto de uma atividade febril; a aparência passa a ser fruto de um narcisismo laborioso e o “invólucro” corporal torna-se o resultado de uma atenção obsessiva. Não há dúvidas de que muitos dos que caminham ou correm nos parques e nas ruas da cidade, inclusive no espaço aqui investigado, enquadram-se nesta perspectiva.

De fato, muitos dos entrevistados da pesquisa demonstraram uma considerável preocupação com os ganhos na saúde e redução do estresse cotidiano, convencendo-se de suas conquistas neste setor a partir de suas atividades no Parque. Parece possível, neste estado de coisas, discutir o efeito das mensagens veiculadas pela indústria da saúde e da área médica. Antes disso, porém, vejamos outras falas dos entrevistados:

“Ó, pra mim eu tenho duas questões: a primeira, eu gosto de cuidar da saúde, né? E depois eu penso muito no futuro, eu tenho medo da minha idade, aos trinta e cinco anos, quarenta, né? Então a gente vê várias matérias na televisão, entre colesterol, stress, e o melhor remédio que se fala hoje é caminhar, correr, né? Tá sempre ao ar livre... [...] A sensação que chego a sentir aqui é que cada vez eu tô melhor... de tá sempre querendo, de disposição e tá sempre querendo aumentar a minha capacidade. Eu acho que o corpo, ele, a partir do momento que em que eu dou uns cinqüenta passos, ele já se transforma,

entendeu?...Transforma o meu corpo, minha cabeça... [...] Sensação só de coisas boas, que eu tô bem de saúde, que eu tô bem fisicamente, que só depende de mim” (Sr. L., 27 anos, motorista).

“Normalmente eu venho todo dia só para caminhar. Na verdade tem mais a ver com forma física e com saúde e... mais com saúde mesmo [...] Eu preciso fazer uma atividade física. Preciso não, eu quero fazer uma atividade física. Mais para manter uma rotina de, pelo menos, todo dia ter um tipo de atividade [...] mais uma coisa de missão cumprida, de andar [...] Então eu acho que é mais isso, a sensação de tá cumprindo um negócio lá” (Srt^a. D., 21 anos, estudante)

Novamente as falas apontam a relação entre atividade física, manutenção da boa forma e a saúde. Talvez um aspecto a mais possa ser destacado: a manutenção da saúde é percebida primordialmente como uma responsabilidade da própria pessoa. Sobre este tópico, Featherstone (1996) argumenta sobre a medicina preventiva oferecer mensagens semelhantes aos da necessidade de “serviços” de manutenção do corpo. Estas mensagens visam, segundo o autor, incitar uma constante vigilância por parte do indivíduo, o qual é persuadido a assumir inteira responsabilidade por sua saúde. Com este objetivo, ela introduz a categoria das doenças “alto-infligidas”, isto é, resultantes dos abusos do corpo, tais como comer e beber exageradamente, fumar, não fazer atividades físicas, etc.

Para Featherstone (1996), os educadores da saúde asseguram às pessoas que, conservando seus corpos através de cuidados com a dieta e exercícios, gozarão de grande saúde e vida longa. Dentro dessa lógica, a mensagem é clara e direta: “pareça bem e sinta-se bem!” (look good and feel good). A forma e a esbelteza tornam-se associadas não somente à saúde, energia e vitalidade, mas também passam a ser tidas como uma espécie de merecimento da pessoa. Assim, o corpo bonito passa a ser um signo de prudência e presciência.

Talvez se possa objetar que estas considerações tenham sua maior aplicabilidade, quando se pensa nas atividades corporais praticadas nas academias de ginástica, nas “malhações” das salas de musculação, na adoção dos mais variados tipos de dieta de emagrecimento ou nas salas de cirurgia plástica. No entanto, a procura cada vez maior pela prática da corrida ou caminhada nos parques públicos urbanos, parece também inserir-se nesta lógica cultural de culto ao corpo saudável, à aparência e ao bem-estar. As práticas corporais observadas no Parque do Lago parecem não ser uma exceção.

No entanto, há outros elementos implícitos nas caminhadas e corridas praticadas no espaço investigado. Trata-se de aspectos mais sutis e subjetivos, envolvendo, entre outras coisas, um diálogo hedonista do corpo com a natureza na apropriação do espaço do Parque.

O Corpo na Experiência Sensível com a Natureza

Enfocando sob uma nova perspectiva a realidade das experiências corporais no contexto investigado, é possível analisar outros elementos observados no discurso e mesmo na atuação cotidiana de nossos personagens no Parque do Lago. Trata-se de mudar um pouco o ângulo de enfoque, ressaltando outros aspectos presentes no vivenciar da corporeidade naquele espaço de lazer.

Já vimos que as manifestações corporais vivenciadas no Parque do Lago, estão em certa medida articuladas com a busca pela boa forma física, saúde, bem-estar, entre outros objetivos afins. Contudo, essas manifestações corporais, especialmente a caminhada no Parque, parece seguir uma lógica que transcende a mera realização de uma atividade física. É essa lógica que agora interessa discutir, a

qual parece incluir tanto uma certa intencionalidade dos sujeitos da pesquisa na escolha local para suas atividades, como um maior envolvimento destes consigo próprio e com os elementos naturais que compõem o espaço em questão.

Há em algumas falas um inegável componente intencional quanto à opção pelo espaço onde se caminha ou corre. O espaço torna-se significativo e dotado de uma certa “aura” afetiva, tanto por suas características intrínsecas como extrínsecas, as quais são captadas pelos sentidos do corpo. Parece haver, através especialmente dos passos ao longo do Parque, seja na caminhada ou na corrida, uma significativa apropriação e comunicação corporal com o espaço.

Discorrendo acerca do espaço sob o molde dos passos dos caminhantes, Certeau (1996), afirma sobre o ato de caminhar assumir uma função “enunciativa”, traduzindo-se num processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre. Trata-se de uma realização espacial do lugar que implica relações e “contratos” pragmáticos sob a forma de movimentos.

Para Certeau (1996), o jogo dos passos tendem a moldar os espaços e a tecer os lugares. As “motricidades dos pedestres” não se localizam, mas antes são elas mesmos que espacializam. E se é possível aceitar como verdadeira a existência de *“uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades e proibições, o caminhante atualiza alguma delas. Desse modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais”* (pp. 117-118).

As argumentações de Certeau (1996) sustentam, com razão, que cada significativo espacial é transformado em outra coisa pelo caminhante. Se, de um lado,

é possível que o caminhante torne efetivas algumas das possibilidades previamente fixadas pela ordem construída (indo somente por este e não por aquele caminho), de outro ele aumenta o número de possíveis (criando atalhos ou desvios, por exemplo) e interditos (proibindo-se, por exemplo, transitar por caminhos considerados lícitos ou obrigatórios).

É possível perceber a pertinência das proposições certeunianas, inclusive na apropriação espacial do Parque do Lago por seus freqüentadores. Mesmo considerando uma certa limitação em termos de opções de trajetos ou percursos no interior desse Parque, foi possível perceber uma certa criatividade nas formas peculiares de seguir por esta ou aquela parte da pista, seguir neste ou naquele sentido, parar neste ou naquele local, aproximar-se ou isolar-se dos demais caminhantes, usar deste ou daquele modo determinados equipamentos, etc., muitas vezes transformando significantes espaciais. Essa realização espacial do lugar, implicando contatos, repulsas e encontros, parece pressupor um processo enunciativo no qual a sensibilidade corporal está inscrita.

Este “diálogo” do corpo com o espaço, no caso de nossos entrevistados, aponta, entre outras coisas, uma certa sensibilidade quanto aos elementos naturais do Parque e quanto aos encontros e à proximidade com outras pessoas. Trata-se de uma comunicação sensível com o espaço, com a natureza e com o mundo vivenciada *na e pela* corporeidade. Sobre estes aspectos, vejamos algumas falas dos nossos personagens:

“Eu acho que venho aqui primeiro para fazer exercício, né? Fazer caminhada. Eu gosto muito de caminhar e também pelo contato com a natureza, assim... eu particularmente não gosto de academia, então eu venho aqui especificamente pelo contato com ... sei lá... eu acho que é bonito, eu gosto. Entrar um pouco também em forma física. Mas eu não

me prendo muito a isso não. Eu acho que me faz bem fisicamente, eu me sinto bem, assim... eu me sinto muito bem com essas caminhadas constantes e, sei lá... a visão que a gente tem aqui, o lago, a vegetação, até mesmo os animais. Eu acho gostoso o contato com uma coisa mais natural. Eu me sinto muito bem quando venho aqui” (Sr^a. R., 22 anos, estudante).

“É um lugar gostoso, a gente faz caminhada. Há uns tempos atrás, inclusive, eu tava com um problema pequeno de colesterol, né, eu fazia na rua, mas você nunca tem, assim... uma continuação. No lago, além de ser... unir o útil ao agradável, você caminha gostoso, você encontra pessoas diferentes que estão descontraídas aqui, faz novas amizades, né? E é esse ambiente gostoso, o verde, os pássaros, né? Por causa disso é que está sendo uma coisa muito boa pra mim” (Sr. M., 61 anos, aposentado).

Como o discurso dos entrevistados nos deixa perceber, a escolha em realizar suas atividades físicas no espaço do Parque parece indicar traços marcadamente intencionais, não simplesmente baseados na lógica do “praticar atividades físicas”, do “estar em atividade”. Ao propósito de caminhar ou correr, nota-se uma intenção em experienciar ludicamente o espaço vivido, isto é, de deixar-se comunicar com os outros elementos da natureza, compartilhando-os com outras pessoas de forma prazerosa. Não basta simplesmente realizar a caminhada ou a corrida como uma necessidade de estar praticando uma atividade física, mas, também, ela deve ser experienciada prazerosamente ao ar livre. A experiência da qual nos falam os entrevistados é experiência do sensível, parecendo afirmar, em suas nuances, um inegável diálogo corpo-natureza.

Empenhando-se em compreender a fertilidade societal da experiência sensível, Maffesoli (1996) argumenta sobre esta última se colocar na base de toda maneira de expressar o ser. Espalha-se por toda a vida cotidiana e tem um peso considerável na vida de toda sociedade. As maneiras de ser, prossegue o autor, não dependem apenas de causas exteriores e dominantes, mas também de sua lógica

interna, de uma espécie de força imanente culminando por traduzir o vitalismo e o perdurar dos conjuntos sociais. Os sentidos e sua gestão, antes de promover um isolamento, socializam.

De fato, é inegável a importância da experiência sensível na vida humana, especialmente considerando ser esta vivenciada como corporeidade. A existência é primordialmente corporal e, portanto, é vivida sob constantes trocas sensíveis com outras corporeidades e com outros elementos da natureza e da vida em sociedade. Ao evocar a “dignidade dos sentidos”, a força socializadora da experiência sensível, Maffesoli (1996) arrisca supor que *“a sensibilidade coletiva é, de um certo modo, o lençol freático de toda a vida social; a ação política sustenta-se e é essencialmente sua tributária”* (p. 83).

Apoiando-se no Foucault de “O Uso dos Prazeres”, Maffesoli (1996) esclarece sobre a ligação existente entre essa “arte de si” e a organização da cidade. Ao comentar Platão e a gestão da sensibilidade no equilíbrio social da cidade grega, os desenvolvimentos teóricos foucaultianos demonstram ser necessário ocupar-se de si, antes de saber ou poder ocupar-se dos outros. O ser humano, *“reconhecendo que é um ser sensível, acede à humanidade, isto é, às relações com os outros. A virtude compreendida fora de toda doutrina ascética tem esse preço”* (Maffesoli, 1996, p. 85).

Discutindo os escritos foucaultianos acerca do “cuidado de si”, Ortega (1999) afirma estar explícita a idéia de que se deve *“cuidar de si para poder cuidar dos outros”* (p. 76). O cuidado de si e liberdade pressupõem uma relação com a verdade. Segundo Ortega (1999), uma vez que o conhecimento de si constitui para Foucault uma tarefa fundamental, ele irá considerar a reabilitação do cuidado de si como uma questão política importante.

Parece possível compreender as experiências sensíveis vivenciadas no Parque do Lago, considerando também estas questões. A despeito das inegáveis pressões culturais impostas ao cotidiano vivencial naquele espaço de lazer, esboçados na seção anterior, cumpre enfatizar essa espécie de força imanente que parece realçar essas experiências expressas pelas caminhadas e corridas. Estas, vivenciadas de forma prazerosa no Parque do Lago, permeiam-se pelo impulso estético de contemplação dos elementos naturais circundantes, evidenciando um espaço para o cuidado de si, porém experimentado coletivamente.

Praticando sua *sociologia compreensiva*¹⁵, Maffesoli (1996) aponta quatro pivôs essenciais, em torno dos quais a estética social parece se organizar: a prevalência do sensível, a importância do ambiente ou do espaço, a procura do estilo e também a valorização do sentimento tribal. Para o autor, o fenômeno estético está enraizado de forma profunda no imaginário da existência coletiva, basicamente em duas direções: de um lado, a força da forma extrai-se da indeterminação, do indiferenciado; e de outro, a forma representa uma força relacional, expressando a sua qualidade material, isto é, ela tem necessidade de exprimir-se no espaço. Neste sentido, *“comprazer-se na aparência, ligar-se no jogo das formas é reconhecer que a estética – no sentido que muitas vezes dei a esse termo: o de emoção comum – inscreve-se na globalidade do dado natural e social, e que é um elemento de destaque para compreender essa mesma globalidade”* (p. 156).

¹⁵ Fazendo dela o seu quadro de referência, Maffesoli (1987) assume para si a tradição compreensiva, afirmando proceder *“sempre através de verdades aproximativas. Isto é ainda mais importante quando se trata da vida quotidiana.. Ai, mais do que em qualquer outra parte, não temos por que nos preocupar com o que possa ser a verdade última. No caso, a verdade é relativa, tributária da situação. Trata-se de um ‘situacionismo’ complexo, pois o observador está, ao mesmo tempo, ainda que parcialmente, integrado em tal ou qual situação”* (pp. 6-7).

Reconhecendo a afirmação de um “emocionalismo” nos grupos que se constituem na sociedade contemporânea, o autor argumenta sobre esse emocionalismo encontrar sua origem num “ressurgimento” da corporeidade. O prazer do belo seria mesmo uma estrutura antropológica, servindo como cimento societal e não como um suplemento fugidío da alma. Paradoxalmente, Maffesoli (1996) enfatiza que para *ser* a vida deve *parecer*, e reconhece nisto um truísmo de múltiplas conseqüências epistemológicas, obrigando a considerar o corpo e suas diversas aparências como o pivô em torno do qual vai se ordenar toda a vida social.

A relação entre corpo e interações sociais, são também discutidas por Mellor e Shilling (1997), para os quais nem uma comunidade nem um indivíduo, enquanto ser corpóreo, podem ser examinados de forma isolada um do outro. Como lembram os autores, a análise sociológica da sociabilidade há muito assumiu o fato dos diferentes modelos de interação humana e tipos particulares de *habitus* corporais serem interdependentes.

Apoiando-se em Ervin Goffman, Mellor e Shilling (1997), afirmam sobre a fluência da vida cotidiana ser caracterizada por numerosas interações com outras pessoas, nas quais o corpo assume papel central, sendo “manejado” de variadas maneiras para dar conta de diversas impressões. Assim, muitas de nossas atividades diárias são fortemente marcadas pela inteligência e criatividade corporais.

Parece inegável a pertinência de tais considerações, inclusive no que diz respeito à vivência cotidiana dos freqüentadores do Parque do Lago. No contexto daquele espaço de lazer ao ar livre, não somente as interações humanas, mas também as interações pessoas/espaço/natureza são referenciadas no plano sensível da corporeidade.

Passemos outra vez a palavra aos personagens da pesquisa, cujas falas reforçam ainda mais a interação com os elementos naturais do espaço do Parque:

“Esse contato mais direto com toda essa natureza, com todos os bichinhos que eu falei [...] venho aqui normalmente pra caminhar mesmo. Então eu acho assim, uma calma gostosa porque mesmo quando aqui tá cheio de criança que fica aquela barulheira é um lugar gostoso, entendeu? Eu acho me passa uma calma muito grande, uma tranquilidade, a sensação de prazer mesmo. Eu gosto daqui [...] eu começo a caminhar... você vai se sentindo relaxando, vai cansando, né? No que vai andando, vai correndo vai cansando mais. É uma sensação muito gostosa de quem tá relaxando, de quem tá... eu vou ficando de bem comigo” (Sr. P., 21 anos, estudante).

“(Venho caminhar) pra cumprir formalmente o exercício, poderia ser feito de qualquer outra forma, né? Caminhada poderia ser feita, esteira, poderia ter outro tipo de exercício, bicicleta ergométrica... O problema é que é o tipo de exercício que, para mim, não dá satisfação nenhuma. Prefiro caminhar em lugar em que a natureza é agradável e que você tem visualmente um estímulo pra poder caminhar [...] Eu acho a arborização um fator extremamente positivo no parque [...] O fato de ter a lagoa, pra mim é muito agradável também. Esses atrativos ambientais são o que mais me atraem. Além do fato dos animais, né? Aqui você encontra os gansos, as capivaras, são fatores agradáveis. (Sr. Z., 45 anos, professor universitário).

A associação entre a vivência da caminhada e a contemplação da natureza, presente nas falas dos nossos personagens, talvez possa ser inserida no contexto do que Maffesoli (1996) tem chamado *ecologização* do mundo social. A natureza, nesta perspectiva, é considerada uma modulação específica do hedonismo contemporâneo de usufruir aqui e agora dos prazeres oferecidos pela terra. Haveria, na opinião do autor, uma tendência para que a natureza fosse cada vez mais inscrita num processo de parceria, em vez de ser considerada um objeto a explorar. Referindo-se neste contexto a um *paradigma estético*, ou seja, à harmonia estabelecida entre o meio animado e o meio inanimado, o autor argumenta sobre

estas questões tornarem possível a compreensão das emoções espaciais, o afeto pelo lugar, a “aura” atribuída a uma determinada paisagem.

Mesmo sendo cauteloso em subscrever na ampla totalidade os desenvolvimentos maffesolinianos, parece clara a pertinência de muitas de suas análises e a abertura de perspectivas que elas ensejam.

Maffesoli (1996), vê numa “estética de superfície”, no vivenciar da aparência, uma verdadeira solda social, isto é, ela funda sociedade. Já vimos com Tuan (1980), através do neologismo *topofilia*, que as respostas humanas ao meio-ambiente podem ser basicamente de ordem estética. Seria bem mais complexo, e essa não é a tarefa proposta para este estudo, precisar a qualidade das experiências sensíveis com os elementos naturais do Parque do Lago, apresentados pelos nossos entrevistados.

Não seria o caso aqui de esforçar-se em conjecturas sobre o quão efêmero venha a ser o prazer sentido pela apreciação visual de tais elementos naturais ou a fugacidade de tais experiências. Importa muito mais perceber que, ao falar sobre suas sensações quando caminham ou correm no Parque, nossos personagens exprimiram sensações corporais intimamente relacionadas com a natureza. Além do prazer do próprio movimento, expressão da corporeidade, parece estar em jogo um envolvimento mais suave e mais sensível com o mundo, mundo partilhado com o *outro*, ainda que momentaneamente.

Como afirma Maffesoli (1996), a noção de natureza é certamente difusa e mesmo ambígua, porém sua carga emocional não deixa de ser forte. A natureza é dotada de uma força intrínseca que, segundo as ocorrências, se investe de fatos da cultura e não deixa de fazer sociedade. A relação com a alteridade absoluta, esse

grande *outro* que é a natureza, permite situar-se e acomodar-se a esses *pequenos outros* que estão próximos. Deixando-se tocar na paisagem, ou mesmo noutros elementos representativos da natureza no imaginário humano, esta última lembra que a vida em sociedade repousa sobre a expressão tátil da corporeidade.

Os discursos parecem indicar uma certa capacidade de absorção dos freqüentadores do Parque aos estímulos exteriores proporcionados por tais elementos. Para Sonntag (1982), a vivência do mundo exterior, proporcionada ao ser humano pela corrida ou caminhada, é principalmente a vivência da natureza, mesmo que esta seja, como se expressa a autora, “cunhada pelo homem”. Mesmo assim, opina Sonntag (1982), a corrida e a caminhada nos jardins e parques públicos da cidade também proporcionam este diálogo vivencial com a natureza.

Nas últimas falas, tiveram destaque também os aspectos de relaxamento e de satisfação proporcionados pela caminhada ou corrida junto a outras pessoas e aos elementos naturais do espaço. Estes foram aspectos bastante comentados tanto nas entrevistas como nas conversas informais com os freqüentadores do Parque, especialmente quando se referiam às suas sensações neste espaço de lazer. Este fato parece bem compreensível, principalmente considerando a vida cotidiana cheia de constrangimentos e não raro estressante, onde as relações humanas de forma geral tendem a ser superficializadas, marcadas pela pressa e artificialidade, resultando em sensações bem pouco satisfatórias.

Referindo-se a uma experiência mais compensadora na prática de atividades físicas como a corrida, Lilliefors (1981) argumenta sobre a importância do relaxamento, o qual transcende a atividade mesma de correr. Um dos efeitos do relaxamento proporcionado pela atividade, segundo o autor, é o próprio estado de

satisfação. Na perspectiva de Lilliefors (1981), a experiência da corrida ou da caminhada leva as pessoas a estarem algum tempo a sós consigo próprias, permitindo-lhes, através de uma vivência simples mas profunda, usufruir de momentos gratificantes *“que não costumam nos ser permitidas no mais da nossa existência”* (p. 35).

Prosseguindo com a análise das falas dos entrevistados, é possível identificar outros elementos que, em sua subjetividade, evidenciam aspectos ainda mais sutis da corporeidade. Esses aspectos são percebidos em outros pontos de seus depoimentos sobre as sensações ao experienciar o espaço do Parque:

“Caminhar me dá uma sensação de liberdade. Caminhar e conversar, sabe? Essa sensação pra mim é muito gostosa, porque ultimamente eu não tô trabalhando fora, eu tô ficando dentro de casa. Então a casa pra mim ela me prende, me segura muito, e o sair, o caminhar já é uma liberdade [...] Uma sensação assim... corporal, que a gente mantém o corpo bem melhor, né, menos preguiçoso, principalmente nessa época friozinha. Então você fica com mais mobilidade, com mais energia pro dia a dia. [...] é isso que eu falei pra você, essa sensação de liberdade, essa limpeza que fica na cabeça, no cérebro, sabe, na alma” (Sr^a D., 46 anos, dona de casa).

“Eu já sinto calor na primeira volta. É duro sair de casa com esse frio. Depois vai esquentando... muito bom a sensação de liberdade, de prazer, um grande prazer mesmo. Isso aqui é uma benção. Caminhar é muito bom” (Sr^a O., 64 anos, aposentada).

“...Ahh, a sensação é muito boa, sensação de alegria, sensação de relaxamento, né, sensação assim de bem estar [...] sinto que o corpo tá bem comigo mesmo, muito bom. É uma sensação muito boa” (Sr. M., 61 anos, aposentado).

Como é possível notar, os depoimentos tendem a evidenciar aspectos ainda mais sutis e aprofundados, e estes são vinculados à vivência de experiências corporais no Parque. Um desses aspectos diz respeito à sensação de liberdade ao vivenciar a caminhada ou a corrida no espaço do Parque.

Uma discussão aprofundada sobre a noção de liberdade inevitavelmente nos conduziria aos domínios da Filosofia, da Ciência Política ou da Psicologia, o que, evidentemente, não é de competência deste estudo. Todavia, há algumas considerações a serem feitas, especialmente pensando o significado da sensação de liberdade vinculada às práticas corporais vividas no espaço de um parque público urbano.

Será necessário para isto, remeter à discussão feita por Tuan (1983) sobre espaciosidade e apinhamento. De acordo com o autor, a noção de espaciosidade está associada intimamente com a sensação de estar livre. Liberdade não somente implica espaço, como significa ter suficiente poder e espaço em que atuar:

“Estar livre tem diversos níveis de significado. O fundamental é a capacidade para transcender a condição presente, e a forma mais simples em que esta transcendência se manifesta é o poder básico de locomover-se. No ato de locomover-se, o espaço e seus atributos são experienciados diretamente. Uma pessoa imóvel terá dificuldade em dominar até idéias elementares do espaço abstrato, porque tais idéias se desenvolvem com o movimento – com a experiência direta do espaço através do movimento” (p. 59)

Nesta perspectiva, a compreensão da sensação de liberdade entre os freqüentadores do Parque em suas atividades, pode ser vinculada à possibilidade de vivenciarem mais plena e diretamente os atributos de um espaço mais amplo através da caminhada ou da corrida. De certa forma, o espaço do Parque abre-se para estas pessoas, proporcionando-lhes uma espécie de autonomia corporal, de “ver-se livre” para movimentar-se, contemplar e permitir-se alguns momentos num diálogo mais tranquilo com outras pessoas, com o espaço circundante e, especialmente, consigo

próprio. Talvez seja sensato pensar que nos grandes centros urbanos, cada vez mais apinhados, esses momentos se apresentem paulatinamente mais raros

Espaciosidade e apinhamento são sentimentos antitéticos. Segundo Tuan (1983), a sensação de apinhamento está relacionada a uma certa limitação da liberdade num dado espaço. Para o autor, o apinhamento é uma condição bastante conhecida pelas pessoas, podendo sua sensação aparecer sob as mais variadas condições e diferentes escalas. Porém, *“são basicamente as pessoas que nos apinham; elas, mais do que as coisas, podem restringir nossa liberdade e nos privar de espaço”* (p. 67).

Essas noções são úteis para a compreensão do sentimento de liberdade dos sujeitos da pesquisa, à medida que permite pensá-lo como pausa e contraponto à sensação de apinhamento, limitações e constrangimentos do espaço social vivido cotidianamente nos grandes centros urbanos.

Retomando as falas dos sujeitos da pesquisa, vemos que além do estado de bem-estar e da sensação de relaxamento e liberdade, são revelados aspectos de alegria, prazer, reflexão pessoal e reequilíbrio consigo próprio:

“Caminhar [...] eu acho que é uma sensação de bem-estar... não sei assim te qualificar isso entendeu, especificar isso [...] eu acho que vem do próprio... do próprio exercício né. Porque quando a gente vai fazendo mais, o corpo vai trabalhando melhor né, e claro que a gente sempre procura aliar à questão do ambiente, que ali eu acho legal” (Sr. R., 34 anos, funcionário público).

“Eu uso essa caminhada mais para analisar o que eu faço, o que eu deixo de fazer, o que eu acho correto, o que eu acho incorreto e tentando fazer de novo. Esse é o meu objetivo aqui, certo? Enquanto você tá caminhando, você tá refletindo a respeito de si mesmo. Então eu acho muito gostoso isso daí” (Srtª. G. E., 33 anos, policial civil).

“Você vai relaxando [...] isso pra mim é mais uma sensação de equilíbrio. De você ir se desligando das questões que te acompanham... O

relaxamento mais ligado com a tua tranqüilidade, com a tua estabilidade emocional, com o teu equilíbrio e por aí a coisa vai. Não tenho uma adjetivação maior em termos subjetivos” (Sr. Z., 45 anos, professor universitário).

Os aspectos presentes ao discurso dos entrevistados, enfatizam claramente outros objetivos à mera prática da atividade física. O diálogo corporal com o espaço do Parque, em suas expressões sensíveis mais sutis, parecem suscitar de modo geral um inegável caráter hedonista.

Discutindo sobre sensibilidade e prazer, Santin (1994) argumenta sobre a corporeidade humana se expressar e se manifestar na sensibilidade afetiva, nas emoções, nos sentimentos, nos impulsos sensíveis, no senso estético, entre outras coisas. Segundo o autor, a palavra *prazer* poderia expressar de forma satisfatória a dinâmica específica da corporeidade:

“O prazer representaria todo o processo de busca de complementaridade do corpo. O prazer, mais que o usufruir de um objeto, ou de uma sensação, é a energia que garante e orienta a corporeidade para se manter em equilíbrio consigo mesma e com o universo. Para ficarmos na linguagem habitual, o prazer garante a harmonia interna e externa do corpo de maneira concomitante” (p. 98).

Para Santin (1994), a corporeidade teria a mais segura confirmação de sua harmonia no próprio prazer e este seria a maior prova de sua realização. Continuando em sua reflexão, este autor persegue o funcionamento do prazer enquanto a própria corporeidade atuante. Em suas palavras,

“O prazer deve ser entendido como uma situação de equilíbrio e de harmonia vivenciada pelo corpo humano. O prazer é um encontro com todos os fatores e circunstâncias exigidos para que a corporeidade se manifeste harmonicamente. O prazer torna-se, portanto, uma consequência. Entretanto, o que aciona a corporeidade para que, sentindo prazer, busque os recursos necessários? O prazer possui um dinamismo que pode ser identificado como o princípio do desejo. O desejo inaugura a própria vida da corporeidade, a corporeidade que se realiza como prazer; o desejo é o que ativa a busca das situações de

prazer. O desejo, visto como a força mobilizadora na busca de complementaridade” (p. 99).

É importante ressaltar que, na perspectiva de Santin (1994), a idéia de prazer toma um sentido amplo, colocando-se além de uma sensação ou usufruto de um dado objeto. O prazer poderia ser entendido como *“a própria energia que garante e orienta a corporeidade para se manter em equilíbrio consigo mesma e com o universo”* (p. 98). Nesta ótica, a idéia de prazer não se reduz a um “simples” ato sensual ou fisiológico, mas figura como o próprio processo de busca de complementaridade do corpo. Esta complementaridade, no caso de nossos personagens, parece ser buscada, entre outras coisas, no diálogo com a natureza.

Com efeito, o prazer encontrado pelos participantes do estudo, através da vivência corporal da caminhada num contato mais direto com a natureza, pode ser considerado também nesta perspectiva. Embora esteja inserido no meio urbano e possa ser considerado uma “amostra” bem delimitada de natureza, os elementos naturais do Parque do Lago parecem colaborar para um fim bem sucedido da busca coletiva de reflexão e de manter-se em equilíbrio consigo próprio. Isto nos permite compreender bem as asserções de Bruhns (1997b), quando afirma: *“as experiências íntimas do corpo com a natureza, numa perspectiva subjetiva, expressam em alguns casos uma busca de reconhecimento do espaço ocupado por esse corpo na relação com o mundo, uma revisão de valores, bem como um encontro muito particular do homem com ele mesmo”* (p. 136).

As modulações dessas experiências íntimas, como a observação sistemática do cotidiano do Parque mostrou, não se mantiveram restritas à prática da caminhada ou da corrida inerente ao grupo entrevistado. Foi comum verificar a

presença de pessoas simplesmente passeando, dando comida aos peixes e gansos do lago ou ainda sentadas nos bancos ou na grama, parecendo contemplar absortamente a paisagem circundante. Envolto pelos elementos naturais e por outras pessoas também presentes ao espaço nesta espécie de “não-ação, esses “contempladores” parecem dar testemunho do que Maffesoli (1996) chama de “estar-junto sem finalidade”, o prazer de não fazer nada, juntos. Seria um exagero aproximar, mesmo admitindo tratar-se de diferentes perspectivas, a imagem do “caminhante-contemplador” do Parque, à do *flâneur* baudelairiano do início do século de que fala Walter Benjamin?

Portanto, seria possível finalizar este capítulo reconhecendo inicialmente as manifestações corporais vivenciadas no Parque do Lago, especialmente a caminhada e a corrida, como estratégias pessoais utilizadas para manter um bom estado de saúde, condicionamento físico e boa forma. Tais estratégias podem ser vinculadas aos valores e imagens difundidos pela cultura de consumo, para a qual o modelo de corpo saudável, fisicamente condicionado, esculpido, esbelto e bonito é uma “verdadeira necessidade” e uma meta a atingir. Nesta perspectiva, seria possível admitir entre os participantes do estudo a tendência para considerar o corpo como um vir-a-ser; um projeto que deve ser trabalhado e aperfeiçoado como fazendo parte de uma auto-identidade pessoal.

Entretanto, a vivência da corporeidade no espaço de lazer em questão aponta outros aspectos a serem considerados, remetendo a outras perspectivas de análise igualmente férteis. De início, como que evidenciando uma certa “autonomia” entre essas pessoas, há uma inegável intencionalidade na escolha do local onde se realizam as caminhadas e as corridas.

Obviamente, seria possível objetar que influencia nesta opção, o fato da maioria dessas pessoas residirem mais ou menos próximos ao Parque, o que, é claro, não deixa de ser um argumento aceitável. Porém, penso que seja possível insistir no fato de que as características e qualidades espaciais do Parque do Lago e, mais tarde, os laços afetivos criados com o *lugar*, tendem a ser decisivos na escolha do local onde realizar atividades físicas. Neste sentido, à mera necessidade de praticar essas atividades, soma-se a intenção de realizá-las em um espaço agradável, com o mínimo de contato com outros elementos da natureza, inclusive outras pessoas.

A interação corpo-natureza, estabelecida na vivência do espaço do Parque, insere-se na ordem de um sentimento estético, no sentido maffesoliniano de emoções e valores compartilhados, revelando variados aspectos dessa experiência sensível, dessa apropriação topográfica que é a caminhada. Estes aspectos sensíveis contemplam, entre outros, o sentimento de liberdade, o prazer, a emoção, o sensação de reequilíbrio e a reflexão sobre si mesmo e sobre a vida. Estes sentimentos, vividos hedonisticamente aqui e agora, concorrem com a perspectiva do corpo como um projeto, como um *vir-a-ser*. Neste caso, a idéia de projeto somente deve ser admitida ao considerarmos o processo em contínua construção que caracteriza a corporeidade. Neste sentido, porque ela é e se constrói, no presente, é também um *vir-a-ser* sempre em construção, vivido aqui e agora.

Em conclusão, convém argumentar sobre a necessidade de pensar os espaços de lazer ao ar livre dentro de princípios espaciais e arquitetônicos que privilegiem os aspectos de subjetivação estética. Sobre a complexidade dos elementos de subjetivação implícitos na “enunciação arquitetônica”, as asserções de Guatarri, citado por Villaça e Góes (1998), cobram a responsabilidade dos arquitetos

“na opção por uma subjetividade padronizada ou por uma produção que contribua para uma reapropriação da subjetividade e ressingularização por parte dos grupos sujeitos. O compromisso com a funcionalidade não deve estar desvinculado da preocupação com o paradigma ético/estético” (p. 79).

Tais preocupações no planejamento e estruturação dos espaços de lazer ao ar livre não são, obviamente, garantia de um vivenciar menos ansioso das atividades corporais. No entanto, isto pode constituir-se num fator importante para este propósito, à medida que valoriza a subjetividade humana na apropriação do espaço e na vivência das variadas expressões da corporeidade.

A realidade dos espaços da cidade, especialmente os de lazer ao ar livre, parecem não escapar à lógica da cultura de consumo. Embora exista há pouco tempo como um espaço formal e específico para o lazer, e esteja localizado numa zona distrital da cidade, o Parque do Lago não é uma exceção. Contudo, talvez pela possibilidade de experimentar nesses espaços públicos uma relação mais “aproximada” com outros elementos da natureza e com uma considerável diversidade de práticas culturais, possam ser aí encontrados elementos para uma outra perspectiva na vivência do lazer e da corporeidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho, comentei sobre as inquietações e surpresas que marcaram a realização da presente pesquisa, a qual apresentou-se dinâmica e farta em construções e reconstruções contínuas. Do caminho percorrido desde as primeiras iniciativas até aqui, podem ser destacados momentos de inevitáveis tensões, mas também de muito prazer com as “descobertas” e reflexões possibilitadas. A satisfação de *percorrer* este *caminho* talvez tenha seu paralelo com o prazer sentido nas próprias caminhadas no Parque a partir do qual se desenvolveu este estudo.

Não deixa de ser estranho perceber as maneiras sutis como as idéias se articulam do decorrer de um trabalho de pesquisa. Estranho, talvez. Impressionante, sem dúvida. Não há por que deixar de reconhecer, muitas das reflexões e “*insights*” deste trabalho acadêmico, tiveram seu momento principal de elaboração durante minhas caminhadas pela cidade e também no próprio espaço do Parque do Lago, quando somente lembrava distraidamente das leituras e dos diálogos realizados com os sujeitos da pesquisa. Esses talvez sejam os momentos mais ricos de elaboração criativa, onde a vivência sensível do processo de investigação científica sobrepõe-se à contemplação de seu produto final.

Refletir sobre a vivência humana no espaço público de lazer num recorte privilegiando especialmente o parque público urbano, possibilitou abordar questões as quais não deixaram de ser surpreendentes, em especial pela mesclagem de perspectivas experienciais no espaço-tempo destinado ao lazer. Esta mesclagem de

perspectivas da relação humana com o parque público urbano, oferece elementos para pensar sobre o seu papel num contexto urbano.

Aludindo às características dos jardins e praças públicas já entre os séculos XVI e XIX, é possível obter alguma compreensão sobre o papel do parque público nas cidades contemporâneas. Para Segawa (1996), as criações marcantes da urbanização europeia que foram os jardins, praças e parques públicos, não negam em sua formulação um certo envolvimento mitológico e estético com a natureza. Para ele, a *praça* da Europa medieval caracterizava-se como espaço popular permeado pelo riso, pela festa, pela espontaneidade, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática. Contrapondo-se a ela, os *jardins públicos*, espaços derivados dos grandes jardins privados da aristocracia, eram lugares de natureza distinta e oposta da praça pública, especialmente pelos peculiares modos de sociabilidade formal, reuniões organizadas e elegantes, onde as pessoas exibiam ostentatoriamente sua presença ao público, valorizavam a pompa; nesse espaço viam-se homens e mulheres bem vestidos, contavam-se e ouviam-se novidades. Neste sentido, segundo a hipótese do autor, o jardim público surge como antítese da praça.

Se esta proposição é válida, torna-se possível pensar o parque urbano contemporâneo como uma síntese do que representou o jardim público e a praça, porquanto no parque podem ser encontradas atualmente uma mesclagem de características tanto de um como de outro desses espaços. À medida que pode ser considerado um espaço popular de espontaneidades, de riso, de festa, o parque urbano contemporâneo não deixa de ser palco de jogos sociais impostos por normas de comportamentos refinados, ostentatórios, onde a vaidade se expressa pela exposição do modelo vigente de corpo e pelas roupas da moda. Enfim, um espaço de

articulações e trocas sociais, as quais são legitimadas por valores compartilhados pelos grupos que constituem tais espaços e, por isto mesmo, são resultado de uma construção social.

Se é possível admitir a formulação de um certo envolvimento mitológico e estético com a natureza na criação desses *recantos ajardinados*, parece lícito conceber a continuidade desse envolvimento, especialmente o estético, na difusão dos parques ao longo da história. O parque público representa no contexto urbano contemporâneo, a possibilidade de “reaproximação” com elementos naturais, seja através do contato com árvores, terra, lagos e rios, animais, aves e outros elementos da paisagem, representativos da natureza no imaginário humano.

Essa espécie de *reenraizamento*, possibilitado aos habitantes das grandes cidades pelo parques e bosques, assume um papel de considerável importância no processo de busca de equilíbrio do homem consigo próprio e com a vida. Se podemos acreditar que toda forma de vida é um processo de busca de equilíbrio, o parque urbano oferece a possibilidade de um contraponto, uma reflexão frente aos desequilíbrios inerentes ao advento da vida urbana. Pelo menos em relação à realidade aqui investigada, estas parecem ser proposições válidas.

Passando a uma recapitulação mais pontual das principais questões da pesquisa, foi possível identificar posturas diversificadas e mesmo ambíguas no usufruto do tempo-espaço de lazer no Parque do Lago. Tanto em relação ao grupo entrevistado como a outros freqüentadores do Parque, pude perceber posturas muitas vezes marcadas por ansiedade e constrangimentos, ao mesmo tempo em que, numa direção mais ou menos oposta, pude identificar exemplos de uma vivência mais relaxante e mais sensível ao ambiente.

Questões como esta parecem enfatizar a porosidade e a natureza híbrida da vivência do “tempo livre” no meio urbano. Considerando o fato do tempo ocupar um lugar de destaque na produção real ou simbólica da sociedade de consumo, marcada por suas qualidades fugidias, efemeridades e mercadificação das formas culturais, o “tempo livre” tende a ser perpassado por estas características, embora possa em muitos casos ser vivenciado de forma mais relaxante e harmoniosa, estabelecendo-lhes um contraponto. O parque público, enquanto significativa espacial na constituição das cidades e na afirmação da cultura urbana, não deixa de inserir-se nas características da sociedade de consumo, embora seja um espaço potencial para o questionamento dessas mesmas características.

A análise do Parque como um espaço público destinado ao lazer, permitiu evidenciar problemas que vão desde a sua incipiente inserção nas prioridades da administração municipal até o deficiente planejamento de suas configurações internas. Aspectos ilustrativos já discutidos como a má distribuição dos equipamentos, as formas de acesso, a rigidez nos horários de abertura ao público, a precariedade quanto aos recursos humanos, entre outros, revelam consideráveis falhas no planejamento e implantação do Parque do Lago enquanto espaço público de lazer.

Esta realidade aponta a ausência, especialmente na esfera municipal, de diretrizes políticas gerais comprometidas com o estabelecimento de políticas públicas setoriais qualificadas e atuantes. Com raras e importantes exceções, este talvez seja o caso da maioria das administrações municipais brasileiras, onde o lazer ainda é invariavelmente colocado como um *apêndice*, vinculado a outros setores culturais afins. O não estabelecimento dessa política pública setorial incide de forma marcante

na estruturação e dinâmica administrativa de espaços públicos de lazer de forma geral, e dos parques urbanos em especial.

A partir de uma renovada (re)formulação de diretrizes políticas gerais concretamente comprometidas com a afirmação da cidadania e com a qualidade de vida da população como um todo, talvez seja possível almejar uma posição menos restritiva do lazer no âmbito das políticas públicas setoriais. Nestas últimas, considero ser a administração qualificada e séria dos espaços de lazer ao ar livre, especialmente os parques públicos urbanos, uma questão prioritária.

O Parque do Lago apresenta contradições, especialmente considerando seu enfoque ambiental, expresso na utilização do adjetivo “ecológico”. Problemas tais como a falta de um acompanhamento técnico-ambiental, poluição das águas do lago, falta de monitoramento e cuidados com a fauna, são alguns dos indícios deste quadro contraditório.

O caso do Parque nos remeteu à questão do uso da adjetivação “ecológico” como suporte lingüístico visando legitimar politicamente as práticas a ela vinculadas. Por um mecanismo de adjetivação, o discurso ecológico possibilita uma relativização dos sentidos dessas práticas, isentando-as de questionamentos. Embora as práticas desenvolvidas em espaços públicos de lazer, como os parques urbanos, não estejam ligadas diretamente ao aspecto econômico ou comercial, talvez se possa pensar, nestes casos, que a utilização do discurso ecológico sirva, entre outras coisas, para suscitar a simpatia da comunidade na qual está ou será inserido, além de facilitar os apoios institucionais para sua viabilização ou operacionalização.

A realidade investigada mostrou existir diferenciadas motivações e formas de vivenciar a totalidade espacial, o que parece expressar a natureza híbrida

da relação humana com o espaço, em especial aquele destinado ao lazer. O diálogo e os laços afetivos criados entre os freqüentadores e o Parque, remetem à dialética espaço-lugar, onde o *espaço* indiferenciado, à medida que passa a ter significado e é dotado de valor afetivo, transforma-se em *lugar*.

A exemplo de outros ambientes congêneres, onde a formação de grupos se dá especialmente a partir das atividades neles desenvolvidas, no Parque do Lago os grupos parecem ser formados não somente em função disso, mas muito mais a partir das relações de “vizinhança”, de encontro comunitário, a partir do qual se estreitam fortes laços de sociabilidade. Isto nos permite pensar nos parques urbanos como espaços de celebração da sociabilidade, de pertença, de re-ligação, tornando-se um desses “pontos altos”, um *laço* pelo qual a sociabilidade se concretiza.

No concernente às práticas de apropriação espacial que configuram a interação do corpo com o espaço do Parque do Lago, é possível apontar a prevalência da caminhada e da corrida, entre outras formas de comunicação corporal. Sob um determinado ângulo, e em relação a alguns freqüentadores do Parque, tanto a caminhada como a corrida podem ser associadas a uma obstinada busca pela boa forma e por um estado de boa saúde, atendendo, entre outras coisas, aos apelos freqüentes da chamada cultura de consumo. Esta forja e difunde uma concepção auto-preservacionista de corpo, a qual encoraja as pessoas a adotarem estratégias instrumentais para evitar a “deterioração” e a “decadência física”. Com ênfase na aparência e no visual as imagens veiculadas são as do corpo jovem e esbelto, associadas ao hedonismo, lazer, bem-estar e sensualidade.

Embora só possa ser aplicável parcial e relativamente ao grupo entrevistado, a ocorrência de um verdadeiro “monitoramento” da performance corporal

foi percebida em boa parte das pessoas que caminham ou correm ao longo do dia. Este quadro aponta para a possibilidade de admitir, pela grande demanda pessoal exigida por esse excessivo controle das condições corporais, uma tendência para que o “tempo livre” seja transformado em trabalho de manutenção do corpo, onde o sentimento de obrigação e dever sobrepõe-se à perspectiva de ludicidade.

Neste sentido, considerando o número cada vez mais expressivo de pessoas que *aderem* à intensa rotina de manutenção da forma e condições de performance corporal, seja em clubes, nas academias, nos parques ou nas ruas da cidade, é possível remeter à metáfora do corpo como um *projeto*, um *vir-a-ser*. Um fenômeno a ser moldado, enfeitado e treinado como expressão de uma identidade individual.

Contudo, como a realidade do grupo pesquisado permite afirmar, o parque público urbano pode ser, numa outra perspectiva, palco de vivências menos compulsivas da corporeidade. Para muitos dos sujeitos entrevistados, a prática da caminhada ou da corrida nesses locais está vinculada a uma ação intencional, não seguindo simplesmente a lógica do “estar em atividade”. Trata-se não somente de caminhar ou correr, mas de um vivenciar harmonioso do corpo e do espaço, onde a comunicação com outras pessoas e com outros elementos da natureza são aspectos importantes a serem levados em conta.

A associação entre a vivência da caminhada e a contemplação dos elementos naturais do Parque, entremeadas por sentimentos de alegria, liberdade, prazer, reflexão e reequilíbrio pessoal, aponta para a forte carga emocional da natureza vivenciada *na* e *pela* corporeidade, demonstrando a importância desses espaços de lazer para vida cotidiana no meio urbano.

Tendo em mente o caráter dialético da realidade investigada, o qual procurei evidenciar em todo o trabalho e também nestas reflexões finais, uma última noção deve ser retida, pois está intimamente relacionada ao contexto da pesquisa: a noção de segmentação. Como tentei mostrar durante as discussões aqui empreendidas, várias das questões levantadas ganham a sua pertinência quando referenciamos-las a determinados segmentos da população que frequenta o Parque.

Um exemplo ilustrativo deste aspecto pode ser dado em relação ao entendimento do Parque como um espaço de celebração da sociabilidade. A rigor, o espaço pode ser assim considerado apenas para determinados segmentos da população que o frequenta, nomeadamente aqueles grupos mais assíduos que residem nos arredores do Parque, para os quais são ali elaboradas as complexas teias da comunicação-comunhão das quais fala Maffesoli (1994, 1996). Quanto aos frequentadores mais esporádicos e/ou que não guardam uma relação mais aproximada com o lugar, o significado e a relação com o espaço tende a ser diferente em relação àqueles grupos para os quais a vivência de emoções compartilhadas fazem do espaço físico um espaço vivido comunitariamente.

Outro exemplo que ilustra o aspecto da segmentação são os interesses diversificados dos vários grupos quanto ao usufruto do tempo-espaço de lazer. Para determinado segmento o interesse principal estaria centrado na prática da pesca artesanal, enquanto para outro o que importa é o espaço para caminhar ou correr. Alguns grupos valorizam mais o aspecto da contemplação do ambiente e da paisagem, enquanto outros valorizam mais o aspecto prático do exercício físico e as vantagens da “malhação”. Determinados segmentos preferem caminhar ou correr no

horário da manhã, outros à tarde. Alguns grupos freqüentam o Parque durante a semana, enquanto outros somente o visitam nos finais de semana, etc.

Enfim, o aspecto da segmentação deve ser considerado com bastante atenção quando se pensa nos espaços de lazer de forma geral, tornando-se especialmente importante tanto no planejamento de ações como na gestão desses espaços.

A partir das discussões e reflexões geradas por este estudo, considero importante algumas proposições no sentido da continuidade da pesquisa sobre a temática em questão, sugerindo ainda algumas alternativas para a reflexão sobre o contexto sócio-cultural no qual a vivência do lazer nos espaços públicos urbanos está inserido.

Neste sentido, pode-se destacar a importância de se fomentar a realização de pesquisas que tenham por finalidade empreender um levantamento, no âmbito municipal, dos espaços específicos e não específicos, institucionalizados ou informais relacionados à vivência do “tempo livre”, tendo em vista não somente delinear perspectivas quanto às suas potencialidades aparentes e não aparentes, mas buscando também apontar caminhos para a preservação e o incentivo de práticas culturais populares já existentes e de interesse da comunidade.

Considerando as relações de parceira institucional entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a Unicamp na implantação do Parque do Lago, além da proximidade espacial entre este último e o Campus dessa Universidade, cabe sugerir que sejam estudadas e estimuladas formas concretas de parceria, objetivando não somente a resolução dos problemas de ordem técnico-ambiental, mas também a viabilização de atividades acadêmicas junto a esse espaço e à comunidade de seu

entorno. Neste aspecto, as atividades de educação ambiental talvez fossem de grande pertinência.

É importante sugerir também a realização de estudos mais aprofundados acerca da relação humana com o *espaço*, especialmente no que concerne aos laços afetivos criados entre a pessoa e *lugar*, e ainda os laços de sociabilidade criados a partir do espaço partilhado comunitariamente.

Outra questão de grande pertinência, é a estimulação de estudos que visem destacar as experiências administrativas municipais bem sucedidas, sobretudo no que se refere à implementação de políticas públicas setoriais no âmbito do lazer. Estes estudos poderão servir de base para formatação de novas iniciativas de ação cultural e política, apropriando-se, inclusive, dos melhores exemplos da iniciativa privada neste setor específico.

Sugere-se, finalmente, que sejam conduzidos estudos mais aprofundados enfocando a prática da caminhada como forma de apropriação espacial, discutindo-a juntamente com outros aspectos que configuram as sutilezas da vivência da corporeidade na relação íntima com a natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Perseu (1979) Pesquisa em ciências sociais. In S. Hirano (Org.) **Pesquisa social: projeto e planejamento**. São Paulo: T. A. Queiroz.
- ALPHANDÉRY, Pierre et al. (1993) **O equívoco ecológico**. Lisboa: Instituto Piaget.
- BAUDRILLARD, Jean (1994) Conjuntos artificiais – a biosfera 2 ou: da conjuração do mal à gestão dos dejetos. **Tempo Brasileiro**, nº 1 vol. 1. (pp 59-70). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Editora.
- _____ (1995) **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos.
- BISQUERRA, Rafael (1989) **Métodos de investigación educativa, guía practica**. Barcelona: Ceac.
- BRAMANTE, Antonio C. (1998) Lazer: concepções e significados. **Licere**, nº 1, vol. 1. (pp. 37-43). Belo Horizonte: CELAR/UFMG.
- BRANDÃO, Carlos R. (1994a) Espaços públicos de lazer e cidadania. **A paixão de Aprender**, nº 6, 26-29.
- _____ (1994b) Outros olhares, outros afetos, outras idéias: homem, saber e natureza. In **Somos as águas puras**. Campinas: Papirus.
- BRUHNS, Heloisa, T. (1996) Lazer, trabalho e tempo: uma discussão a partir de Thompson e de De Grazia. **Coletânea do IV Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física**. Belo Horizonte: UFMG/EEF.
- _____ (1997a) Lazer e esporte: o caso da caminhada e da corrida. **Coletânea do IX Encontro Nacional de Recreação e Lazer**. Belo Horizonte: UFMG/EEF/CELAR.
- _____ (1997b) O corpo visitando a natureza: possibilidades de um diálogo crítico. In C. M. T. Serrano e H. T. Bruhns (Orgs.) **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus.
- _____ (1997c) Sobre o ideal clássico de ócio e lazer contemporâneo. **Coletânea do V Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física**. Ijuí: UNIJUÍ.
- _____ (1997d) Turismo e lazer: viajando com personagens. In Maria T. D. P. Luchiani (Org.). **Textos Didáticos** nº 31(2) vol. II. (pp. 5-29). Campinas: IFCH/UNICAMP.
- CARLOS, Ana F. A. (1996) O turismo e a produção do não-lugar. In E. Yázigi, A. F. A. Carlos, R. C. A. Cruz (Orgs) **Turismo: Espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec.
- CARVALHO, Marcos (1991) **O que é natureza**. São Paulo: Brasiliense.
- CERTEAU, Michel (1994) **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes.

- CHIZZOTTI, Antonio (1995) **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez.
- COURTINE, Jean-Jacques (1995) Os stakhanovistas do narcisismo: body-building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. In Denise B. de Sant'Anna (Org.) **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade.
- DA MATTA, Roberto (1996) **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan.
- DIEGUES, Antonio C. (1996) **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec.
- ERBOLATO, Sandra (1993) **Formação da imagem natural: Parque do Lago**. Monografia não publicada. Universidade de São Paulo.
- FALK, Pasi (1994) **The consuming body**. Londres: TCS/SAGE.
- FEATHERSTONE, Mike (1996) The body in consumer culture. In M. Featherstone, M. Hepworth e B. Turner (Orgs) **The body, social progress and cultural theory**. Londres: TCS/SAGE.
- GEBARA, Ademir (1994) O tempo na construção social do objeto de estudo da história do esporte, do lazer e da educação física. **Coletânea do II Encontro de História do Esporte Lazer e Educação Física**. Ponta Grossa: UEPG/UNICAMP.
- GEERTZ, Clifford (1989) **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC.
- GUTIERREZ, Gustavo, L. (1997) O lazer na atualidade: contribuição para uma Reflexão metodológica. **Coletânea do V Encontro de História do Esporte, lazer e Educação Física**. Ijuí: UNIJUÍ.
- HARVEY, David (1998) **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola.
- LEITÃO, Hermógenes F.; AZEVEDO, Denis B. (1989) **Critérios gerais para implantação de um parque ecológico**. Campinas: Editora da Unicamp.
- LILLIEFORS, Jim (1981) **Como correr para viver melhor**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- LUCHIARI, Maria T. D. P. (1996) A categoria espaço na teoria social. In **Temáticas** nº 4 (7). (pp. 191-238). Campinas: IFCH/Unicamp.
- MACEDO, Carmem C.; FIGUEIREDO, Luis C. M. (1986) Domingo na praia: a dimensão simbólica do lazer popular. In **Reflexão** nº 35 (pp. 62-73).
- MAFFESOLI, Michel (1994) O poder dos espaços de representação. **Tempo Brasileiro**, nº 1 vol. 1. (pp 59-70) Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____ (1987) **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- _____ (1996) **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes.

- MAGNANI, José, G. C. (1984) **Festa no pedaço**. São Paulo: Brasiliense.
- _____ (1996) Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In J. G. C. Magnani e L. L. Torres (Orgs) **Na metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- MARCELLINO, Nelson C. (1998) Lazer: concepções e significados. **Licere**, nº 1, vol. 1. (pp. 37-43). Belo Horizonte: CELAR/UFMG.
- _____ (1990) **Pedagogia da animação**. Campinas: Papyrus.
- _____ (1996) Pressupostos de ação comunitária – estruturas e canais de participação. In N. C. Marcellino (Org.) **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados.
- MELLOR, Philip A.; SHILLING Chris (1997) **Re-forming the body: religion, Community and modernity**. Londres: TCS/SAGE.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1994) **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes.
- MORIN, Edgar (1989) **O método: a vida da vida**. Lisboa: Europa-América.
- MORIN, Edgar e Col. (1991) **Os problemas do fim do século**. Lisboa: Editorial Notícias.
- ORTEGA, Francisco (1999) **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal.
- RICHARDSON, Roberto. J. (1985) **Pesquisa social, métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas.
- RODRIGUES, José C. (1979) **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Dois Pontos.
- SANT'ANNA, Denise B. (1994) **O prazer justificado: história e lazer**. São Paulo: Marco Zero/CNPq.
- SANTOS, Milton (1997) **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec.
- _____ (1996) **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec.
- SANTIN, Silvino (1994) **Educação física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento**. Porto Alegre: EST/ESEF – UFRGS.
- SELLTIZ, Claire et al. (1971) **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo.
- SERRANO, Célia M. T. (1997) Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente. In C. M. T. Serrano e H. T. Bruhns (Orgs.) **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papyrus.
- SHILLING, Chris (1993) **The body and social theory**. Londres: TCS/SAGE.

- SILVA, Telma. D. (1996) O cidadão e a coletividade: as identificações Produzidas no discurso da educação ambiental. In R. Trajber e L. H. Manzochi (Orgs.) **Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos**. São Paulo: Gaia.
- _____ (1997) O ambiente e o turista: uma abordagem discursiva. In C. M. T. Serrano e H. T. Bruhns (Orgs) **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus.
- SONNTAG, Werner (1982) **Alegria de correr – cooper – jogging**. Rio de Janeiro: Tecnoprint.
- STIGGER, Marco P. (1996) Participação popular na gestão do espaço público de Lazer: um caminho percorível na construção da utopia democrática. In N. C. Marcellino (Org.) **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados.
- SYNNOTT, Anthony (1993) **The body social: symbolism, self and society**. Londres: Routledge.
- THOMAS, Jerry R; NELSON, Jack K. (1990) **Research methods in physical activity**. Champaign: Human Kinetics.
- TUAN, Yi-Fu (1983) **Espaço e lugar**. São Paulo: DIFEL.
- _____ (1980) **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL.
- TURNER, Bryan S. (1996) Recent developments in the theory of the body. In M. Featherstone, M. Hepworth e B. S. Turner (Orgs.) **The body, social progress and cultural theory**. London: TCS/SAGE.
- _____ (1996) **The body e society**. Londres: TCS/SAGE.
- VILLAÇA, Nízia; GÓES, Fred (1998) **Em nome do corpo**. Rio de Janeiro: Rocco.

ANEXOS

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

(Frequêntadores)

1. **INTRODUÇÃO** (Diálogo inicial com o entrevistado, colocando-lhe a par dos objetivos da entrevista e do estudo)

2. **VIVENCIANDO O ESPAÇO DE LAZER E A RELAÇÃO CORPO-NATUREZA**

2.1. Porque você frequênta o Parque?

2.2. De que você gosta e de que não gosta no Parque

2.3. Quais são suas sensações quando anda, caminha ou corre no Parque? Como você sente seu corpo?

2.4. Já frequêntou outros parques? Qual a diferença notada?

2.5. Porque você acha que o Parque do Lago é considerado um parque ecológico?

2.6. (Espaço reservado para alguma questão específica, de acordo com a pessoa entrevistada, fruto da observação realizada)

3. **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO ENTREVISTADO**

3.1. Nome: _____

3.2. Idade: _____

3.3. Sexo: _____

3.4. Formação profissional e/ou ocupação atual: _____

3.5. Bairro onde reside:

() Barão Geraldo Outro: _____

3.6. Local e Data da Entrevista: _____

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

(Instituições/Profissionais Envolvidos com a Implantação do Parque)

1. **INTRODUÇÃO** (Diálogo inicial com o entrevistado, colocando-lhe a par dos objetivos da entrevista e do estudo)

2. CONCEPÇÃO E CRIAÇÃO DO PEPHFLF – O PARQUE DO LAGO

2.1. Porque o Parque foi criado?

2.2. Qual a importância do Parque para Campinas e Barão Geraldo?

2.3. Como os equipamentos do Parque foram implantados? Quem planejou?

2.4. Porque você acha que o Parque do Lago é considerado um parque ecológico?

3. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

3.1. Nome: _____

3.2. Instituição: _____

3.3. Cargo: _____

3.4. Formação Profissional: _____

3.5. Local e Data da Entrevista: _____

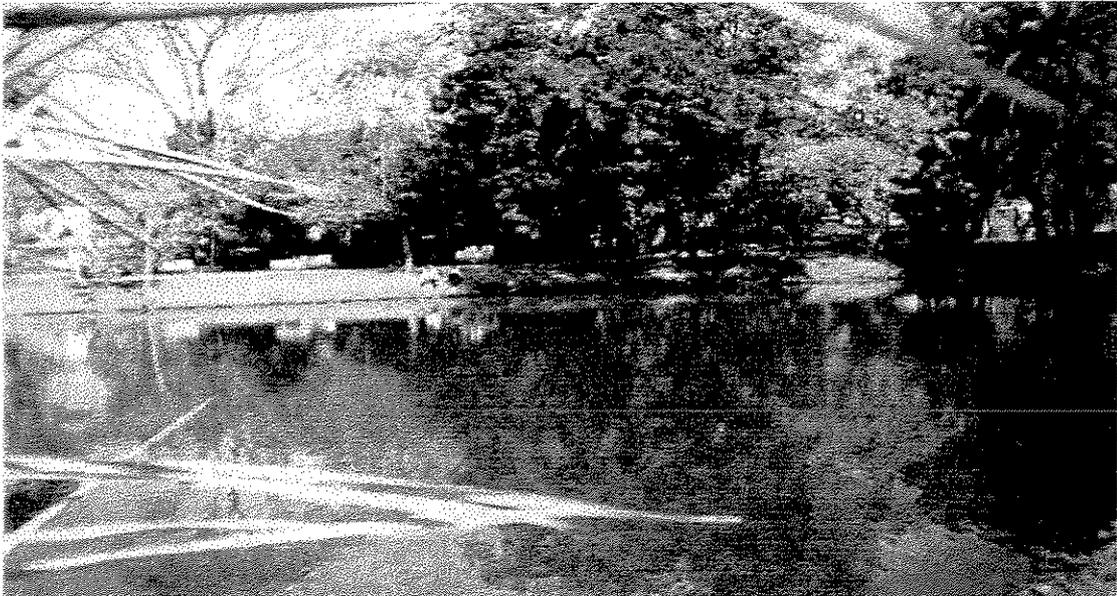
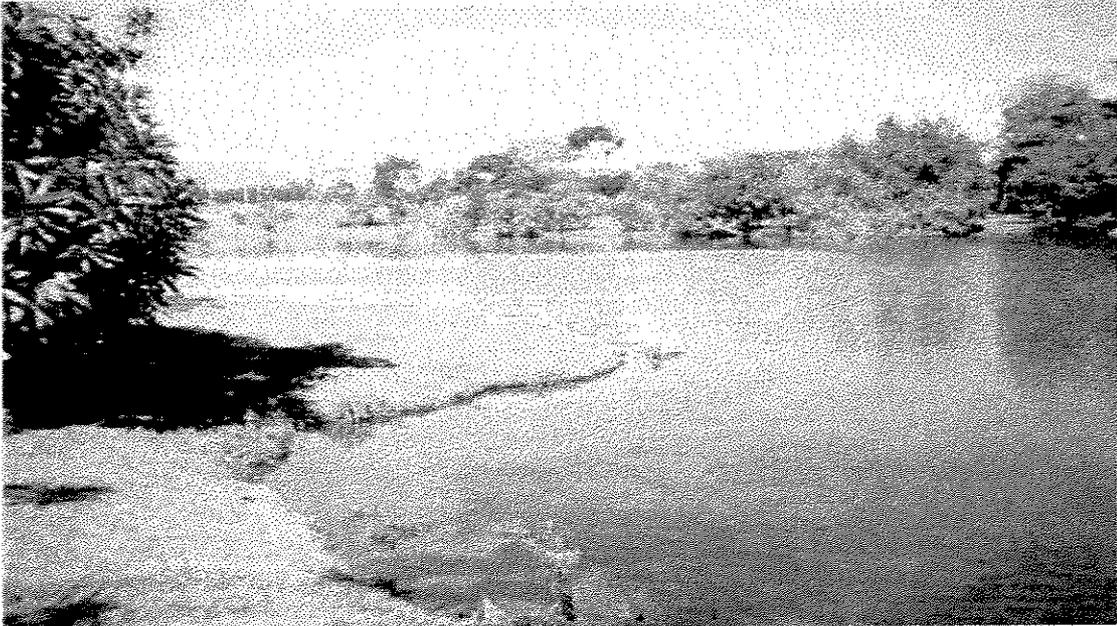
IMAGENS DO PARQUE

Cena 1

A Entrada do Parque

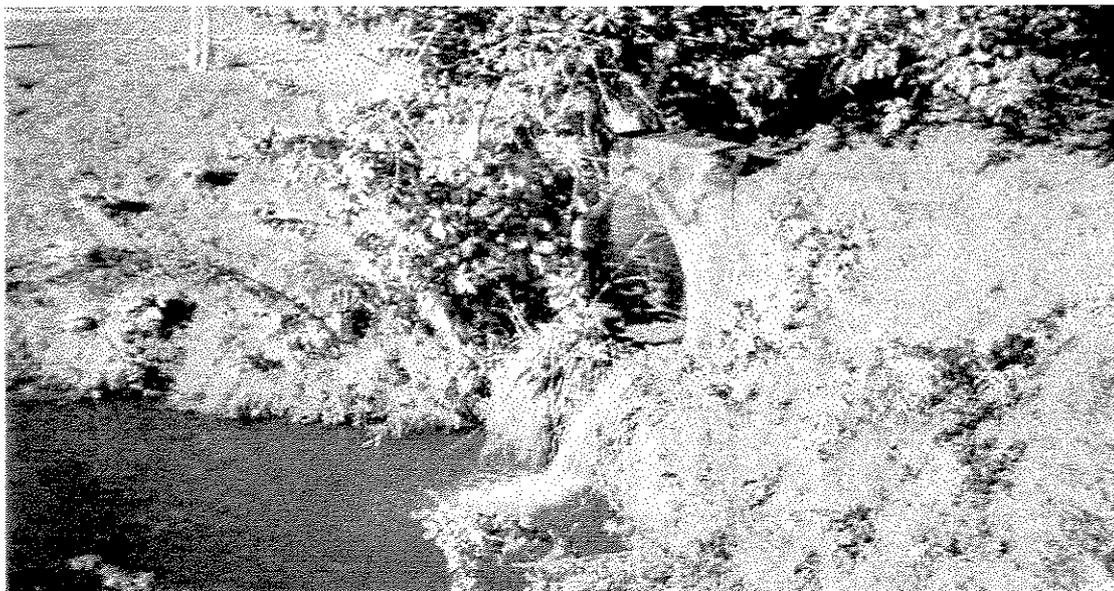


Cena 2
O Lago do Parque



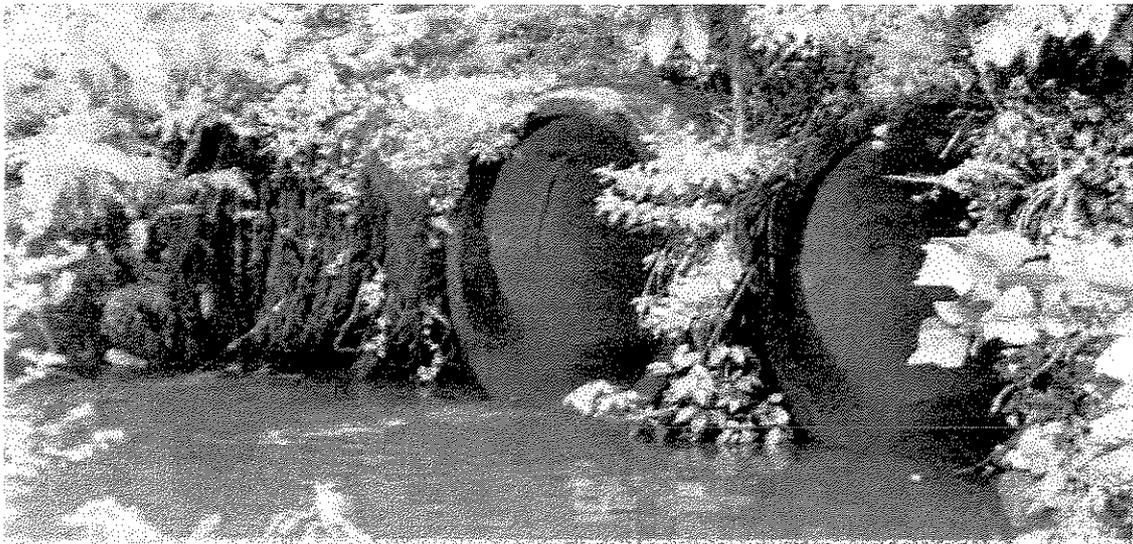
Cena 3

A poluição do Lago



Cena 4

Imagens Contrastantes



Cena 5
Caminhando no Espaço



Cena 6
Passeando entre as Árvores



Cena 7
Momentos de Contemplação

